

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO EM
EDUCAÇÃO**

ISABEL CASTILHO PALHANO

**A REVISTA O ENSINO (1920-1924): A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ NOS
IDEAIS DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ**

**PONTA GROSSA
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO EM
EDUCAÇÃO**

ISABEL CASTILHO PALHANO

**A REVISTA O ENSINO (1920-1924): A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO
PARANÁ NOS IDEAIS DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento.

**PONTA GROSSA
2022**

P161 Palhano, Isabel Castilho
A revista O ENSINO (1920-1924): a instrução pública do Paraná nos ideais de César Prieto Martinez / Isabel Castilho Palhano. Ponta Grossa, 2022.
131 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento Nascimento.

1. Educação - imprensa. 2. César Prieto Martinez. 3. Revista O Ensino. 4. Ideologia. I. Nascimento, Maria Isabel Moura Nascimento. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISABEL CASTILHO PALHANO

A REVISTA O ENSINO (1920-1924): A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ NOS IDEAIS DE CÉSAR PRIETO MARTINEZ

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação, no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: História e Políticas Educacionais.

Ponta Grossa, 26 de novembro 2022.

Banca Examinadora



Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Orientadora

Prof. Dr. Adelino Inacio Assane
UNIROVUMA/MZ

Prof. Dr. Arlindo Cornélio Ntunduatha Juliasse
UNIROVUMA/MZ

Profa. Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedico este trabalho àqueles que, assim como eu, utopicamente acreditam e lutam por uma educação pública de qualidade, como possibilidade instrumentalizadora de luta da classe trabalhadora. A toda minha família: pais, sogros, irmã, cunhados e sobrinhos. Em especial ao meu esposo, Altair, e aos meus filhos, Junior e Gabriel, que são a razão de minha imensa dedicação e esforço, me dando forças para conseguir dar continuidade aos meus estudos, querendo cada vez mais estudar e estudar...

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Isabel Moura Nascimento, agradeço imensamente pelo processo de paciência e persistência na orientação desta pesquisa.

Aos professores membros da banca de defesa, Professor Adelino Inacio Assane, Professor Arlindo Cornelio Ntunduatha Juliasse, Professora Maria Cristina Gomes Machado, Professora Carina Alves da Silva Darcoletto e Professora Rita de Cássia da Silva de Oliveira, pelas contribuições para o amadurecimento desta pesquisa; e aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação, por compartilhar o conhecimento produzido pela humanidade.

Às amigas professora Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, e a doutoranda Felismina João Baptista Vantitia, a todos os demais colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais no Paraná - HISTEDBR - Campos Gerais e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular e Cotidiano Escolar - GEPECE UniRovuma, pelas reflexões acerca do método, pelo apoio e suporte teórico que foi determinante nesta minha trajetória de pesquisa.

Às profissionais da Língua Portuguesa, Loeli Ferreira Camilo, Sonia Maria Santos Ebert e Gabriela Spach, que, de forma colaborativa, nas suas madrugadas de sono, acompanharam com as correções da escrita deste texto.

À bibliotecária Maria Luzia Bertholino pela revisão das normas ABNT nesta tese, pelo carinho e a forma metodológica de indicar as correções no texto.

À equipe de trabalho, meus colegas e amigos do Colégio Professor Gildo Aluísio Schuck, Diretores Élcio de Bona e Ivanildo Josefi, Coordenadora Terezinha Roxa que estiveram presentes nesta fase da minha vida, pelo incentivo, pelo trabalho cotidiano, pelos momentos de discussões e debates, motivados pela utopia audaciosa de que é possível a mudança.

Pelo compromisso político com a educação, demonstrado na seriedade e respeito no exercício da docência e pelas sugestões que permitiram o desenvolvimento desta tese.

A todos(as) que estiveram neste árduo processo, minha eterna gratidão.

“A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”.

Aristóteles

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo acerca da educação paranaense no início do século XX, a pesquisa propõe fazer uma investigação por meio da imprensa pedagógica dos ideais do Inspetor Geral de Ensino César Prieto Martinez, para isso, assume-se como fonte primária os textos impressos da revista O ENSINO, exemplares de 1922, 1923 e 1924. No objetivo de analisar os ideais ideológico/pedagógicos de César Prieto Martinez na revista O ENSINO. Investigação esta, assume-se como embasamento teórico-metodológico o Materialismo Histórico Dialético, para a compreensão e aprofundamento do objeto desta pesquisa, ou seja, dos ideais de César Prieto Martinez na revista O ENSINO para a instrução pública no Paraná nos anos de 1920 a 1924. Neste aprofundamento dos conceitos na pesquisa teórica no contexto que expressava o discurso da modernização econômica do Paraná, bem como, da nação brasileira, modernização, esta, que se atribui uma função primordial para a educação, da qual dava-se a responsabilidade a superação do atraso econômico. Esta pesquisa se realiza com os seguintes procedimentos metodológicos: primeiro fez-se o Estado do conhecimento, a busca e seleção em banco de dissertações e teses como subsídio das discussões, com isso, estabelecendo um diálogo com que já estava produzido enquanto conhecimento científico da temática pesquisada. Segundo realizou-se o levantamento dos impressos entre 1920 a 1924 considerando a “contradição, mediação e totalidade”, fase que buscou bibliografias de Martinez. Por fim buscou-se autores liberais, que fundamentaram os textos originais escritos por César Prieto Martinez que demonstrou a incorporação dos princípios liberais na instrução pública. A escrita da tese constitui-se em três capítulos: no primeiro capítulo explicitou as ações da modernização na Primeira República no Paraná na atuação do Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez entre os anos de 1920 a 1924; no segundo capítulo analisou-se o ideal e fundamento ideológico de César Prieto Martinez nos impressos da revista O ENSINO; por fim no último capítulo, buscou-se os ideais pedagógicos que fundamentaram a proposta educacional de César Prieto Martinez publicadas na revista O ENSINO nos anos de 1920 a 1924. César Prieto Martinez na função de Inspetor Geral de Ensino reformou a instrução pública paranaense, usando o impresso pedagógico, a revista O ENSINO, como veículo ideológico que materializou seus ideais. Interligando-os numa teia de demandas da formação educacional para o capitalismo, tais reformas serviram a organização econômica em sintonia mundial. Os resultados deste estudo permitiram concluir que a educação no Paraná no início da década de 1920, foi conduzida pelas ações liberais presente na revista O ENSINO, na finalidade de moldar o homem para mão de obra, condicionada a fins úteis e imediatos para a exploração do trabalho. Acentuando o antagonismo entre povos ditos superiores e inferiores, no caso, entre brancos e negros, acirrando a divisão de classes, gerando acúmulo de riqueza e conseqüentemente o empobrecimento dos trabalhadores, que os colocou em condições desumanas de miséria, agravando a exclusão social, realidade que marcou o início do século XX.

Palavras-chave: Educação. Imprensa. César Prieto Martinez. Revista O ENSINO. Ideologia.

ABSTRACT

This thesis presents a study about the “paranaense” education in the beginning of the 20th century. The search aims to do an investigation through the pedagogical press from the ideals of General Inspector of Education César Prieto Martinez. For that, assumes itself as primary source the printed texts from magazine “O ENSINO”, copies from 1922, 1923 e 1924. On goal to analyze the ideological/pedagogical ideals from César Prieto Martinez in the magazine O ENSINO. Investigation that assumes itself as foundation theoretical-methodological the Historical Dialectical Materialism, to the comprehension and deepening of object this search, in the other words, the ideals of César Prieto Martinez in the magazine O ENSINO to the public instruction in Parana in the years of 1920 to 1924. In this deepening of concepts in theoretical search in context that expressed discourse of economic modernization of Parana, as well as, the Brazilian nation, modernization, that attributes a primeval function to the education, which gave itself the responsibility, the overcoming of economic delay. This search takes place with the following methodological procedures: First it made the State of knowledge, the search and selection in dissertation bank and thesis as subsidy of discuss, so, stablishing a dialogue as it was produced while scientific knowledge of mathematic searched. According realized itself the survey of printed amid 1920 to 1924 considering the “contradiction, mediation and totality”, phase that sought bibliographies of Martinez. Finally sought liberal authors, who based the originals texts written by César Prieto Martinez who demonstrated the incorporation of liberal principles in public instructions. The writing of thesis constitute itself in three chapters: in the first chapter explained the actions of modernization at First Republic in Parana in performance of General Inspector of study César Prieto Martinez between the years 1920 to 1924; in the second chapter, analyzed the ideal and ideological foundation of César Prieto Martinez in the printed of magazines O ENSINO; at last in the last chapter, sought the pedagogical ideals that founded the educational proposal of César Prieto Martinez published in the magazine O ENSINO in the years of 1920 to 1924. César Prieto Martinez in function of General Inspector of Education reformulated the public instruction “paranaense”, using the printed pedagogical, the magazine O ENSINO, as object ideological that materialized their ideals. Interconnect themselves in a set of demands of educational background to the capitalism, these reforms worked to the economic organization in worldwide tuning. The results of this study allowed conclude that the education in Parana in the early of 1920, was conducted by liberal actions present in the magazine O ENSINO, on purpose to mold the man to the labor, conditioned to useful purposes and immediate to the exploration of work. Emphasizing the antagonism among people said superior and inferior, in case, among white and black, inciting the division of classes, generating accumulation of wealth and consequently the impoverishment of workers, that put themselves in inhuman condition of misery, aggravating the social exclusion, reality that marked the beginning of 20th century.

Keywords: Education. Press. César Prieto Martinez. Magazine “O ENSINO”. Ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - MODERNIDADE E A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924	21
1.1 INSTRUÇÃO PÚBLICA E A IMPRENSA PEDAGÓGICA.....	22
1.2 INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NO CONFLITO DE INTERESSE DE CLASSES.....	25
1.3 INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE, ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924, NA REVISTA O ENSINO E OS IDEAIS DE CÉSAR PRIETRO MARTINEZ.....	47
CAPÍTULO 2 - CÉSAR PRIETRO MARTINEZ, O REFORMADOR: SEUS IDEAIS E SEUS FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924	59
2.1 O TRABALHO NA CONTRADIÇÃO LIBERAL: FUNDAMENTO DA REFORMA EDUCACIONAL DE MARTINEZ.....	61
2.2 A INTERVENÇÃO DO ESTADO PARA DISCIPLINAR O CORPO DO TRABALHADOR: IDEAL NA REFORMA DE MARTINEZ.....	68
2.3 A RELIGIÃO NA FUNÇÃO MORALIZANTE DO TRABALHADOR: PRINCÍPIO VEICULADO PELA REVISTA O ENSINO	74
2.4 A RACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS IDEAIS DE MARTINEZ NA REVISTA O ENSINO.....	81
CAPÍTULO 3 - PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PROPOSTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ PUBLICADO NA REVISTA O ENSINO ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924	89
3.1 A INSTRUÇÃO A MORAL E A RELIGIÃO: TRIADE IDEOLÓGICA PRECURSORA DA MODERNIDADE NA CONCEPÇÃO DE ENSINO DE MARTINEZ.....	91
3.2 NATURALISMO: FUNDAMENTO IDEOLÓGICO NA CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIDADE NOS IDEAIS DE MARTINEZ NA REVISTA O ENSINO	96
3.3 A IDEOLOGIA PRAGMATISTA: PRECURSORA DO ESCOLANOVISMO E PRESENTE NA REFORMA DE MARTINEZ	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

Inicia-se esta tese com o único pressuposto de toda a história humana, o qual fundamenta a perspectiva teórica metodológico do materialismo histórico, assumindo a existência de indivíduos vivos naturalmente. Estes seres vivos ao produzir sua existência se distinguem de outros animais pela condição de criar seus meios de produção. Ao criar estes meios, indiretamente, estão produzindo sua própria vida material, ou seja, o que os indivíduos são coincide com as condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2014).

Toda a investigação científica faz parte de um processo de amadurecimento do pesquisador. Neste avanço, chega-se na definição do objeto de pesquisa, ou seja, nesse ponto teórico, como lugar de onde se vê o referido objeto, pelas posições e escolhas epistemológicas adotadas, bem como, pelas problematizações e interrogações às fontes. A pesquisa é o resultado da experiência empírica e da apropriação daquilo que se materializa neste processo, pois, é nesta práxis do uso do construído teoricamente acerca do real que se parte para a busca constante da essência que está na prática como objeto real, com a análise e a explicitação na investigação deste real que se produz uma nova elaboração teórica.

A escolha desta temática da imprensa pedagógica deve-se às discussões em relação à história da educação e imprensa no Grupo de Pesquisa HISTEDBR – Campos Gerais. Destas discussões, chegou-se a definição do objeto de estudo, que resultou nesta tese, tendo como tema central, a revista O ENSINO¹ e as manifestações dos ideais ideológicos/pedagógicos de César Prieto Martinez nos anos de 1920 a 1924.

Tendo em vista que a população na década de 1920, período da Primeira República², era predominantemente analfabeta, tem-se uma realidade social que demandava iniciativas de propostas educacionais, as chamadas reformas da

¹ A revista O ENSINO é um impresso pedagógico criado em Curitiba-PR no ano de 1922 e produzida até o final de 1924. O ENSINO é um periódico próprio da reforma de César Prieto Martinez, por estar inserido no período de gestão deste, pois foi uma publicação oficial da Inspeção Geral do Ensino. Houveram três edições por ano, no entanto, embora não apresente efetivamente uma periodicidade com regularidade, mas era a pretensão de ser distribuída trimestralmente de forma gratuita a todos os professores do Paraná, assim como os demais interessados por temas pedagógicos, entretanto, a revista tinha os professores como público alvo priorizado.

² A Primeira República é o período da história do Brasil de 1889 a 1930, denominado também por República Velha.

instrução pública. É um contexto que deve ser considerado nas dimensões econômicas, políticas, culturais e educacionais, as quais darão a base concreta para a atuação do Inspetor Geral de Ensino César Prieto Martinez, pois a produção de ideias, fruto da consciência, está atrelada diretamente à vida material do homem (MARX; ENGELS, 2014).

É uma realidade tal que apresenta necessidades de pesquisas que abordem e problematizem a atuação de pensadores que fizeram parte do desenvolvimento educacional paranaense, como parte de um movimento nacional. Neste entendimento, expõem-se as possíveis mediações entre o singular e o universal no âmbito da luta de classes. Tendo em vista as particularidades organizativas, reivindicativas e ideológicas de César Prieto Martinez, tal Inspetor Geral de Ensino pertencia ao grupo de pensadores que influenciaram os rumos da educação no Paraná e, conseqüentemente, em âmbito nacional no decorrer das primeiras décadas do século XX.

Este inspetor fez um trabalho de intervenção educacional numa demanda ideológica motivada pela modernização das relações de trabalho, pois, uma vez alfabetizando o povo, este seria civilizado rumo ao progresso. Ou seja, este princípio ideológico fundamenta a necessidade da massificação da educação escolar institucionalizada. Princípio que em sua essência está vinculado ao desenvolvimento capitalista, que tem como fundamento filosófico o liberalismo. Fundamento no qual se evidencia a educação à serviço da classe dominante, no entanto, sua massificação requer reformas específicas, relativas à organização do espaço e do tempo, metodologia do trabalho docente, avaliação, entre outros recursos, que vêm no intuito de fortalecer as mudanças em prol ao avanço do capital.

Esse é um processo que requer variadas intervenções para uma legitimação que vá além dos muros institucionais, bem como, a formação de docente, conselhos escolares, produção de material didático (entre eles, a imprensa pedagógica) seja a mesma de caráter popular ou de cunho científica (ZANLORENZI, 2014). A educação é um instrumento primordial para consensuar e legitimar o processo de interiorização de aceitação passiva da ordem vigente.

Com o avanço do capitalismo, a educação se soma a imprensa - estas não se ligam e nem se constroem por acaso, pois se estruturam postas numa relação indissociável. A imprensa concretiza suas práticas inerentes à sociedade capitalista,

sendo a condução e a difusão desta imprensa na finalidade de influenciar o comportamento individual e social das massas populacionais.

Para tanto, a imprensa como ferramenta da comunicação, apresenta-se como um meio, que ao somar-se com a educação, são utilizadas para disseminação de valores ideológicos e estratégicos do liberalismo na legitimação e perpetuação da sociedade capitalista.

Diante dos apontamentos do uso da educação e da imprensa pela classe dominante para a legitimação do liberalismo na sociedade capitalista, na Primeira República, problematiza-se: quais são os ideais ideológicos/pedagógicos de César Prieto Martinez nos impressos da revista O ENSINO?

Nesse sentido, para se materializar este estudo, define-se como objetivo geral: analisar os ideais ideológicos/pedagógicos de César Prieto Martinez na revista O ENSINO. E, para o aprofundamento da pesquisa, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- Explicitar as ações da modernização na Primeira República, no Paraná, na atuação de Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez entre os anos de 1920 a 1924;
- Analisar o ideal e o fundamento ideológico de César Prieto Martinez nos impressos da revista O ENSINO;
- Identificar os princípios pedagógicos que fundamentam a proposta educacional de César Prieto Martinez publicada na revista O ENSINO.

Uma vez definido estes objetivos, utiliza-se do Materialismo Histórico Dialético como método de análise para compreensão do objeto da pesquisa, ou seja, a revista O ENSINO e os ideais ideológicas/pedagógicas de César Prieto Martinez nos anos de 1920 a 1924.

Ao definir este método para analisar a educação e a imprensa, assume-se as categorias da totalidade, da mediação e da contradição para compreender a conexão entre os ideais liberais, estes que são atrelados à vida moderna de urbanização e de reorganização social dentro da demanda da produção econômica capitalista. Para isso, faz-se necessário investigar os ordenamentos de cada parte concreta responsável pela conexão da totalidade, sempre no sentido da síntese concreta da realidade dialética de uma determinada situação, pois ela só poderá ser compreendida na condição relacional com a totalidade concreta. Não se trata de conhecer todas as partes da realidade, pois seria humanamente impossível, mas, sim, de conceber que

todas as partes estão intimamente interligadas, estando em movimento no decorrer do tempo, a partir das contradições existentes.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então (MARX, 2013, p. 47).

Diante disso, buscam-se mediações que explicitem as particularidades dos escritos de César Prieto Martinez acerca da instrução pública, singularidades que estão interligadas ao consenso mundial do pensamento econômico vigente, tendo estes como princípios do capitalismo. É, assim, uma pesquisa que parte da totalidade para singularidade, considerando as múltiplas determinações históricas econômicas, culturais, sociais e educacionais ao assumir este objeto de pesquisa, a revista O ENSINO e os ideais ideológicos/pedagógicos de César Prieto Martinez nos anos de 1920 a 1924.

Nesta totalidade das múltiplas determinações, é que se dá a contradição na qual se move a luta de classes no decorrer da história da humanidade. É numa materialidade das relações entre as forças produtivas que aparece a contradição. Na sua totalidade de colisões, constroem ideias e consciências, distinguindo assim os interesses das classes sociais, relações estas que se expressam enquanto luta política (MARX; ENGELS, 2014). São contradições resultantes de relações sociais conflitantes, uma vez materializada como ação de intervenção do Estado por meio do trabalho de Martinez. Realizando-se, assim, mediada por esta instituição, dando legitimidade como aparato de proteção do desenvolvimento capitalista, pois o econômico se constitui em um agente fundante neste processo, no qual a teia de relações efetivas acontece por meio da mediação entre o todo articulado universalmente.

Dentro desta luta política de interesse, surge a necessidade de instituições que o próprio modelo econômico cria, que é o caso do Estado. Este, como o capital, possui em sua essência, uma complementariedade da base fundamental, condição mediadora deste que busca a neutralidade na tentativa de solucionar as contradições

do sistema (MÉSZÁROS, 2015). Tal instituição estatal é protetora do capital, este como Estado moderno se materializa pelo fundamento do princípio da liberdade natural.

O homem, nascendo, conforme provamos, com direito a perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem, por natureza, o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é, a vida, a liberdade, e os bens – contra os danos e ataques de outros homens, mas também julgar e castigar as infrações dessa lei por outros conforme estiver persuadido da gravidade da ofensa, mesmo com a própria morte nos crimes em que o horror do fato o exija, conforme a sua opinião. Contudo, como qualquer sociedade política somente quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida (LOCKE, 1991, p. 249).

É com essa finalidade que surge o Estado moderno enquanto regulador das atitudes das ações individuais, no intuito de proteger a propriedade individual, a qual é somada como se fosse de interesse coletivo. Pois determinados indivíduos que são ativos em determinada maneira de produção contraem entre si relações sociais e relações políticas determinadas (MARX; ENGELS, 2014). Ou seja, na sua materialidade, este Estado, como expressão de determinada maneira de produção, acaba protegendo a perpetuação da divisão em classes.

Considerando que o Estado moderno está a serviço do capitalismo, este desenvolve políticas educacionais que vão a favor dos interesses econômicos. Diante deste entendimento da luta de classes é que esta pesquisa se propôs investigar os ideais de César Prieto Martinez, uma vez que este Inspetor Geral de Ensino estaria em sintonia com o propósito econômico a ser alcançado no desenvolvimento paranaense. O trabalho do reformador tem a função, na política educacional paranaense, como mediação da lógica hegemônica da modernização, para isso, faz-se necessário analisá-lo considerando que a totalidade assume tal força ideológica no presente contexto estrutural do capitalismo mundial. A ideologia está relacionada a especulação da vida real,

[...] ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar lugar (MARX; ENGELS, 2014, p. 95).

Nessa perspectiva materialista, a ciência tem a função de explicitar a verdade desmistificando as ideologias hegemônicas dominantes.

Para tanto, esta pesquisa, no intuito de alcançar seus objetivos, utiliza-se dos escritos de César Prieto Martinez e das produções acerca de seus ideais para análise e para compreensão da busca pela modernização do ensino na época. Esta, apesar de camuflada nos ideais do liberalismo, apresenta-se sob a ótica de um projeto teleológico no desejo de uma educação liberal, num discurso de inovação fantasiosa diante da significação utilizada, ou seja, intencionalmente agem no processo social para camuflar as desigualdades sociais no argumento ideal do direito igualitário.

Tal investigação se inicia com o levantamento de produções acadêmicas, que permite identificar a não produção de teses acerca do objeto definido que analise por meio do método do materialismo histórico, ou seja, a revista O ENSINO e os ideais ideológicos/pedagógicos de César Prieto Martinez nos anos de 1920 a 1924.

No entanto, esta pesquisa pretendeu se materializar no compromisso político com a classe trabalhadora, neste comprometimento, buscou-se fazer o caminho do estado do conhecimento, com o objetivo de apresentar a análise de dissertações e teses relacionadas com a temática da revista O ENSINO e os ideais de César Prieto Martinez, publicadas no Banco Digital de Teses e Dissertações da CAPES. Esta busca teve a finalidade de subsidiar a pesquisa, como também de identificar lacunas de produção da temática. Nesta busca no Catálogo da CAPES com o descritor os ideais de César Prieto Martinez, foram encontradas somente duas dissertações, estas pesquisas não foram trabalhadas na perspectiva do Materialismo Histórico Dialética. Uma vez localizadas, realizou-se a leitura dos resumos para o conhecimento do que já havia de produção científica.

Dando sequência ao caminho percorrido com a busca pelo descritor César Prieto Martinez, não se encontrou teses na área da educação neste Catálogo, como segue no quadro a seguir.

Quadro 1 – Dados gerais sobre as dissertações na área da Educação no Brasil com descritor “César Prieto Martínez – Revista O Ensino – BDTD – 2022

Título	Instituição	Ano defesa	Fonte utilizada	Pressuposto teórico
A revista o ensino e manifestações tayloristas nas propostas da reforma educacional de César Prieto Martínez (Paraná, 1920-1924)	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM (Dissertação)	2019	A revista pedagógica publicada pela Inspeção de Ensino, denominada O Ensino; Relatórios do inspetor da instrução pública e do presidente do Estado do Paraná.	Histórico-social
“Para colher é preciso semear”: um estudo da trajetória de César Prieto Martínez e sua atuação como inspetor geral do ensino no Paraná (1920 -1924)	Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Paraná – UFPR (Dissertação)	2021	Ofícios e Relatórios da Inspeção Geral do Ensino, livros escritos pelo personagem e edições da Revista O Ensino	Teoria praxeológica de Pierre Bourdieu

Fonte: BDTD (2022)

Nota: organizada pela autora (2022).

A partir da realização do estado do conhecimento acerca dos trabalhos produzidos e publicados no BDTD, foram encontrados, como exposto acima, um número bem reduzido de discussões do objeto desta pesquisa usando a busca com as palavras-chave: “a revista O ENSINO e os ideais de César Prieto Martínez”. A busca feita teve um recorte histórico temporal da Primeira República anos 1920 a 1924, somente duas dissertações e nenhuma tese com este tema específico.

Esse é um levantamento que apresenta poucas produções relacionadas ao tema pesquisado, no entanto, apesar das poucas sistematizadas, estas permitiram um diálogo com as discussões publicadas. Com base no exposto, é possível perceber uma ausência de pesquisas que resultassem em teses acerca dos ideais de César Prieto Martínez. É uma lacuna da não produção científica acerca deste Inspetor de Ensino, logo, faz-se a defesa do ineditismo deste trabalho de pesquisa, no esforço de produzir criticamente conhecimento a favor da luta da classe trabalhadora. Considerando a força da instituição estatal no liberalismo, no movimento da organização do capitalismo mundial.

Uma vez identificada a lacuna da produção acadêmica, tem-se que a presente pesquisa, no propósito de investigar, por meio da educação e da imprensa, os ideais de Martínez, tem, como fonte primária, os seguintes impressos:

- Revista O ENSINO, exemplares de 1922, 1923 e 1924.
Em sequência, como fontes secundárias, os textos impressos:
- Mensagens dos Presidentes do Estado do Paraná dos anos 1920, 1921, 1922 e 1923;
- Relatórios do Inspetor Geral de Ensino do Paraná professor César Prieto Martinez dos anos 1920, 1921, 1922 e 1923.

É a partir destas fontes que a pesquisa da tese se constituiu, no desafio de analisar, via imprensa, este Inspetor de Ensino. Pois acreditando-se que estas fontes forneceriam as possibilidades de avançarmos nos estudos da presente área. Com a intenção em compreender o paradoxo da despedida de um tipo de ideal educacional ou não, representada nos impressos de escritos educacionais, publicados de circulação da época, documentos estes que deram a base empírica para a pesquisa.

Assim, são documentos que foram analisados para o aprofundamento dos conceitos no contexto que expressava o discurso da dita modernização econômica do Paraná, bem como da nação brasileira. Esta que atribui uma função primordial para a educação, para a qual se dava a responsabilidade da superação do atual estado de atraso da Primeira República.

A escrita da tese se constitui em três capítulos. No primeiro capítulo, discute-se a modernização do Paraná na Primeira República entre os anos de 1920 a 1924, no qual se iniciará com a discussão da instrução pública e a imprensa pedagógica. No entendimento de que a evolução da imprensa foi acontecendo devido às demandas da crescente urbanização, resultante da vida moderna, impulsionada pela consolidação do sistema econômico. Com isto, logo se assume a imprensa educacional numa função fundamental na formação de ideias no país, pois ela se comunicava ideologicamente, na intenção de efetivar os princípios liberais, no propósito de consolidar modelos de padronização na sociedade, segundo interesses individuais de classe, transformando-os em interesses universais. É com esta finalidade que os jornais e as revistas do momento são escritos, ou seja, com o propósito de dominação de uma postura ideológica em busca de interesses de classe.

Ao assumir a imprensa pedagógica na função da efetivação do capitalismo, faz-se necessário aprofundar a problemática da instrução pública paranaense no conflito de interesse de classes. A instrução seria uma condição necessária para a superação de séculos da monarquia absoluta, na almejada implantação da democracia representativa, causada pelo advento da modernidade.

Esse é o contexto que faz com que um político paranaense trouxesse, como Inspetor Geral do Ensino, César Prieto Martinez para reformar a educação do estado. Martinez, entre suas ações de reforma, lança a revista O ENSINO na finalidade de levar seus ideais aos profissionais do ensino. Numa transição movida por ideais liberais de transformações econômicas, com a qual a nação brasileira avançava da condição do regime colonial, imperial, no intuito republicano.

Ligados aos limites econômicos, estavam as questões culturais. Os habitantes paranaenses foram se constituindo por etnias indígenas, africanas e europeias. Esta formação causa preocupação em promover e fortalecer uma cultura regional em determinados grupos. Surge, então, o Movimento Paranista, que se dedicou a desenvolver uma imagem do Paraná, numa identidade cultural estimulando a criação de tradições regionais, caracterizando simbolicamente e diferenciando-se de outras realidades brasileiras. No entanto, sua finalidade era que todos participassem harmonicamente da constituição ideal de um modelo social próprio paranaense. Porém, na finalidade de atender o padrão da educação moderna europeia, acaba reforçando esta invisibilidade do negro, evidências que são demonstradas nos ideais de Martinez como um gestor educacional da época.

No segundo capítulo, a análise é acerca dos ideais de César Prieto Martinez expostos na revista O ENSINO e dos seus fundamentos educacionais como reformador entre os anos de 1920 a 1924. Como todo material pedagógico, a revista O ENSINO é intencionalmente pensada e organizada diante de uma realidade histórica da qual tinha uma finalidade, seja esta econômica, política e/ou educativa. Por tal instrumento, Martinez transmite valores morais e éticos no objetivo de moldar o indivíduo nos ideais para o exercício do civismo (do trabalho, do amor à pátria e da moral), mesmos princípios da proposta da reforma da instrução pública no Paraná.

Os princípios da reforma de Martinez trazem elementos acerca do conceito do significado do trabalho no liberalismo, porém isso não se expressa ao acaso, o surgimento da indústria moderna chega ao desenvolvimento de diversos ofícios, introduzindo, assim, a maquinaria para executar diversas funções que antes eram simplesmente manuais. No entanto, esta maquinaria vai além das atividades mecânicas, representa, em sua essência, o trabalho intelectual materializado num processo da conversão dos avanços científicos, ou seja, conversão da produção imaterial em potência material.

Para atender à demanda econômica o Estado assume a função educativa como sua tarefa de disciplinar o corpo do trabalhador. É neste ideal que se materializa a reforma de Martinez no Paraná. A educação, nesta intencionalidade, passa a ser um mecanismo de ajuste do “corpo e do espírito” de forma harmônica, esta função modelar se dá, então, como condição necessária para o desenvolvimento do Paraná e, conseqüentemente, da nação brasileira. Pretensão que induz a educação higienista a incutir hábitos ensinados às crianças, pois, uma vez adquiridos na escola, levariam para o cotidiano da vida doméstica, influenciando a cultura familiar.

Para além dos hábitos higiênicos, a formação escolar veiculada pela revista O ENSINO, por mais que fosse contraditória ao fundamento moderno do ensino laico, trazia a orientação da prática religiosa como forma moralizante do trabalhador. Pois já existia, na época, a defesa e a tentativa da efetivação do ensino laico, com isto, a exclusão do ensino religioso das instituições de manutenção estatal. Essas são divergências que traziam polêmicas dentro da educação.

A instrução estatal muitas vezes se manifestava de forma não consensual em alguns de seus encaminhamentos. No entanto, agia no esforço de legitimação desta nova ordem econômica de moldar o trabalhador obedecendo as exigências da lógica do mercado, tanto na forma de pensar, como de fazer. Para isso, a racionalização do trabalho avança no princípio da disciplina, da especialização, do controle, da supervisão e da premiação por produtividade. Essa racionalização da educação era defendida por Martinez e era um ideal presente na revista O ENSINO.

Por fim, o último capítulo da tese é acerca dos ideais ideológicos que fundamentam a proposta da instrução pública, no Paraná, publicados na revista O ENSINO entre os anos de 1920 a 1924.

Na compreensão das transformações dos setores econômico, social e político, como partes interligadas para o fortalecimento do projeto do capitalismo, compreende-se que tal projeto se apresenta de forma ideológica na finalidade de conciliar as divergências que freiam o progresso da indústria e, conseqüentemente, o reordenamento da sociedade. Essa é uma evidência que emerge da reflexão ao compreender que a função da educação e, conseqüentemente, o papel do professor no ensino, seriam de conciliar estas tensões ideológicas resultante do conflito de classes sociais. Para isso, o processo pedagógico passa por mudanças profundas que chegam via teóricos educacionais aos dirigentes do ensino, no caso estudado, o Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez.

Tal dirigente paranaense, em seus escritos da revista O ENSINO, traz a tríade ideológica de Comenius da “instrução, moral e religião”, princípios estes que foram precursores da modernidade em seu tempo e que estão presentes na concepção de ensino de Martinez. Essa tríade como fundamento condutor de respaldo, em outras palavras, de sabedoria, comportamento moral e a piedade, permearam na reforma de ensino paranaense, não que é expressamente defendido na missão de ensinar a todos. Portanto, Martinez, ao afirmar que o trabalho do professor era uma missão, fundamenta-se no tal princípio religioso.

A busca teórica de Martinez vai além da tríade comeniana. No seu intuito de modernizar a educação, ao questionar na busca da superação da concepção da transmissão autoritária do conhecimento estagnado, defende a liberdade natural de Rousseau como caminho metodológico para a aprendizagem livre movida pela experiência. Porém, este fundamento ideológico é utilizado na consolidação da modernidade, ou seja, para resolver problemas imediatos da produção econômica da demanda social do modelo capitalista.

Nesta função educacional para atender o sistema da modernização econômica, Martinez, como gestor da educação no Paraná, coloca-se como mediador nas intervenções técnicas no ensino. Para isso, busca respaldo ideológico de teóricos do empirismo e do pragmatismo, ou seja, do útil e do imediato. Com isso, Martinez converge com os ideais do pensador John Dewey ao indicar mudanças pedagógicas rumo ao progresso econômico, esta ideologia pragmatista acaba assumindo a função precursora do escolanovismo.

Perante as evidências teóricas nos escritos de Martinez, como Inspetor Geral do Ensino na revista O ENSINO, do “liberalismo” e do “pragmatismo”, é possível assumir um fio condutor oriundo da mesma raiz, do útil e imediato de interesse econômico. Assim, dá-se a análise de interpretação da educação paranaense e, conseqüentemente, brasileira como atrasada, pois estas, são as premissas da modernização rumo ao desenvolvimento econômico.

Assim, concluímos este estudo com a confirmação da tese: César Prieto Martinez, na função de Inspetor Geral de Ensino, reformou a instrução pública paranaense, usando o impresso pedagógico, a revista O ENSINO, como veículo ideológico que materializou seus ideais, interligando-os numa teia de demandas de formação de mão de obra para o capitalismo, tais reformas educacionais serviram à organização econômica em sintonia mundial. Essa teia de demandas estimulou

imensas guerras, acentuando o antagonismo entre povos ditos superiores e inferiores, no caso, entre brancos e negros acirrando a divisão de classes, gerando acúmulo de riqueza da propriedade privada e conseqüentemente o empobrecimento dos trabalhadores, que os coloca em condições desumanas de miséria, agravando a exclusão social, realidade que marca o início do século XX.

CAPÍTULO 1

MODERNIDADE E A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924

“Nenhuma voz reputada da República, nem do Nacional, nem da Reforma, tomou partido a favor do povo” (MARX; ENGELS, 1992, p. 56).

A epígrafe acima, com excerto de Marx e Engels, expõe explicitamente que o movimento histórico da busca por constituir uma organização política respaldada nos princípios republicanos não surgiu a favor da classe trabalhadora.

No respaldo dessa colocação de Marx, assume-se a realidade da República no Brasil como expressão da correlação das forças dominantes de interesses econômicos. Diante disso, o movimento republicano brasileiro, na sua especificidade, apresenta-se na constituição de um contraste conflituoso entre o arcaico e o moderno, num permanente processo revolucionário da produção, com o ininterrupto abalo de constantes crises sociais, num contexto de incertezas que distinguiu a burguesia da época. Todas as relações fixas das representações dissolvidas, estas uma vez recém-formadas, envelhecem antes mesmo de se solidificarem. Tudo o que era sólido e estável se volatiliza, tudo o que era extremamente sagrado é relativizado e dessagrado, condição que faz os homens, enfim a se verem obrigados a encarar com olhos desvendados a vida real e as suas relações sociais concretas (MARX, 2010). O processo de avanço acontece devido a burguesia dominar os meios de produção, para isso, ocorre as reformas nos princípios que atende à chegada da modernidade, no intuito de adaptar as necessidades ao mercado de trabalho dentro do capitalismo, ou seja, maior expressão da mão de obra assalariada em um contexto republicano realmente a serviço da classe dominante.

Diante deste entendimento, de que o pensamento republicano estava a serviço da classe dominante, objetivou-se explicitar, neste capítulo, a modernidade e a instrução pública paranaense na Primeira República. Para atingir este objetivo, o capítulo se subdivide em três tópicos: no primeiro, evidencia-se a instrução pública e a imprensa pedagógica; no segundo, discute-se a instrução pública paranaense no conflito de interesse de classes; por fim, analisa-se a instrução pública paranaense entre os anos de 1920 a 1924 na revista O ENSINO nos ideais de César Prieto Martinez.

1.1 INSTRUÇÃO PÚBLICA E A IMPRENSA PEDAGÓGICA

Na escolha da imprensa como fonte histórico-educacional, ampliam-se os horizontes para além do espaço escolar. A educação e a imprensa não se ligam e nem se constroem a partir da pesquisa, estas estruturam-se historicamente postas numa relação indissociável, “[...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1966, p. 1). Essa relação é resultado de uma constante luta de organizações das mais diversas situações, seja política, econômica, social e cultural, que expressa as diferenças de interesses de classes.

Existem evidências, que materializam a ligação da evolução da imprensa com práticas inerentes à sociedade capitalista, que efetiva-se numa relação dialética na condução e difusão desta imprensa que influencia o comportamento individual e social das massas populacionais, resultando numa unidade e conseqüentemente em padronização uniforme de concepções, valores e práticas. Realidade na qual a imprensa tem sua condução moldada por regras da ordem do interesse capitalista, logo, em sua especificidade, apresenta-se por meio de técnicas de elaboração, produção e destino em sua circulação. Ou seja, todo este processo obedece a uma uniformidade conduzida pela universalização de conceitos e valores culturais, no entanto, toda a inovação deste veículo de informação estará atrelada a padronização de comportamento conduzido por um determinado modelo de sociedade.

Essa evolução da imprensa vem acontecendo devido ao processo de urbanização, como resultado da demanda da vida moderna, na função de impulsionar ou de consolidar o sistema econômico. Assim, torna-se um instrumento que passa a ser eficiente na disseminação ideológica inerente à constituição da ordem capitalista dentro da dita liberdade de informar, numa busca que almeja atingir cada vez mais um elevado número de leitores.

A imprensa passa a ser concebida como um instrumento eficaz para cercar as opiniões diversas, no intuito de constituir uma uniformização. Nesse entendimento, faz-se necessário investigar os ideais educacionais que são veiculados nos impressos produzidos numa finalidade que emerge num contexto histórico, resultante de um determinado modelo de produção, neste caso, o capitalismo. Uma vez que os políticos assumem a escola no entendimento de que mesma serve como veículo de informações de interesse dominante, surge a preocupação para validar este espaço,

a imprensa pedagógica passa a ser importante instrumento para possível padronização do ensino.

No contexto histórico da educação brasileira, esse mecanismo formativo teve ênfase na sua própria produção a partir do início do século XX, circunstância da qual a educação passa a ser tema central para o desenvolvimento da nação. A imprensa pedagógica vai tendo espaço como instrumento na disseminação e efetivação do liberalismo, exercendo a função de preparar o professor para a docência com objetivo de instruir o trabalhador dentro de um padrão, a fim de torná-lo produtivo, aceitando seus deveres, fazendo com que seu aluno tenha direito ao voto (desde que fosse alfabetizado), por outro lado, o filho da burguesia era preparado para exercer a função de dominante.

Nas reformas educacionais os impressos pedagógicos passam a ser colocados estrategicamente na função de justificar e legitimar os discursos normativos implantados como medidas de reformadores. No Brasil, o histórico dessa prática de impressos com finalidade escolar pode ser evidenciado no Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881, este documento mostra uma série de periódicos.

PERIÓDICOS LITTERÁRIOS, CIENTÍFICOS, RELIGIOSOS E MAÇÔNICOS 1881 [...]. Neste catálogo, destacam-se como primeiras iniciativas de imprensa pedagógica os seguintes periódicos: Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto, de 1832-1834, o mais antigo apontado pelo catálogo, e o jornal pedagógico editado por professores, Echo do Professorado, dirigido pelo professor Francisco Xavier de Assis, Pindamonhangaba, 1873. Em relação às revistas pedagógicas, havia, entre outras: A Instrução Publica, Rio de Janeiro, 1872-1875, a qual pode ser considerada a primeira publicação destinada à formação do magistério, a Instrução Nacional, revista de pedagogia, ciências e letras, que contou com a colaboração de professores e literatos, Rio de Janeiro, 1874 e A Escola, Revista Brasileira de Educação e Ensino, elaborada por vários professores e literatos, no Rio de Janeiro, 1877-1878 (ZANLORENZI, 2010, p. 66).

A imprensa educacional teve uma função fundamental na formação de opiniões no país, pois veiculava ideologicamente o projeto político, com o propósito de sedimentar tais modelos de padronização na sociedade, seus interesses individuais de classe eram transformados em interesses gerais. A compreensão do contexto social, da qual a organização da educação se efetiva, leva-se o reconhecimento da necessidade de um instrumento de formação docente que fizesse com que chegassem mais rápido os resultados aos bancos escolares para formar os

futuros trabalhadores, no entanto, de forma sutil para conformação social como algo natural.

No Paraná, com essa finalidade pedagógica, foi criada a revista *A Escola*³, em 1906. A partir dessa iniciativa de impresso pedagógico, chega-se à revista *O ENSINO*, num rastreamento da busca de produções do inspetor investigado, a mesma faz parte da pesquisa como fonte, esta foi um instrumento pedagógico criado pelo Inspetor de Ensino César Prieto Martinez no ano de 1922 - no propósito de que fosse trimestral sua edição, no entanto, não se cumpriu, existindo poucas publicações, finalizando-se no ano de 1924. Este esforço de comunicação foi em decorrência a exemplo de outras realidades na maioria dos estados brasileiros na criação de periódicos que traziam a denominação de revista do *ENSINO*. As possíveis reflexões e análises pedagógicas desses materiais demonstram proximidades com a realidade de qualquer outra imprensa, pois os temas debatidos apresentavam uma sintonia entre os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais de repercussão nacional.

Os jornais e revistas da época foram escritos com a função definida de dominação de uma postura ideológica destinada para uma elite letrada, que se uniam em busca de interesses em comum. O que demonstra esta legitimação ao ideário, via periódicos educacionais, pois, nessa forma de imprensa, veiculavam-se as ideias, as concepções pedagógicas, bem como os métodos relevantes para a época, dentro do princípio de modernização (ideário educacional que chegava aos mais variados espaços). Desvendar cientificamente este ideário, via revistas educacionais, constitui-se em um esforço, de certa forma, de refletir acerca da função educacional nas demandas do capitalismo. É um trabalho que pressupõe um rigor científico para se aprofundar a análise, classificando e diferenciando certas peculiaridades no interior da imprensa, esta última de cunho factual, com a finalidade de dar ao leitor uma determinada informação.

A utilização deste tipo de fonte não apresenta somente algo contemporâneo, a imprensa, no decorrer dos tempos, esteve num processo que veicula informações, ao interpretá-las como um instrumento eficiente na imposição ideológica e, “[...]”

³A Revista *A ESCOLA*, “[...] orgam do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná” (PARANÁ, 1906, p.1), meio didático produzido pela impressa de Typographia e Lithographia a Vapor Impressora Paranaense, que caracterizava-se na impressão feita em papel jornal, material que tinha número de páginas contínua, num formato de tabloide, não trazia imagem ilustrativa, com também não veiculava propaganda.

sobremaneira, possibilitam investigações acerca dos projetos educacionais do período de pesquisa, bem como do pensamento educacional vigente” (ZANLORENZI, 2010, p. 66). Cabe observar que são investigações que não podem ser neutras, pois não se deve tirar de vista o mirante da classe trabalhadora.

1.2 INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NO CONFLITO DE INTERESSE DE CLASSES

Diante do antagonismo social, vai se constituindo um esforço em neutralizá-lo. Para isso, vai se efetivando intervenções políticas de Estado, como as reformas num propósito de mudanças. Assim, tem-se a expressão da necessidade de um novo modelo estrutural, acontecimento que traz uma mudança econômica, social e cultural. Esse é um processo de mudança que desafia a função de instruir, tal questionamento da verdade como conhecimento acabado, princípio respaldado em dogmas de crenças religiosas. Tal mudança na forma de pensar assume o interesse pela vida terrena, no esforço de explicar por meio da razão, esta que seria a luz contra as trevas do regime anterior. Neste entendimento do uso da razão, assume-se os ensinamentos como possibilidade de resolver os desafios da vida priorizando o útil e o prático (PONCE, 1982).

Princípio do útil e do prático fundamenta e revoluciona o modo do homem em se situar socialmente. Neste pensamento, John Locke, filósofo empirista⁴, propõe-se a responder a desafios políticos de sua época. O empirismo tem como princípio que o homem pode provar a veracidade de suas ideias por meio da experiência, que se desvincula das forças da metafísica, dando para a razão a expressão no processo de formação do conhecimento – condições que levam o indivíduo a se livrar das conotações absolutas.

Assim, no desafio que se impõe em busca de superação de tais conotações, assume-se a experiência como base para a razão humana nas tomadas de decisões. Este princípio fundamenta seu pensamento em libertar o homem das amarras da obediência, do absolutismo. Sua intenção está no sentido de que este homem, uma vez, livre tomaria iniciativas próprias de diversas ordens e que o faria dotado de

⁴ Para aprofundamento do conceito de empirismo, nas obras do autor, vide: Ensaio sobre o entendimento humano (1991) e o Segundo tratado sobre o governo (1991).

virtudes morais, conhecimento e disciplina mental e física, atendendo, assim, uma exigência da nova ordem social burguesa (LOCKE, 1991).

Tal pensamento não surge ao acaso, pois o princípio de superar os desafios de forma que fossem úteis e práticos na vida, foi atrelado ao modelo social emergente da burguesia, isso evidencia a necessidade de instrução do povo como uma condição para o desenvolvimento econômico. Neste modelo, vai surgindo a máquina criada pela indústria, o que torna impossível a manipulação do miserável e ignorante servo ou, até mesmo, do escravo. A nova organização de produção demanda uma mão de obra instruída, no princípio da igualdade e liberdade, diante das luzes do conhecimento, logo, dentro de um pensamento que defendia a instrução pública (CONDORCET, 2008).

O Estado não só devia exercer a função de controlar o ensino, mas também de instruir garantindo o mínimo de cultura. Por meio da defesa da razão, avança na consciência a função política da formação para o progresso social. A instrução seria a condição necessária para a implantação da democracia representativa, na tentativa da superação de séculos da monarquia absoluta, movimento de uma autodeterminação política que traz a modernidade.

Movimento que leva a mudanças de valores, estes voltados aos interesses do indivíduo terreno, para isso, se propõe a modernização que se remete à um conjunto de transformações nas esferas, econômica, política e cultural. Como marco desse processo, tem-se as seguintes Revoluções: a Francesa de 1789, e a Industrial Inglesa – ambas causando transformações de grande alcance e de forma inter-relacionadas. A efervescência destes acontecimentos era resultado de um processo de longo tempo, que culminaram nas duas revoluções, estas causam profundas e rápidas repercussões no sistema internacional disseminado pelos europeus. Essa é a razão pela qual o processo de modernização foi designado como um movimento de europeização, de ocidentalização, que se difundiu de forma mundial (PASQUINO, 1998).

“Moderno”⁵ é um princípio que traz em sua essência o liberalismo, essa expressão ideológica, que permeou a sociedade no início do século XX no Brasil,

⁵ A origem do termo “moderno” vem do latim *modernus*, derivado de *hodiernus* e de *hodie* que significam aquilo que é atual. Na evolução do termo, chega a expressão “moderno” como tal dos “dias atuais”. A palavra “moderno” está em uso desde o movimento do Renascimento, no século XVII, na história ocidental. No seu conceito, o termo carrega vários significados e sentidos, mas sua expressão

tornou-se senso comum, levando ao consenso o que seria, via educação, esta modernização. Assim, é um movimento que propõe reformas do método de ensino para que esse se torne mais adequado às exigências dessa nova ordem. No entanto, este século foi marcado por complexos processos, o que se designou modernidade, ou seja, um século confuso, problemático, trágico e contraditório (CAMBI,1999).

No avanço do capitalismo, dentro do egoísmo do homem, as conquistas ainda perpassavam pela violência. Chega-se ao início do século XX com I Guerra Mundial, esta que promove uma desestabilização no percurso da história, como também na função dos pensadores – tal expressão acontece por meio da literatura, da filosofia entre outras ciências sociais e humanas. Essa guerra promoveu uma destruição dos exércitos nacionais, decisivamente, alteram-se os sentidos dos objetos e seu entendimento, estes que perpassam pelas tradições dos valores religiosos e morais – envolvendo o uso da razão e da ciência, da barbárie e do avanço ao progresso, da interpretação do passado e, conseqüentemente, do presente, mudanças de concepções de poder e de mundo. Esse é um contexto que altera o rumo da história, mudando desta forma o sentido da missão dos pensadores. Na lógica hegemônica do capital mundial, assumir, na totalidade da força ideológica, a função do pensante é primordial na busca de respostas dos problemas da vida prática.

Esta produção não material está relacionada às condições da vida real da atividade prática de desenvolvimento dos homens, a expressão da consciência resulta, a saber, do real (MARX; ENGELS, 2014). A verdade está relacionada à mistificação ideológica hegemônica dominante, uma vez mistificada, serve para atender aos interesses do capitalismo.

O percurso do capitalismo é o que instiga a reorganização da reserva dos recursos, tanto de energia física, como material. Isso leva a rever, num estado de guerra, a própria identidade social na perspectiva dos interesses de cada nação. Os pensadores, uma vez chamados para participarem da guerra como soldados combatentes defendendo sua pátria, foram instigados à tarefa de rever e de redefinir o percurso da história da qual, até então, encontravam-se.

No decorrer do processo histórico, entre os anos de 1871 e 1914, foram aparecendo “[...] a ideologia de guerra e o modo como os intelectuais alemães e

se refere ao que é recente e atual, como ruptura no intuito de superação do defasado na construção da ideia de futuro, evolução e progresso (MARX, 2010).

franceses são chamados para contribuírem na tarefa de justificação e a valorização da guerra de destruição total dos inimigos” (ZUIN, 2001, p.74). A Primeira Guerra Mundial contribui para o declínio dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que prevaleceram desde a Revolução Francesa até este acontecimento, em 1914, promovendo “[...] um momento histórico no qual o sentido da história e o sentido do papel dos intelectuais aparecem como um decisivo problema, seja no campo da poesia e da literatura, seja no domínio da filosofia e das recentes ciências humanas” (ZUIN, 2001, p. 67). Os pensadores europeus construíram as noções de reconhecimento, de respeito, de autoridade no espaço acadêmico e social. Uma grande ênfase na função deles é dada no pensamento que constrói a ideia que revela, no meio social, o surgimento de um novo agente como autor do progresso considerando a universalidade.

Um episódio de guerra acarreta no sacrifício de multidões. É um conflito promovido pelos Estados nacionais, logo altera as concepções de mundo, devido às profundas feridas causadas nos indivíduos, que também se desgastam e faz com que haja perda da autoridade social e acadêmica. Nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, desestabilizou-se toda a Europa. Na forma de assumir o percurso da história, como resultado disso, marca-se a superação de princípios e valores universais do Iluminismo, assim como os ideais da Revolução Francesa, de 1789, situação esta que faz com que os pensadores do meio acadêmico, deixassem de ser o "sal da terra", esta terra se deixe de ter sabor num contexto de violência (LOSURDO, 1994).

Há, então, a necessidade de chamar atenção dos pensadores alemães e franceses na sua atribuição de justificar e valorizar esta atitude de guerra, no objetivo de eliminar totalmente o inimigo. Isso feito, sempre, contra os princípios da Revolução Francesa.

[...] a Primeira Guerra Mundial, um sucesso tão enorme como funesto. Tais serão as "idéias de 1914", cujo conteúdo será determinado caso a caso, mas sempre contra a Revolução Francesa. Sob sua forma mais extrema, essa oposição liquida os puros 'ideais mercantis' (Händlerideale) do trinômio 'Liberdade, Igualdade e Fraternidade', em nome da realidade da desigualdade, da luta entre os homens, e do culto ao super-homem: 'A guerra de 1914 é a guerra de Nietzsche: a Alemanha, a aura enfurecida, e é nela que a Alemanha tem sido animada pelo espírito de Nietzsche'. Em Sombart é a filosofia do super homem, considerado como o ponto de partida de toda a evolução espiritual alemã, que será objeto de celebração (LOSURDO, 1994, p.73).

De forma extrema, sempre na oposição dos "ideais mercantis" do tripé, enquanto lema, de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", diante da desigualdade, da realidade de luta conflituosa entre os homens e do culto a um indivíduo superior, faz-se protagonizar as ideais da guerra de 1914. Consolidação que se evidencia pela validação dos conceitos relacionados ao solo, poder, força, sangue, destino, morte, alma, entre outros. Essas noções que se colocavam como contraponto aos princípios dos valores da civilização almejada pela Revolução Francesa (como os da liberdade, razão, ciência, política, direito de voto e da democracia).

Nesse sentido, a principal argumentação está respaldada na cruel ideia da luta entre raças, que são concebidas como superiores e inferiores entre povos definidos para a condição de explorados e dominados, como também subjugados e oprimidos. É nesta nova abordagem de interpretação da história que se evidencia a influência do darwinismo social. Este último, uma interpretação que representou uma ruptura com o pensamento iluminista dos europeus, fazendo com que acontecesse o abandono dos conceitos do internacionalismo/universalidade e do pacifismo/humano. Com isso, faz necessário a construção de outros caminhos para a sociedade na modernidade burguesa que era fortemente marcada por valores absolutos. Reapropriar o sentido desta,

[...] história, restaurar o sentido para a sociedade na modernidade burguesa, cada vez mais marcada pela perda de valores absolutos, sejam eles religiosos, filosóficos ou políticos, tal foi a tarefa desempenhada pelos intelectuais alemães durante a crise do liberalismo até o início da Primeira Guerra Mundial (ZUIN, 2001, p. 80).

A crise da modernidade é a expressão da sequência de muitas rupturas no mundo moderno, isto faz com que indivíduo estabeleça outros sentidos aos objetos, às coisas e as suas atitudes, pois, com o declínio da religião como organizador das regras da vida, há uma profunda crise de valores e crenças, causando rupturas culturais e espirituais que impactam no comportamento do homem numa sociedade também em crise.

O dilema a ser revisto e resolvido desafia várias correntes ideológicas ao restaurar e reviver o passado no intuito de revolucionar a civilização, dado o contexto de pensadores europeus que os leva ao amadurecimento do desejo de transgredir os limites da modernidade burguesa. Isso, culmina com a Primeira Guerra Mundial, causando feridas na vida destes pensadores que estavam no interior da sofrida

sociedade em ruínas. Tal guerra mundial não destruiu somente a utopia de liberdade e felicidade (da razão em busca da verdade), para além disso, este episódio violento de guerra eliminou em muitos, de certa forma, parte da vida no interior deste ser humano (LOSURDO, 1994).

Tais fundamentos filosóficos que respaldam a política na Europa irão influenciar na constituição das nações na América Latina e, conseqüentemente, na sociedade brasileira. Agora, independentemente de estar na condição de colônia portuguesa, principalmente no início do século XX, quando entra em cena no país a ideia, “[...] da eterna luta entre raças superiores e inferiores, entre povos eleitos para a exploração e a dominação e povos subjugados e oprimidos. É uma nova abordagem do sentido da história, influenciada pelo darwinismo social” (ZUIN, 2001, p.76), expressão do dilema da Primeira Guerra Mundial faz com que os pensadores tragam da Europa a ideia da,

[...] dissolução dos conceitos de humanidade, de universalidade e de história derivados da ideia de era moderna concebida entre o Iluminismo francês e a Revolução Francesa, a Europa, que revela, em si mesma, a presença da principal fratura que a Primeira Guerra mundial impunha aos intelectuais europeus [...]” (ZUIN, 2001, p.76).

Isso deixa a Europa num contexto conflituoso de conceitos,

[...] nos limites do Reich em formação, os intelectuais iniciaram o processo de abandono da torre-de-marfim para contribuírem diretamente na tarefa de redefinir um novo sentido para a sua sociedade. Era uma nova condição histórica, na qual o papel dos intelectuais era sintetizado por Fustel de Coulanges da seguinte maneira: "Cada Nação convoca irresistivelmente seus intelectuais e seus artistas para se colocar a seu serviço (LOSURDO, 1994, p. 990).

O Brasil, estritamente agrário, com predomínio da produção para a exportação, tem o comando político predominantemente por oligarquias conservadoras, nessa nova fase do capitalismo internacional, financiado pelo crescimento do comércio mundial, que vai atuar de forma direta nas economias mais rudimentares. Esse é o caso do Brasil, onde o capitalismo ainda estava se consolidando, no entanto, tais mudanças foram lentas e reservadas, pois o domínio econômico e político, na preocupação da manutenção do poder, não faz concessões sociais.

Embora o Brasil tenha o intuito modernizador, com a referência europeia, foi a sua especificidade que deu base ao processo econômico pelo qual se formou, evoluiu e se desenvolveu com a finalidade de alcançar os padrões do mundo moderno. Nestas particularidades que se encontrarão as contraposições como traços fundamentais da constituição da nação (PRADO JUNIOR, 1972).

Transformações econômicas movidas pelos ideais liberais é que a nação brasileira avança, perpassando pela condição do regime colonial, imperial, chegando ao modelo republicano. No entanto, a conquista do regime republicano era resultado das lutas da classe dominante, com raízes na fase colonial, ou seja, os proprietários de terras e de escravos buscam este novo modelo social, sem a superação das relações arcaicas da exploração do trabalho.

Tal contexto brasileiro, no qual ocorre a ocupação do território paranaense, que se coloca nessa mesma finalidade de exploração – num primeiro momento o ouro, em seguida a madeira e a erva-mate. Sempre de forma extrativista, na retirada e apropriação apenas do que a natureza oferecia, o estado do Paraná se desenvolveu numa evidente desproporção em relação as demais regiões da nação, pois a indústria paranaense se manteve muito atrelada aos recursos naturais. Com baixa intensidade tecnológica, praticamente artesanal. Assim, a produção ervateira e o corte de madeiras serviram como alternativa econômica para muitos dos detentores dos meios de produção, além disso, a produção ervateira serviu para diminuir a miséria de muitos trabalhadores paranaenses (BRAUN; LIMA; STADUTO, 2013). Na sequência, vêm as práticas de agropecuária e agricultura, tais atividades econômicas, expressam-se nas mesmas condições diante do contexto nacional.

Os reflexos da modernidade só foram ocorrendo no âmbito nacional de forma tardia, e o Paraná, não foi diferente. Esta região brasileira, que até então fazia parte do território de São Paulo, eleva-se na categoria de Província com o nome de Paraná, em 29 de agosto de 1853, por meio da Lei 704, sancionada por D. Pedro II. Uma vez sancionada essa lei, a província recebeu o nome de Paraná em homenagem ao rio que também era chamado assim. No entanto, a independência política se consolida com influência econômica da atividade cafeeira, que tornou-se uma das maiores no Paraná em meados do século XIX. O clima propício e o terreno fértil para o cultivo motivaram a extensão da produção de café de São Paulo que chega ao norte paranaense (NASCIMENTO, 2004).

Uma vez criado o estado do Paraná, ele se materializa dentro dos mesmos contrastes da nação brasileira, logo, por mais que existissem tentativas modernizantes, as expressões das oligarquias agrárias nas relações econômicas arcaicas não deixavam de existir. Assim, entre estas disputas de interesses ideológicos, os Presidentes⁶ do estado do Paraná, na década de 1920, vão demonstrando preocupações liberais, no intuito de modernizar a economia para que o capitalismo avance, como se evidencia nas fontes primárias⁷ investigadas.

Por outro lado a pecuária muito melhorou com a introdução de reproductores e diversas espécies de gado; a industria de madeira triplicou a sua produção, conquistando novos mercados nas Republicas platinas e a industria do matte se consolidou com a lei de desequiparação de impostos que recaham sobre as hervas cancheada e beneficiada, estando hoje esse producto cotado por preços que jamais alcançou (CAMARGO, 1920, p. 6).

Nesse fragmento aparece a preocupação com a industrialização, bem como, a inserção da diversificação da produção agropecuária (abertura de novos mercados, flexibilizações das leis e dos encargos tributários). “O homem ao inventar a máquina a vapor não tinha dimensão que estava criando um instrumento poderoso que levaria “[...] a subverter as condições sociais em todo mundo, [...] favorecendo à burguesia o domínio social e político e provocando depois a luta de classe entre a burguesia e o proletariado” (ENGELS, 1986, p. 35). Transformações que têm, como fundamento, os ideais liberais que se materializam na divisão da sociedade em classes.

O liberalismo era a expressão que dava um arcabouço político, como resultado do antagonismo entre classes sociais, na reivindicação da socialização dos bens produzidos, tanto materiais como culturais. Processo que se materializa na contradição e move a luta de classes no decorrer da história da humanidade.

Essa contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que, como vimos, ocorreu várias vezes na história anterior sem, no entanto, ameaçar o seu fundamento, teve de irromper numa revolução em que a contradição assumiu ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade de colisões, colisões entre classes distintas, contradição da consciência, luta de ideias, luta política etc. (MARX; ENGELS, 2014, p. 61).

⁶ Affonso Alves de Camargo eleito pelo Partido Republicano Paranaense - PRP (1916-1920); Caetano Munhoz da Rocha eleito pelo Partido Republicano Paranaense - PRP (1920-1924).

⁷As citações de fontes primárias serão mantidas na redação original, sem nenhuma atualização ortográfica e em itálico.

São lutas resultantes de relações sociais conflitantes, que são mediadas por instituições, que dão proteção se legitimando num aparato de proteção do desenvolvimento capitalista. Portanto, o fator econômico um agente fundante neste processo, com mediações que se efetiva na teia de relações de um todo articulado universalmente. “Mas, em relação mesmo com a história econômica, temos [...] a história das instituições políticas, a evolução das normas jurídicas a história das relações internacionais” (MARX, 2013, p. 29) – isso posto dentre as instituições que o próprio modelo econômico cria, no caso, o Estado.

Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado (MARX, 2013, p. 20).

Considerando que o Estado moderno está a serviço do capitalismo, este desenvolve políticas que vão a favor dos interesses da classe dominante. Dessa forma, diante da necessidade liberal de reorganização social, a função do Estado se torna primordial. Tais princípios são afirmados nos fragmentos das mensagens dos representantes da política da época, assim como era a realidade brasileira, também a paranaense, “[...] *pelo bom desempenho dos serviços públicos e a seu cargo, contribuindo com seu patriotismo, competência e capacidade de trabalho para o engrandecimento do Estado em seus diversos surtos de progresso*” (CAMARGO, 1920 p. 9).

Com tal manutenção da estrutura social pela classe burguesa, o Estado exerce uma função primordial no esforço desta classe de sempre buscar a expansão.

O Estado continua a se comportar como se a burguesia pudesse, e realmente quisesse, exercer sua função de um contínuo movimento em expansão; na verdade, ele impõe as leis burguesas como se houvesse apenas uma classe e uma sociedade. [...] um grupo em potencial totalmente inclusivo, daí um sistema de leis e normas que tratavam os indivíduos como se eles estivessem para ser incorporados à burguesia (CARNOY, 1988, p. 111).

Estado este dado como resultado de uma determinada sociedade, de modo algum vai agir diferente, sua expressão é o resultado da irremediável realidade.

[...] um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é 'a realidade da ideia moral', nem 'a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocando aparentemente por cima da sociedade, chamando a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012, p. 213).

Como organismo de proteção, o Estado também é resultado das mudanças históricas enquanto repressão da classe explorada. Desta forma, foi o Estado antigo dos senhores que serviam para manter seus escravos subordinados. Como também serviu, no período feudal, para manter a sujeição dos servos e camponeses à nobreza e ao clero da época. Assim como também o fez na modernidade, a instituição estatal é um instrumento a serviço do capitalismo na exploração do trabalhador assalariado.

No entanto, a constituição do capitalismo brasileiro se deu pela formação de uma burguesia ultraconservadora e reacionária. "O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da 'velha' e da 'nova' oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária" (FERNANDES, 2005, p. 250). Nesse raciocínio, a burguesia chega a sua maturidade e sua plenitude no poder sobre um capitalismo monopolista, de profundo agravamento das condições sociais e da inevitável condição dos países do capitalismo tardio.

Na pretensão ingênua de se desenvolver economicamente, a nação faz com que poucos setores econômicos do país se beneficiem. Pois, historicamente, houve estímulos políticos que potencializaram as exportações com base em produtos primários. Isso ocorre com a participação mundial na disputa do comércio, que se limitava pela fragilização das empresas nacionais, estas controladas internacionalmente. Essa é uma articulação mundial que se torna imprescindível para o desenvolvimento, porém é de caráter dependente para economia brasileira.

A grande questão, que moveu iniciativas em torno do "desenvolvimento" moderno, justificava-se pelo desejo do "[...] conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar" (PRADO JUNIOR, 1972, p. 17). Isso é um argumento muito forte e que sensibiliza as gerações a perseguir com um objetivo a ser alcançado, mas, para chegar a estes padrões da

modernidade, é preciso se desenvolver enquanto nação. Como isso, ocorre que a referência de desenvolvimento que se busca aparece, nesta questão, no centro de todo um emaranhado divergente em busca de um modelo ideal para o desenvolvimento. A realidade é que o problema não está em querer se desenvolver, mas está nas condições históricas que o Brasil se encontra, que são características do capitalismo tardio e não características do capitalismo "clássico"⁸ maduro (PRADO JUNIOR, 1972; OLIVEIRA, 2003).

Foi a partir dos elementos característicos do capitalismo tardio⁹ que foi se constituindo a modernização do estado na busca do progresso, ou seja, para atender esta demanda política que se exercia a função de representante da classe dominante na defesa do que o discurso do patriotismo nacional afirma. *“Os serviços foram executados pela Secretaria de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas e secundados pela acção patriótica de Delegação Executiva da Produção Nacional que muito tem feito em prol do desenvolvimento agrícola do Estado”* (CAMARGO, 1920 p. 45). Camargo, como Presidente do Estado do Paraná, encerra sua gestão se colocando como satisfeito em realizar seu trabalho de governo, assim, apontou que *“[...] nas vésperas de transmitir o governo ao presidente eleito Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha¹⁰, que tem todas as virtudes cívicas para prestar ao Estado os melhores serviços com muita dedicação, competência e patriotismo”* (CAMARGO, 1920 p. 66).

Assim, apresenta o argumento de que cumpriu com seu compromisso público, com a meta de resolver os problemas do seu governo, na harmonia social, dentro da ordem, respeitando a legalidade. *“Retiro-me do governo tranquillo [...] tive a suprema felicidade de resolver, dentro da tolerância, da ordem e da lei, [...] procurando, ao mesmo tempo, bem servir ao Estado em suas múltiplas manifestações de progresso”*

⁸ O capitalismo clássico maduro se refere a um patamar de desenvolvimento desejável derivado de um processo produtivo que direciona a expansão das atividades lucrativas para a satisfação das necessidades sociais em um determinado mercado interno (PRADO JUNIOR, 1972).

⁹ Foi nas primeiras décadas do século XX que o Brasil encontrou a oportunidade e as condições históricas necessárias para superar a crise da economia agroexportadora e para alterar as formas tradicionais de dominação através da industrialização” (XAVIER, 1990, p. 30).

¹⁰ Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina, em 14 de maio de 1879. Em 1896, matriculou-se na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1902. Em 1905, com o irmão Ildefonso Munhoz da Rocha, fundou a Munhoz da Rocha & Irmão, firma comercial de grande expressão no estado paranaense. Em 1904, foi eleito deputado ao Congresso Legislativo do Paraná para o biênio 1904-1905 e foi reeleito para várias legislaturas. Em 1908, foi eleito prefeito de Paranaguá, para o quadriênio 1908- 1912, reelegeu-se para o período 1912-1916 e renunciou ao cargo em 1915. Foi eleito vice-presidente do Paraná para o quadriênio 1916-1920. Assumiu a presidência do estado em 1920-1924 e foi reeleito para 1924-1928 (cf. Coleção “Genealogia Paranaense” organizada por Francisco Negrão e ilustrações de Pedro Macedo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926, 1º volume, p. 246-248).

(CAMARGO, 1920, p. 66-67). Legalidade estatal que se materializa como um instrumento ideológico dentro do liberalismo, este princípio tem respaldo, como fundamento na lei natural, como um elemento propulsor para liberdade desse homem moderno.

O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão-só a consultem, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses (LOCKE, 1991, p. 218).

Estado de liberdade natural do qual o limite é a própria razão, proporciona o poder de lhes ordenarem como bem convier.

Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem (LOCKE, 1991, p. 217).

O princípio de liberdade respaldada na razão humana tem outra conotação, com o seguinte questionamento: liberdade de quem? Será que é a liberdade de um simples indivíduo na presença do outro, ou é a liberdade do capital em esmagar o trabalhador? Esta liberdade natural preconizada é levada para um caminho que se torna irrealizável. Pois desencadeou, no individualismo, um egoísmo sem precedente, na busca insaciável de acumular bens privadamente, ou seja, princípios de liberdade, que, uma vez representado ideologicamente, têm se apresentado como os únicos verdadeiramente validados (MARX, 1985).

Tal pensamento, dentro desta lei natural que proporciona a liberdade, também defende a igualdade, pois, ao nascer, traz consigo, da natureza, as mesmas faculdades enquanto espécie e nada mais do que isso.

Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro; nada havendo de mais evidente que criaturas da mesma espécie e da mesma ordem, nascidas promiscuamente a todas as mesmas vantagens da natureza e ao uso das mesmas faculdades, terão também de ser iguais umas às outras sem subordinação ou sujeição [...] (LOCKE, 1991, p. 217).

No entanto, este estado de liberdade e de igualdade pode ser barrado pelo direito à propriedade, que, de certa forma, apresenta-se contraditório, como se observa na seguinte defesa do autor, da qual chamou de poder político.

Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte, e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo isso tão-só em prol do bem público (LOCKE, 1991, p. 216).

Discurso que se apresenta como uma falácia diante do conflito de classes (MARX; ENGELS, 2014), entre o interesse particular e o coletivo, ao categorizar o interesse individual como se fosse do coletivo. Isto adquire, na esfera de Estado, uma forma independente, que separa os interesses reais do indivíduo do seu coletivo e simultaneamente assume uma aparência de comunidade ilusória. No entanto, sempre sobre a base concreta dos grupos com afinidades familiares, língua, divisão do trabalho e interesses de classes, que se diferenciam entre uns para dominar o restante.

A defesa da propriedade como algo individual, aparece para se juntar ao coletivo e também nos traz o interesse individual de proteção da propriedade, assumindo ao interesse coletivo de uma comunidade, no intuito de defender-se ao ataque de outros povos (LOCKE, 1991). Encontra-se aqui os elementos basilares da filosofia liberal, em que o direito à propriedade privada está acima do próprio direito à vida. Pois o poder político representado em uma pessoa da comunidade tem o poder de fazer leis, até com pena de morte, em nome dessa defesa. Fundamento do qual é base para a nova sociedade nascente, ou seja, a burguesia, que vai orientar a elaboração de legislações do Estado moderno que sustenta o capitalismo.

A origem da exploração de classe se distingue ao evidenciar o conceito de população, como termo genérico ao tratar de certos agrupamentos de indivíduos.

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples (MARX, 2008, p. 258).

A divisão de classe social está diretamente ligada ao real, como um todo do sistema de alienação do trabalho, resultante da propriedade privada, como ganância,

troca, competições, monopólio, valor financeiro e desvalorização do homem enquanto trabalhador.

Além disso, com a divisão do trabalho, dá-se ao mesmo tempo a contradição entre o interesse dos indivíduos ou das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente; e, sem dúvida, esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como 'interesse geral', mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido (MARX; ENGELS, 2014, p. 37).

No liberalismo, ideologicamente este homem dito livre, pode ser participante da sociedade civil que tem como finalidade a proteção da propriedade. Neste sentido, surge a necessidade da criação de um poder que foi convencionado de Estado moderno.

Todavia, embora os homens quando entram em sociedade abandonem a igualdade, a liberdade e o poder executivo que tinham no estado de natureza, nas mãos da sociedade, para que disponha deles por meio do poder legislativo conforme o exigir o bem dela mesma, entretanto, fazendo-o cada um apenas com a intenção de melhor se preservar a si próprio, à sua liberdade e propriedade, [...] o poder da sociedade ou o legislativo por ela constituído não se pode nunca supor se estenda mais além do que o bem comum, mas fica na obrigação de assegurar a propriedade de cada um [...]. E assim sendo, quem tiver o poder legislativo ou o poder supremo de qualquer comunidade obriga-se a governá-la mediante leis estabelecidas, promulgadas e conhecidas do povo (LOCKE, 1991, p. 265- 266).

A classe que defende um interesse em comum, no caso, o da propriedade, “[...] conforme se coloca o poder de fazer leis, assim também é a forma da comunidade” (LOCKE, 1991, p. 267). Nesse caso, por comunidade, compreende-se com seu significado genuíno legítimo, para isso, dentro de uma comunidade a sociedade política tem o poder diante da renúncia do poder natural de cada um.

O homem, nascendo, conforme provamos, com direito a perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem, por natureza, o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é, a vida, a liberdade, e os bens – contra os danos e ataques de outros homens, mas também julgar e castigar as infrações dessa lei por outros conforme estiver persuadido da gravidade da ofensa, mesmo com a própria morte nos crimes em que o horror do fato o exija, conforme a sua opinião. Contudo, como qualquer sociedade política somente quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida (LOCKE, 1991, p. 249).

O estado moderno, enquanto regulador das atitudes e das ações individuais, no intuito de proteger a propriedade que é individual, é somada como se fosse de interesse coletivo. Porém, “[...] a necessidade da administração, da política dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral” (MARX; ENGELS, 2014, p. 52), sua materialidade, nesse Estado, acaba protegendo para a perpetuação da divisão em classes.

O liberalismo, uma vez que assume o princípio da individualidade moderna, contraditoriamente, realiza-se na sua materialidade de forma conservadora, que leva a disseminação ideológica da manutenção da ordem da uniformização e da padronização de valores. Para isso, vai-se criando necessidades de instrumentos na função ideológica para manter a aproximação do real com o ideal. Nesta demanda que a educação, como ferramenta ideológica, é usada transformando uma necessidade econômica social, como se fosse um direito individual, argumento que traz de forma camuflada o interesse capitalista (ZANLORENZI, 2014). Assim, como propósito do liberalismo, pontua-se: a defesa da instrução pública como uma salvadora messiânica dos problemas da sociedade – educação esta que se omite da investigação da realidade social, da tomada de consciência, da reflexão do real que levaria a transformação do pensamento no mundo das ideias, como possibilidade de mudanças na prática social.

No projeto social dentro do liberalismo, o princípio de igualdade entre os indivíduos fica só no plano ideal, pois ao se materializar não existe igualdade de oportunidades, no entanto, estes indivíduos somente terão sucesso no esforço de seu mérito individual. Demanda que faz com que o trabalho do professor, na educação escolar, até seja, de possibilitar oportunizando o direito ao acesso desta dita igualdade do conhecimento para todos, porém o mérito do sucesso remete à competência das escolhas de cada indivíduo diante das oportunidades que são desiguais.

O mérito da conquista individual justifica, dentro deste discurso, a necessidade da divisão do trabalho. Uma vez dividido em funções específicas, especializa-se em métodos que facilitam o processo, isso para o aumento da produção otimizando o tempo do trabalhador.

As pessoas têm muito maior probabilidade de descobrir com maior facilidade e rapidez métodos para atingir um objetivo quando toda a sua atenção está dirigida para esse objeto único, do que quando a mente se ocupa com uma grande variedade de coisas. Mas, em consequência da divisão do trabalho, toda a atenção de uma pessoa é naturalmente dirigida para um único objeto

muito simples. Eis por que é natural podermos esperar que uma ou outra das pessoas ocupadas em cada setor de trabalho específico logo acabe descobrindo métodos mais fáceis e mais rápidos de executar seu trabalho específico, sempre que a natureza do trabalho comporte tal melhoria (SMITH, 1996, p. 69).

Essa origem nas mudanças na divisão e na especialização do processo de trabalho se dá pelo crescimento da produtividade desse trabalhador. Smith afirma que essa noção fundante da importância da divisão do trabalho para o progresso na produção, já foi formulada por Locke, que teoriza a liberdade individual como direito natural.

A propriedade como uma conquista individual, ao juntar seu interesse individual ao do outro em busca de proteção, assume a defesa da propriedade como interesse coletivo, formando-se uma comunidade (LOCKE, 1991), elemento basilar da filosofia liberal – acima do próprio direito à vida está o direito à propriedade privada. Esse é um fundamento com o qual se embasa a formação da nova sociedade, no caso a burguesia, é o princípio que vai orientar e dar sustentação ao Estado moderno como proteção do capitalismo.

Os princípios liberais que passam a dar sustentação ao pensamento de Smith, na subdivisão do trabalho, têm o aumento do número de operários em cada setor ocupacional, geralmente, resulta-se na elevação da produtividade (SMITH, 1996). As divisões nas funções de trabalho dentro do pensamento liberal podem ser favorecidas por talentos naturais, mas, não só, podem ocorrer por força de hábitos, de costumes ou por formativo educacional.

Na realidade, a diferença de talentos naturais em pessoas diferentes é muito menor do que pensamos; a grande diferença de habilidade que distingue entre si pessoas de diferentes profissões, quando chegam à maturidade, em muitos casos não é tanto a causa, mas antes o efeito da divisão do trabalho. A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação (SMITH, 1996, p. 75).

Tal divisão do trabalho da organização social, no entendimento que teve origem natural, assume-se uma visão fisiocrática de que a sociedade funcionava perfeitamente sem intervenção do Estado. Ou seja, a filosofia social que Smith defende se respalda em dois valores morais fundamentais, que são: a “liberdade natural” do homem e a justiça da regulação feita pela “mão invisível” da concorrência.

Assim, os fundamentos do pensamento liberal, que de certa forma respaldam as reformas educacionais, na finalidade dos investimentos na formação do indivíduo nos moldes da divisão de classe, tem o objetivo da manutenção do sistema produtivo econômico.

A economia política clássica, a ciência social da burguesia, dá preferência às conseqüências sociais que constituem o objetivo imediato dos atos realizados pelos homens na produção e na troca. Essa é a expressão fiel do regime social, cuja fundamentação teórica é essa ciência. Uma vez que os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único objetivo de obter lucros imediatos, só podem dar importância aos resultados mais próximos e imediatos. Se um industrial ou comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e alcança o lucro desejado, ele se dá por satisfeito e não se importa de jeito nenhum com que possa acontecer mais tarde com essa mercadoria ou com seu comprador (ENGELS, 1986, p. 36).

O interesse imediato faz com que seja assumida a formação do trabalhador meramente a serviço do capital. Dessa forma, intencionalmente, é que se propõe justificar o desemprego, as diferenças sociais, ou seja, a pobreza existente. Tais interesses econômicos e a ideologia hegemônica de uma classe social evidenciam-se em detrimento do desenvolvimento histórico de humanização.

O civismo¹¹ e a moral, como eixos fundantes na formação do cidadão, deveria ser trabalhada pela escola, como fórmula para a construção e a consolidação da nação brasileira republicana. Estas intencionalidades estavam presentes nos discursos institucionais e era defendida pela ideologia liberal no intuito de garantir a conciliação e a legitimação unificada da sociedade republicana, que se associava, à ideia de que o progresso da nação estaria acima das liberdades individuais.

O que se faz presente na revista O ENSINO, como que de forma ideal, harmônica e homogênea, numa democracia respaldada em direitos iguais a todos, numa intervenção ilusória e camuflada de conformação do liberalismo.

Eu vos concito, meninos, a batalhar pela Patria a guerra santa da Paz e do Progresso. Sejam as vossas armas o livro, a enxada, a machina, e das outras só useis em defeza da liberdade e da honra. Preparae-vos pelo saber, pela virtude e pelo trabalho para honrar o nosso grandioso paiz, colosso que se levanta e que assombra o mundo como terra bemdicta da promessa (O ENSINO, 1923, p. 13).

¹¹A moral e o civismo, princípios tais, almejados por políticos que vem desde a Independência do Brasil em 1822 (NAGLE, 1974; DE LUCA, 1999).

Na valorização do mérito individual, o método intuitivo se torna um mecanismo de disseminação de um modelo de referência padronizada, do ideal de um pensamento uniformizado, lei do mais forte que promoverá a exclusão social. Com isso, acentuam-se as desigualdades sociais, mediante à disseminação dos ideais do liberalismo, pois, na dita igualdade formal, o indivíduo, na realidade desigual, acaba assumindo a responsabilidade de incompetência como sua culpa.

No liberalismo é que se deve considerar os aspectos a partir da especificidade do concreto, pois ele representa a síntese de muitas determinações. Ao explicitar esta síntese, Camargo (então Presidente do Estado Paraná) anuncia que seu sucessor, Rocha, estava alinhado aos seus princípios modernizantes. O que se evidencia nestas colocações são alguns fundamentos, como o patriotismo/amor, ordem/leis e progresso/trabalho, ideais estes para o desenvolvimento paranaense, que se apresenta de forma contraditória na prática, “[...]na situação em progresso da sociedade, o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto de seu trabalho e da riqueza por ele produzida. A miséria que resulta, portanto, da essência do trabalho hodierno mesmo” (MARX, 2010, p 30). Este progresso, por meio do trabalho em sua essência, será o enriquecimento da burguesia, no entanto, o trabalhador será mais embrutecido e empobrecido, tanto material, quanto mentalmente no decorrer do processo.

Tais fundamentos liberais têm o respaldo na filosofia positivista¹², corrente que exerceu uma importante influência nas intervenções governamentais desenvolvidas na Primeira República. “*O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim*”. As condições fundamentais para civilização moderna é a ordem e o progresso, princípios estes que culminam na neutralidade da ciência (COMTE, 1990).

A expressão de princípios positivistas nos discursos dos políticos na constituição da Primeira República não acontece ao acaso, devido à pressão da formação econômica do capitalismo, faz com que avance para uma nova era fundada na razão. Esse novo modelo de produção, por meio da razão, cria a ciência que vai dando suporte na resolução dos problemas imediatos. Tal resolução faz parte de demandas de capitalistas isolados que produzem e trocam com a única finalidade de

¹²O conceito do positivismo está na obra de COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo Positivista. Tradução José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

obtenção de vantagens, como lucros imediatos, nesse sentido, só poderiam buscar e dar importância aos resultados imediatos (ENGELS, 1986).

Com isso, fica evidente que o Estado, na demanda moderna, vai assumindo a função de atender aos interesses da classe dominante.

Mas, ainda estava faltando alguma coisa: uma instituição que não só defendesse a nova forma privada de adquirir riquezas, em oposição às tradições comunistas da tribo, como também que legitimasse e perpetuasse a nascente divisão em classes e o 'direito' de a classe proprietária explorar e dominar os que nada possuíam. E essa instituição surgiu: o Estado (PONCE, 1982, p. 32).

Antes de tudo, não podemos esquecer que o Estado é uma expressão, como um produto, de uma determinada sociedade, pois esta ao chegar a um certo grau de desenvolvimento, resulta-se numa oposição. O desafio do processo não deve se limitar às ações corretivas do capitalismo, o problema está na constituição da produção material da qual o organismo estatal vem se consolidando, inerente à própria modernidade.

A extinção do Estado equivale a transformá-lo, modificando seu caráter de classe, na sua superação, uma vez que o problema fundamental que desafia a sobrevivência da humanidade, está em suplantando o Estado como um todo, mediante iniciativas de tomada de decisões, que levam à transformação do metabolismo social de forma que chega a outro radicalmente diferente. Por isso “[...] o Estado na sua composição na base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sócio metabólica estabelecida defendê-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2015, p. 28). Esse processo será árduo para a humanidade diante da necessidade de determinações objetivas para essa transcendência social.

A razão fundamental disso é que os graves problemas decorrentes da realidade política do Estado, mesmo quando assumem a forma de guerras devastadoras, são apenas parte do desafio. O sistema do capital tem três pilares interligados: capital, trabalho e Estado. Nenhum deles pode ser eliminado por conta própria. Tampouco podem ser simplesmente abolidos ou derrubados. As variedades particulares do Estado capitalista podem ser derrubadas, e também restauradas, mas não o Estado enquanto tal. Os tipos particulares das personificações historicamente dadas do capital e do trabalho assalariado podem ser juridicamente abolidos, e restaurados, mas não o capital e o trabalho como tais, em seu sentido substantivo de constituição como encontrados na ordem sociometabólica do capital. A verdade sóbria a ser lembrada é que tudo o que pode ser derrubado também pode ser restaurado. E isso foi feito. A materialidade do Estado está

profundamente enraizada na base sociometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas. Ela é inseparável da materialidade substantiva tanto do capital quanto do trabalho. Só uma visão combinada de sua inter-relação tríplice torna inteligíveis as funções legitimadoras do Estado do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2015, p. 29).

Diante da eliminação do Estado, numa modalidade nova da sociedade, como defende a abordagem marxiana, dentre ela a do pensador István Mészáros – que propõe um controle sócio metabólico comunal, assumindo, assim, essa ideia como princípio orientador vital de “igualdade substantiva” e conseqüentemente de uma democracia também substantiva que supere a atual forma de democracia representativa do modelo político moderno.

- 1) dado o patamar social historicamente alcançado do antagonismo entre capital e trabalho, não há possibilidade de ‘emancipação parcial’ e ‘libertação gradual’;
- 2) a classe dominante tem muito a perder; não irá ceder por sua própria vontade; deve ser derrubada por uma revolução;
- 3) a revolução não pode ter sucesso em uma base estreita; requer a ‘produção em uma escala de massa’ da consciência revolucionária, de tal modo que a classe revolucionária como um todo possa ter ‘sucesso em livrar-se de todo o esterco milenar e se tornar capaz de fundar uma sociedade nova’ – o que é possível pela prática das transformações revolucionárias reais;
- 4) aprender como dominar dificuldades, responsabilidades, pressões e contradições do exercício do poder requer um envolvimento ativo no próprio processo revolucionário, numa escala de tempo dolorosamente ampla (MÉSZÁROS, 2015, p. 130-131).

Esse é um antagonismo que se materializa na igualdade prometida por este Estado liberal que não passa do plano ideal, no qual a sua essência tem a função de proteger a divisão de classes, num estorço conciliador.

Assim foi por ocasião das lutas das classes proletárias, procurando o meu governo conciliar os interesses do trabalho e do capital, de maneira que as reivindicações do trabalho e do capital, de maneira que as reivindicações operárias, de diminuição de horas de trabalho e aumento de salários, se realizaram em derramamento de sangue (CAMARGO, 1920, p. 67).

Camargo político da época trata com um esforço de representante da classe dominante na busca de conciliações, sem greves, sem lutas e sem enfrentamentos violentos.

Desse modo, é um processo de reformas que permeia a tentativa de superação de um regime escravista para chegar à república, no entanto, para isso, há a necessidade de constituir a sociedade dentro da divisão de classes sociais. “Com o

regime republicano, abolido o trabalho escravo, começa a configurar-se uma classe proletária, esboçando-se um clima mais favorável para o surgimento de organizações operárias de diferentes tipos” (SAVIANI, 2010, p. 182).

Diante do advento da república, constroem-se espaços reivindicatórios da classe trabalhadora nas fissuras do antagonismo social. Por isso, fica evidente o esforço do Estado em se respaldar na filosofia positivista do princípio da ordem, do pensamento ideológico que vai perpassando entre os políticos.

[...] pelo muito que confia no espírito patriótico e no devotamento dos seus legítimos mandatários à causa publica, agrada sobretudo a quem, por força do dispositivo constitucional não somente, mas por índole e orientação próprias também [...]. Tenho conservado, por espírito de ordem e para a facilidade de qualquer estudo comparativo, a mesma diretriz das mensagens anteriores [...] (ROCHA, 1923, p. 3).

O princípio da ordem, por sua vez, é o que vem da necessidade de uma estrutura social, a qual tem sustentação em três pilares: “capital, trabalho e Estado”. Desses, nenhum pode ser eliminado de forma independente. Tal instituição estatal se constitui numa legitimação de sistema de hierarquias estruturais que dará numa forma de proteção da condição vital do interesse dominante.

Estes fundamentos da formação do Estado moderno vão se constituindo enquanto base da defesa da instrução pública daquele período – defesa que não aparece ao acaso, esta surge como necessidade para atender o interesse da classe dominante no desenvolvimento capitalista. Preocupação esta que consiste em instruir o povo paranaense conforme indica o seguinte fragmento de mensagem do Presidente do Estado: “*O Governo prosegue na sua tarefa de remodelação e dissiminação do ensino, notadamente do ensino primario. [...] não tem poupado esforços, porque bem comprehende que a grandeza da nossa Patria depende do cidadãos que libertarmos do analphabetismo*” (CAMARGO, 1920 p. 28).

Trata-se, então, de um apelo político feito, ao finalizar sua gestão, na preocupação com a disseminação do ensino primário como condição de crescimento da pátria. Assim, ao terminar seu mandato, deixa a afirmação: “[...] *desempenhei-me da honrosa investidura de mais alto magistrado do Estado e da promessa que prestei de bem cumprir os meus deveres, respeitando e fazendo respeitar as Constituições e leis da União e do Estado, promovendo o progresso e engrandecimento deste*” (CAMARGO, 1920 p. 3).

Esse é um argumento patriótico que se respalda no número de aproximadamente 75% da população brasileira analfabeta na década de 1920, percentual de analfabetos que estaria impedindo o progresso nacional,

[...] a compreensão nítida dos deveres cívicos, por parte do povo e do Governo, que, cuidando do ensino primário, contribue para firmar os alicerces da nossa nacionalidade e procura assim impulsionar o progresso que vai realizando o nosso Estado, entre os demais da Federação, empenhados todos na felicidade da Pátria commum (ROCHA, 1921, p. 85).

Evidencia-se, nos textos publicados na revista O ENSINO, a preocupação referente ao ensino como condição do avanço nacional. No entanto, dentro da inconformidade capitalista, a educação é desafiada na função de cumprir uma tarefa primordial: a de regeneração de um novo homem por meio da formação de trabalhador livre, com condições de exercer seus direitos e deveres. Porém, este interesse de centralidade na educação escolar é, na verdade, o de “moldar” o novo ser como cidadão dentro da perspectiva burguesa da exploração do trabalho, da alienação, camuflando a desigualdade oriunda do capitalismo (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2013).

Uma vez camuflados os interesses, a classe dominante aponta na direção da manutenção de estrutura existente. Assim, tais interesses buscam evitar que o antagonismo social venha à tona, ou seja, não interessa à classe dominada a manutenção dessa estrutura, mas, sim, a sua superação desta, chegando à outra sociedade que os liberte da situação de dominação.

Assim sendo, na perspectiva da classe dominada, as crises de conjuntura são vistas como manifestação das contradições da estrutura e, portanto, sua ação vai na direção de explorar os elementos de conjuntura no intuito de que eles possam vir a alterar a própria estrutura. Conseqüentemente, os elementos de conjuntura são vistos como instrumentos para trazer à tona, para pôr em evidência as contradições estruturais e, nesse sentido, mudar a correlação de forças para a transformação da própria sociedade. É neste quadro que a educação escolar se situa (SAVIANI, 2015, p. 107).

Nesta busca de expandir novos modos de produção, a escola se situa na necessidade de que a instrução pública deva garantir o mínimo, seja no domínio da leitura, no da escrita e ou no de quantidade – por mais que fosse o básico e que o antigo modelo de produção agrária não exigia. Para além do almejado avanço industrial, a instrução pública tinha o intuito de conciliar os interesses das classes

sociais. “A moderna sociedade burguesa, [...] não aboliu os antagonismos de classes. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão, novas estruturas de luta no lugar das antigas” (MARX, 2010, p. 52).

Há, dessa forma, um esforço em neutralizar o antagonismo social. Para isso, vão se efetivando intervenções políticas no Paraná. Como é o caso da reforma do ensino, que trazia, na sua proposta, a modernização dos métodos pedagógicos, para atender a interesses tais como os de buscar formação técnica educacional do, então, estado de São Paulo (referência, da época, das iniciativas modernizantes da educação brasileira).

1.3 INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE, ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924, NA REVISTA O ENSINO E OS IDEAIS DE CÉSAR PRIETRO MARTINEZ

Nas primeiras décadas do século XX, existiu uma mobilização de vários grupos políticos no intuito de expandir o ensino elementar, objetivando a ampliação do número de votantes em suas bases eleitorais. É nesse período que se constrói os instrumentos políticos na institucionalização da República, e a escola passa a ser um dos principais alvos de atuação. São momentos de disputas de ideais movidos por interesses dos dominantes, com a interferência de diversos grupos na tentativa de manter seus privilégios com tais mudanças. É uma circunstância permeada por intensa transformação devido ao aumento populacional, à diversificação étnica da população (negros, indígenas e imigrantes europeus), ao crescimento das cidades – tudo numa composição estrutural de uma sociedade em profunda transição, numa nova ordem econômica mundial.

Logo, são fatores do contexto mundial e nacional, dos quais o Paraná também se encontrava e, na sua especificidade, estava envolvido numa multiplicidade étnica comum – pelo grande número de negros e indígenas, que foram deixados à própria sorte, enquanto o governo brasileiro estimulava a imigração europeia e branca, enaltecendo as pessoas de origem de alemães, italianos, poloneses e ucranianos que demonstravam insegurança diante de uma realidade cultural de origem europeia. Porém, a imprensa divulgava que estes homens brancos seriam “[...] de braços fortes e inteligentes que desbravem os seus vastíssimos sertões e transformem em searas verdejantes os seus magníficos campos” (ROCHA, 1921, p. 67).

Essa visão racista dos políticos da época era sustentada por um discurso historiográfico de cunho tradicional, na busca do dito patriotismo. Com isso, o negro aparece de forma ambígua: ora na situação de reprodução de valores dos brancos da civilização europeia, ora pelo motivo de rebeldia, transgredindo o limite do “espírito” patriótico.

No decorrer da Primeira República, havia um discurso educacional que se fazia presente nos currículos oficiais. Nele, apresentavam-se os papéis e as funções dos negros e dos brancos que seriam determinados na história nacional. O livro e a imprensa defendiam e reforçavam o preconceito no imaginário da sociedade, na qual o negro era uma pessoa considerada inferior, com atraso cultural e tendo uma incapacidade de progredir tecnologicamente, logo, destinado ao fracasso (PINA, 2001).

Assim, transformar este imigrante em um legítimo brasileiro era o constante desafio, neste intuito, surge o Movimento Paranista¹³. Era um grupo formado por artistas, literatos e pensadores, que buscavam uma identidade baseada em lendas primitivas, com histórias regionais que apresentassem características próprias, na finalidade de criar, no imaginário popular, uma identidade com o sentimento de pertencimento ao Paraná.

Considera-se que o primeiro movimento de preocupação foram dos imigrantes e de migrantes, pois a população formada no estado não era somente de paranaenses, mas havia um elevado número de povos étnicos que deveria ser incluído nas ações dos dirigentes políticos. Devido a esta diversidade da população do Paraná, o movimento passou a chamar Paranista. A condição de ser um deles era estendida pela multiplicidade de culturas, amor e apego, pois, ao nascer como paranaense, a pessoa representaria a identidade na sua natividade.

O Movimento Paranista se dedicou a criar uma imagem do paranaense constituída por uma identidade cultura, estimulando “novas” tradições regionais, diferenciando simbolicamente da realidade das outras regiões brasileiras. Isso com a finalidade de que todos participassem em harmonia da constituição de um tipo ideal para o modelo paranista. No entanto, o negro não foi visto como parte destes povos étnicos, não foi compreendido como tendo pertencimento ao mesmo estado. Por mais que o Movimento Paranista tivesse o discurso de reconhecer a diversidade da

¹³ Movimento Paranista, sua expressão foi na década de 1920.

população paranaense, o movimento atuava numa referência ao padrão de civilização europeia.

Como dito, considerando como discurso fundador aquele criado por Auguste de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, temos configurada a linha de formação do estado do Paraná: povo descendente de europeu, branco, de olhos azuis. Assim, de um lado temos a história que considera a presença de escravos em Curitiba, bem como a participação de negros na construção do Paraná. De outro lado, temos o discurso fundador instituído na formação discursiva do Movimento Paranista, que busca apagar o escravo, o negro e seus descendentes da história desse Estado. É nesse jogo de poder que se privilegia lugares de memória para a imigração europeia e não para a presença afro, cuja entrada no país ocorreu a revelia e não por processo de imigração. Auguste de Saint-Hilaire nos apresenta Curitiba logo após o Paraná se tornar província, temos então um olhar de um estrangeiro de passagem que busca, com seu discurso, convidar o europeu para viver na cidade, e que vê no imigrante europeu a solução para um futuro de progresso no Estado. Já na obra do curitibano Romário Martins, temos uma visão mais contemporânea do Paraná e de um integrante do Movimento Paranista, que tem como ideal criar uma identidade para o Estado, em que se hierarquiza a raça branca como superior à negra e se valoriza o imigrante europeu. Por fim, na obra de Wilson Martins, mais atual, temos um olhar de um paulista radicado em Curitiba, que apresenta, efetivamente, um discurso que constrói uma imagem de branqueamento e de negação do negro em Curitiba (CARVALHO, 2016, p. 18-19).

A invisibilidade e a exclusão do negro, no Paraná, parte da ideia (e a fortalece) de que Curitiba, devido seu planejamento urbano, seria uma das melhores cidades para se viver no mundo. Outro fator significativo para o agravamento desta invisibilidade na capital paranaense, foi as efetivações de projetos tais como as construções de espaços públicos, como parques, praças e monumentos de reconhecimento em homenagem aos imigrantes – porém, os negros ficaram de fora dessas práticas de valorização da cultura, dando destaque somente à imigração europeia. Por outro lado, o negro foi violentado de forma simbólica pela invisibilidade e pela exclusão causadas pelas ideias paranistas, discursos estes de construção de uma imagem da cidade de Curitiba que nega o passado do estado como escravocrata e enaltece os imigrantes brancos como “seres” superiores.

Fechem-se as fronteiras! A necessidade de augmentar os factores de seu progresso, indo procurar elementos na immigração, faz que o Brasil receba, com a facilidade que a liberalidade de suas leis permite, immigrantes de todas as nacionalidades. Nem sempre – o que não deve-se acontecer – são postos o devido cuidado e a precisa vigilancia na admissão dos immigrantes que, muitas vezes, longe de virem ser elementos colaboradores do progresso do paiz, se constituem factores negativos, desviando-se do fim que os trouxe ao Brasil. Vindos para trabalhar na lavoura, mantêm-se nas cidades á procura de emprego. Não é raro passarem, illudindo a vigilancia dos portos, individuos

aleijados ou incapacitados para o trabalho e que aqui vem exercer [...] (FOLHA DA MANHÃ, 1926).

Devido à ideologia do branqueamento, que parte do princípio da superioridade do branco, é induzida a busca desse ideal pela população negra, com isso, vai se interiorizando os modelos culturais brancos, com a finalidade de que houvesse perda do legado cultural de matriz africana. Essa é uma expressão ideológica que vem ocorrendo ao longo do tempo na história ocidental e que constrói uma força ideológica simbólica de supremacia da cor branca sobre a negra – uma vez que o bem, o belo, o puro e o divino é representado pelo branco; e, por outro lado, o negro é representado pelo mal, pela culpa e pela treva. Com a expansão ocidental, devido à colonização, estas cores, ou seja, o branco e o negro na distinção dos valores religiosos de moral ou imoral, isso no respaldo em textos sagrados, nos quais se atribui ao negro a culpa, a imoralidade e, conseqüentemente como castigo, a escravidão.

Esta ideologia, do Paraná, de busca do branqueamento também estava difundida em todo o país brasileiro, dentro do imaginário republicano. Ideais que se apresentavam como fundamentos da função da instrução pública nacional. No entanto, destinava-se a cada estado organizar seu ensino. São Paulo, desde seus primeiros governos republicanos demonstrava o compromisso em buscar a conformidade com o ideário do ensino, como dito, modernizante. A escola no imaginário republicano, nesse sentido, é o meio de instaurar a nova ordem no intuito de promover o progresso, de transformar os habitantes em povo civilizado para construir a nação. Mediante ao alinhamento do regime político republicano para a escola pública primária de São Paulo, ela se torna embasada numa formação ideológica para a construção do novo regime de propagação de concepções, princípios e valores, numa ação reformista e em um contexto que marca o início da educação modelar do estado paulista (FERREIRA, 2013; SOUZA, 2013; CARVALHO, 1989).

Com a aproximação entre o Paraná e o estado paulista, possibilitou-se a circulação de ideias de reformas com novos modelos pedagógicos. Desta relação entre os estados, com observações em São Paulo, resultam-se construções de novos espaços educacionais, como grupos escolares, mobiliários escolares e materiais didáticos, para tanto, ícones da modernidade dentro de um modelo de ensino republicano. Dentro dessa perspectiva de reformar, o ensino paranaense, a exemplo das reformas paulistas que Caetano Munhoz da Rocha, em 1920, solicita a Altino

Arantes, presidente do Estado de São Paulo, um profissional pedagógico para dirigir a reforma da instrução pública paranaense.

Considerando que um aparelho escolar depende sobretudo da orientação pedagógica que ao seus chefes cabe imprimir e tendo em conta que o Estado de São Paulo nesse particular pode servir de modelo, julguei acertado solicitar do seu illustre Governo a vinda de um tecnico que em comissão, exercesse o alto cargo de Inspector Geral de Ensino. [...] Pozá disposição do meu Governo o projecto e illustre professor Cesar Prieto Martinez, Director da Escola Normal de Pirassununga que, [...] tratou logo de pôr em pratica medidas que julgou acertadas, com appovação do Governo. Já providenciando para que os methodos modernos se generalizassem nas escolas e grupos da Capital [...] (ROCHA, 1921, p. 91).

Para além das adaptações de prédios, mobiliários e materiais didáticos, a chegada do gestor educacional fez com que o processo pedagógico se tornasse mais ágil e eficiente, entre estas mudanças, há a substituição do método de ensino.

E de conveniência que essa medida se torne extensiva aos professores do interior que leccionam a primeira série, e isso para facilitar a alfabetização, que é muito lenta pelo antigos methodos. Os professores tanto das escolas izoladas, como de grupos poderão ensinar a ler e a escrever dentro de um anno, o que actualmente não acontece, pois verifica-se que em muitos casos as creanças levam dois e mais annos para aprender a ler e a escrever deficientemente (ROCHA, 1921, p. 92).

O livro didático passa a ser, então, um dos instrumentos mais importante a serviço do professor, material que, de certa forma, seria como um guia metodológico. Para muitos estudantes dos anos de 1920, o primeiro contato com universo escrito era através do livro didático, para outros, além disso, o material seria o único acesso ao conhecimento científico, literário e cultural, ou seja, não teriam outros meios de acesso aos bens culturais produzido pela humanidade senão pelo contato com tal instrumento.

No entanto, os manuais didáticos não são neutros, eles trazem uma representação ideológica de Estado que permeia os encaminhamentos pedagógicos conforme sua abordagem filosófica. Abordagem esta que se manifesta nas concepções de homem, de sociedade e de mundo, são escolhas que trazem as representações da política e da economia, opções que vão influenciando o autor na escrita de sua obra. Isso considerando que, na época, quem tinha acesso a esses materiais, como manuais e livros, era somente a elite, a população pobre era deixada no esquecimento, encontrando as muitas dificuldades devido ao elevado valor para a

aquisição dos manuais e livros, impossibilitando a classe trabalhadora de ter o acesso aos mesmos.

Rocha Pombo foi o autor de mais expressão nos livros mais utilizados, como a História da América, História do Brasil e a Nossa Pátria. Era um autor que simpatizava e se relacionava com influentes políticos da época.

Rocha Pombo manteve boas relações com pessoas do meio político e da imprensa, sobretudo com aquelas ligadas ao Partido Conservador, dentre as quais destacamos o Barão do Serro Azul, responsável pela sua inserção no próprio partido, bem como no debate dos problemas específicos da política. Ele dizia que não se lembrava das razões que o levaram a escolher o Partido Conservador, mas ao mesmo tempo afirmava que seu amigo Barão do Serro Azul era um conservador adiantado, ou seja, mais parecia um republicano; salientava que foi por simpatia que adotou o partido, ainda entrava em seu espírito que a república era o governo que mais se coadunava com o progresso e a liberdade; ele se dizia admirador das experiências republicanas da Suíça e dos Estados Unidos. O referido amigo exerceu papel muito forte no gosto pela atividade política, muito mais pelo fato de o Barão do Serro Azul ser defensor da liberdade, mesmo sendo do Partido Conservador (CAMPOS, 2008, p. 217).

Resultante desta afinidade política do autor com o estado paranaense, deu-se a multiplicação do livro “Nossa Pátria”, este editado mais de 70 vezes para a utilização nas escolas primárias da época. Na defesa de Pombo (1917), pontua-se que não se ama uma terra sem sacrifício, pois isso é defendido pela tradição religiosa de natureza cristã, este autor considerava a nação como Pátria num tripé de princípios: uma “história comum”, uma “língua (a portuguesa de Brasil)” e uma “religião (a católica)”. Desta forma, isso seria a base fundamental para a evidência da república.

A criação do “culto à pátria branca” foi o objetivo do referido livro, para além destas defesas, Rocha Pombo afirmava que o foco escolar deveria estar nas questões do cotidiano, assim, colocam-se demandas reais que instigam a luta para que acarretariam em mudanças.

A intenção modernizante da educação, de César Prieto Martinez, era reforçada nos escritos de Rocha Pombo, publicados nos textos pedagógicos no estado. O pensador, como Inspetor Geral de Ensino no Paraná, garantia a materialização do interesse das forças promovidas pelos ideais reformadores do capital. Trabalho que, enquanto inovador do ensino contratado pelo estado do Paraná, resultou-se na sua formação e experiência docente em um processo educacional do estado paulista no período de efetivação da República.

Sua pretensão reformista é expressa em relatório: “[...] *com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente. Não sou um extranho ao magistério; pois na carreira de professor, vae para vinte annos, tenho empenhado as minhas energias, já estudando todos os problemas que a moderna Pedagogia procura resolver [...]*” (MARTINEZ, 1920, p. 3). Assim, o número elevado de analfabetos chamava atenção dos pensadores brasileiros, porém parece que não causava constrangimento, pois estes índices de analfabetos sempre se mantinham. O Brasil, como país periférico no desenvolvimento do capitalismo internacional, sofre contínua influência cultural externa e, assim, absorve-se, por meio de suas elites pensantes, ideologias nascidas e disseminadas num contexto avançado das sociedades hegemônicas (XAVIER, 1990) – reflexos que chegam no movimento escolanovista, os quais acreditavam que era possível resolver os problemas da sociedade numa reforma através da educação. Tal movimento tinha respaldo nos ideais escolanovista que se desenvolveram tanto nos Estados Unidos, como na Europa.

A década de 1920 foi importante para o Brasil, é quando os novos intelectuais brasileiros influenciados pelas ideias da escola nova e a favor da escola pública realizam reformas educacionais em alguns estados, Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Carneiro Leão, em Pernambuco (1926); Francisco Campos e Mario Casassata, em Minas Gerais (1927); Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) e Cesar Prieto Martinez, no Paraná (1920). Todas essas reformas procuravam remodelar o ensino ao mesmo tempo que fortalecessem a educação pública (WEREBE, 1994, p. 48).

Diante deste contexto educacional brasileiro, acontece a chegada de César Prieto Martinez ao Paraná, no entanto, isso não acontece ao acaso. O número elevado de analfabetos e o constante crescimento das populações do meio urbano, fazem com que o poder público busque saídas por meio de reformas educacionais.

No entanto, estas providências, por meio de reformas, no intuito da dita modernização, fizeram com que a classe dominante buscasse reduzir os efeitos vergonhosos das mazelas herdadas do período da colônia e da escravidão, das quais se apresentavam em toda a realidade brasileira. Mudança esta que se pauta em modelos de países ditos desenvolvidos, como os europeus e o norte-americano, com referência da superação dos problemas da gestão social. Modelos que traziam, de certa forma, estereótipos de civilização, organização do espaço urbano, como também do científico, elementos que, na crença, levariam à efetividade do progresso. O novo regime político, agora republicano, seria a possibilidade de um caminho a ser

percorrido para cancelar esta herança do passado brasileiro. A elite brasileira entendia que, por meio de reforma institucional, ajustar-se-ia, equiparando-se aos níveis culturais e sociais das potências mundiais já industrializadas.

Os sentimentos que prevaleceram, então, são os de desprezo e vergonha em relação ao passado, como algo atrasado, de hábitos culturais condenáveis, que não deveria ser mais praticado, uma vergonha que a proposta republicana superaria. Com a Proclamação da República, muda-se a organização política das províncias e o Paraná uma das que foi modificada, na necessidade de superar a vergonha do analfabetismo, se resolve difundir a instrução pública como uma condição essencial para a legitimação da nova proposta do tal regime político. Como providência, os ocupantes dos cargos públicos tiveram a função de elaborar uma multiplicidade de regulamentos, de decretos e de leis, no intuito de reorganizar e promover a instrução pública para a população que predominantemente era analfabeta (realidade de toda a nação).

O entendimento de que, se antes o atraso nacional era atribuído à escravidão, neste período histórico, o atraso passou a ser atribuído a falta de instrução, ou seja, ao analfabetismo. Diante disso, o ensino passa a ser uma das principais frentes do regime republicano, com isso, a educação assume a responsabilidade de alavancar o progresso. A frente republicana, então, perpassou pelas terras paranaenses a partir do final do século XIX, assim como nos primeiros anos do século XX (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Assim, a escola vai assumindo uma importante função, tanto como instituição de ensino, não só na transmissão do conhecimento rudimentar, mas também como espaço para se efetivar a ideologia liberal do Estado. A classe social que objetiva ser dirigente e, conseqüentemente, dominante, terá que desenvolver para si um grupo de pensadores que elaborem e criem uma filosofia de concepção de mundo, que atenda aos interesses desta classe social (MARX; ENGELS, 2014). Assim, conceber ao mundo a formação dominante somente é possível pela educação escolarizada, uma vez que o processo educacional se desenvolve dentro de uma instituição escolar. Logo, assume a função de um importante instrumento, não só para ensinar e preparar as massas que irão trabalhar enquanto mão de obra nas fábricas, mas, também nessa função da escola vai além, cumprindo com a transmissão da ideologia da classe dominante, que ocorre com evidente expressão entre as décadas de 1920 e 1930,

quando a escola se encontra na missão dentro de um propósito de fortalecer a identidade nacional por meio da modernização educacional.

A educação, por meio da imprensa pedagógica, assume um caráter disseminador de tais ideários, realidade brasileira que faz adentrar a república numa condição de diferença em relação aos outros países. Realidade essa que faz com que políticos e pensadores desta época se desafiassem, diante do problema da falta de instrução, pois os altos índices de analfabetismo no país instigavam os grupos pensantes a apontarem para soluções rápidas ao problema.

Contexto nacional que fez com que a educação paranaense buscasse a modernização, esta que vai ao encontro dos ideais republicanos da instrução pública para o progresso nacional movidos pelos princípios liberais, diante disso, a imprensa pedagógica passa a ser uma possível aliada para a efetivação da reforma. Ideais que levou, em 1920, o então Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, a buscar parceria com políticos de São Paulo, solicitando o professor, César Prieto Martinez, que irá trazer as ideias política pedagógica de São Paulo para o Paraná como sinônimo de novas e avançadas práticas educativas.

A vinda de um paulista para trabalhar a instrução pública no Paraná, não era vista com bons olhos pela imprensa Paranaense. O jornal divulgava que não era prudente da parte do Presidente do Estado trazer César Prieto Martines. Ele iria trazer a experiência paulista de ensino e o editor chefe chamava a atenção para o fato de que o estado do Paraná não deveria se submeter a tão chamada organização paulista, pois questionava-se realmente se esta traria condições reais de inovação e progresso, já que a educação, instrução, paulista na sua maioria eram fachadas.

O sr.dr. José Carlos de Macedo Soares, em uma série de vibrantes e muito bem fundamentados artigos no O Estado de S. Paulo, tem demonstrado à evidência que a instrução pública de S. Paulo consta somente de escolas de fachadas. Não traga o sr. Munhoz essa praga para aqui. Antes de tudo trate s. ex. da competência pedagógica do professor, que é a base fundamental do ensino e de sua moralidade (O ESTADO, 1920).

No Paraná, a revista O ENSINO divulgava a chegada de César Prieto. O professor paulista teria sido convidado em “[...] 1920 o Governo do Paraná incumbio o Snr. Lysimaco Ferreira da Costa de convidar o professor João Lourenço Rodrigues para reformar o ensino público. Em vista de seus múltiplos afazeres, não pôde aceitar tão honrosa incumbência” (O ENSINO, 1922, p. 389).

César Martinez, o escolhido dentre muito nomes paulista, dizia-se muito honrado por “[...] *ser o escolhido dentre inúmeros professores do meu Estado para desempenhar neste rico e prospero Paraná o cargo, em comissão, de Inspetor Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente*” (MARTINEZ, 1921, p. 3).

A vinda de Martinez trouxe polêmica para imprensa e gerou comentários de aceitação e também muitas resistências, por ser um professor paulista. No jornal de 22 de maio de 1920, em matéria intitulada “Campanha ingrata”, aparece a crítica ao governo de Munhoz da Rocha e às ações do Inspetor Geral do Ensino, César Martinez, que foi trazido de São Paulo. Na epígrafe, lê-se:

A Reforma do Ensino o enviado especial inicia os seus trabalhos. Procuram destarte criar sérios embaraços à ação do inspetor contratado em S. Paulo para reformar o nosso ensino, e conseqüentemente sérios embaraços ao próprio Governo ao qual endossam maneiramente, de quando em vez, com uma louvaminha enojante [...] (PARANÁ. JORNAL, 1920).

A matéria do jornal também destaca, através de boletins informativos para os professores do interior e da Capital, contra o Inspetor Geral de Ensino, que o seu método de trabalho era “[...] *instrutivo, procurando lançar a indisciplina no magistério público! Esses boletins foram profusamente espalhados, Estado em fora*” (PARANÁ. JORNAL, 1920).

Já o jornal “A República” elogiava a atuação de César Prieto que com “[...] *segurança das intenções*” de que se revestia essa “peça” textual, e pela “[...] *alta idoneidade moral e profissional desse preclaro espírito de resolução e de ordem que ora dirige a instrução pública paranaense. [...] O nosso professorado primário fundou ontem uma associação e prestou uma justa homenagem ao prof. César Pietro Martinez*” (A REPÚBLICA, 1920). Por mais que houvesse polêmica na contratação, o mesmo trazia prestígio, devido sua origem em estabelecimentos de reconhecimento, que seria referência como modelo em São Paulo, instituições que eram enquadradas como salvadoras da nação.

A formação do profissional da educação, principalmente da capital, como a Escola Normal, assume uma posição destinada a dar prestígio para a classe professoral (MONARCHA, 2010). Era a expressão que acabava despertando o interesse de políticos de outros estados, fazendo, de certa forma, com que o processo educacional do referido estado se transformasse em símbolo da modernidade. É com

esta finalidade que Martinez vem ao Paraná, fato constatável na seguinte colocação em defesa da sua intervenção educacional.

Mestres! Sois vós os novos bandeirantes desta nova cruzada, não para desbravardes os nossos fecundos sertões e de lá extrahirdes as preciosas pepitas e os diamantes preciosos, com que aumentaremos a nossa riqueza material, mas para criardes, no espirito das crianças, no cerebro do nosso povo, na alma de nossa raça, a capacidade, a possibilidade, as energias e o civismo com que haveremos de contar para a realização dos nossos destinos (O ENSINO, 1924, p. 38).

É um discurso movido pelo problema comum da nação brasileira na busca da identidade nacional nos moldes republicano, para isso, deveria se desenvolver moralmente e fisicamente dentro do padrão das ditas nações civilizadas. O percurso da educação escolar para esta modernização, seria formar professores incorporando os princípios cívicos republicanos. Em torno disso, nos momentos de debates a respeito do aprimoramento da instrução pública, a modernização passa a ser o selo do progresso.

Na reforma do ensino promovida por César Prieto Martinez, as estratégias se evidenciam na intencionalidade de modernizar o ensino em prol do desenvolvimento paranaense. Isso acontece nas seguintes ações: formação dos professores como a criação e regulamento de Escolas Normais; biblioteca pedagógica; prêmios aos professores; cursos com palestras pedagógicas; práticas nos estabelecimentos modelares de ensino e a revista O ENSINO como imprensa pedagógica. Assim como também podemos considerar os relatórios de Martinez, que expressam diversas ações reformistas, estas que delegava o sucesso da instrução pública ao trabalho qualificado dos profissionais.

A questão desta demanda do trabalho docente está presente nos discursos evidenciados na imprensa pedagógica. No caso, a revista O ENSINO, em seus artigos, visa sensibilizar o leitor profissional da educação de diferentes formas, a mesma que estava revestida de autoridade e que adentrava a escola na intervenção no trabalho do professor, ou seja, na maioria das vezes, para enaltecer grandes educadores por meio de apelos diretos pela causa educacional. O periódico que representava um mecanismo de porta voz de alguém legitimado, uma estratégia direta de inserção escolar, intencionalmente planejada como um instrumento da reforma.

Assim, neste capítulo, discutiu-se acerca da modernidade na instrução pública paranaense na primeira república (nos anos 1920). Com este estudo foi possível

afirmar que a instrução pública paranaense, por meio da imprensa pedagógica, assume uma finalidade liberal de conciliação de interesses das classes sociais. Dessa forma, os fundamentos da demanda da modernização educacional da Primeira República, será o assunto discutido no próximo capítulo. Aprofundando-se nos ideais do reformador, o Inspetor Geral do Ensino do Paraná, César Prieto Martinez, publicados na revista O ENSINO entre os anos de 1920 a 1924.

CAPÍTULO 2

CÉSAR PRIETO MARTINEZ, O REFORMADOR: SEUS IDEAIS E SEUS FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924

A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais [...]. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê [...]. É a mente do Estado que pode ser vendida em cada rancho. [...] É o mundo ideal que flui constantemente do real [...] (MARX, 2000, p. 65).

A imprensa se manifesta na função de dar o consentimento de validação de ideais, ao unir os indivíduos numa concepção de mundo personalizada pela cultura incorporada às lutas materiais para atender a classe dominante. Essas são manifestações resultantes de circunstâncias reais que constrói o pensamento, o que não vem ao acaso. Neste sentido, em qual projeto societário o Inspetor Geral do Ensino, César Prieto Martinez, está inserido? Vale lembrar que, o indivíduo da cultura, antes de tudo, é da política, ele desempenha suas atividades orientadas por um direcionamento da racionalidade ideológica liberal.

Um veículo de comunicação que é utilizado pelo Estado, na difusão da idealização de um imaginário social, expressa, assim, o movimento cultural de uma determinada época – neste caso, da Primeira República. Assim, Martinez, professor paulista, recebe, ao aceitar o convite, a incumbência de remodelar o ensino, logo, o aparelho escolar como um todo.

Instruir o povo: e para isso deve nos fazer da escola publica primaria e gratuita o instrumento que nos deve dar a felicidade almejada. Nas linhas que se seguem terei oportunidade de expor as idéias que julgo aproveitáveis. Foi por esse motivo, isto é pela necessidade que reputo inadiável de se modificar o ensino em quase todos os Estados, que acceitei esta difficil encumbencia. Animado pela firmeza de minhas idéias e confortado pela esperança de triumphar, deixei São Paulo em demanda dos pinheiraes (MARTINEZ, 1920, p. 4).

Considerando a totalidade das mudanças causadas pelo modelo republicano, na busca da modernização brasileira, pensadores tais, reivindicados por políticos no intuito de modernos métodos educacionais.

A imprensa se apresenta num meio que veiculava as tomadas de decisões de medidas legais, estas promovidas por idealizações na busca da modernização da educação.

Que não se realiza já no pensamento nem na imaginação; está viva em suas relações teóricas e práticas. Encontra-se, pois, em condições de apreender sua própria história como um processo e de conceber a natureza, com a qual forma realmente corpo, de maneira científica (o que lhe permite dominá-la na prática) (MARX; ENGELS, 1992, p. 40).

Os textos de Martinez estão materializado via imprensa, na revista pedagógica O ENSINO (1922; 1923; 1924). São publicações criadas pela Inspeção Geral do Ensino do Paraná para os professores do estado, no desejo de formar uma retórica criando, assim, uma nova cultura pedagógica, construindo ideias e ideais, legitimando opiniões de leitores profissionais da educação respaldadas em suas orientações enquanto tomadas de decisões.

A revista O ENSINO é um material intencionalmente pensado e organizado como expressão de uma realidade histórica, a qual traz uma função, seja ela, econômica, política e educativa. Assim, é um instrumento direcionador, por meio de seus escritos, de valores morais e éticos, na finalidade de formar o indivíduo dentro dos ideais para o exercício do civismo: do trabalho, do amor à pátria e da moral com finalidades educacionais – propostas para a reforma da instrução pública no Paraná. Constituinte, assim, os fundamentos que serão a base dos ideais de Martinez na sua atuação no cargo de Inspetor Geral do Ensino.

Diante deste entendimento de que a imprensa era utilizada pelo estado como veículo de difusão da idealização de um imaginário social, entende-se que essa idealização expressa o movimento cultural de uma determinada época, neste caso, da Primeira República. Considerando que César Prieto Martinez estava inserido neste determinado contexto, objetiva-se, neste capítulo, analisar os ideais do Inspetor Geral do Ensino do Paraná na reforma da instrução pública, publicado na revista O ENSINO entre os anos de 1920 a 1924. Para atingir este objetivo, a seção se subdivide em quatro tópicos: no primeiro, dar-se-á o entendimento do trabalho como essência humana (fundamento da reforma educacional de Martinez como expressão da contradição liberal); no segundo, tem-se a intervenção do Estado para disciplinar o corpo do trabalhador (ideal na reforma do pensador Martinez); no terceiro, compreende-se a religião na função moralizante do trabalhador (princípio veiculado pela revista O ENSINO); por fim, no quarto, analisa-se a racionalização da educação nos ideais de Martinez na revista O ENSINO.

2.1 O TRABALHO NA CONTRADIÇÃO LIBERAL: FUNDAMENTO DA REFORMA EDUCACIONAL DE MARTINEZ

No conjunto de seus ideais, Martinez apresenta uma base para o desenvolvimento de preocupação com a formação para o trabalho. Mas qual seria a finalidade da ação humana para o mesmo na busca de sua reforma do ensino? Para isso, vamos aprofundar a conceituação do trabalho na especificidade daquilo que constitui o ser vivo enquanto homem, para entendermos assim, as finalidades reformistas no Paraná.

A definição clássica aristotélica de homem traz o fato de ser um animal racional, no caso, a sua distinção dos outros animais é a racionalidade, característica que constitui a essência do ser humano (SAVIANI, 2008). No processo do seu surgimento, destaca-se inicialmente igual a um ser natural, no entanto, este animal racional, devida sua consciência, vê-se de forma instigado a existir, produzindo sua própria vida.

Por sua vez que os animais, de forma geral, adaptam-se à natureza, os homens, ao contrário disso, adaptam a natureza a si, ajustando-a para resolver suas necessidades. Esta condição que faz o homem se diferenciar propriamente dos outros animais no processo de produzir seus meios de vida, pelo esforço físico e mental, consciente de objetivação de planejamento daquilo que é desejado produzir enquanto meios de existência, nesta especificidade, o homem produz indiretamente a própria vida material. No entanto, para compreender a essência do ato de educar, faz-se necessário se remeter à categoria trabalho, pois é este que promove e condiciona a existência de um ser vivo, pois, entre outras necessidades, o homem, antes de tudo, precisa viver, comer, vestir e morar, a partir disso, uma vez resolvida estas necessidades, vão criando outras e, conseqüentemente, produzindo sua história (MARX; ENGELS, 2014).

O ato de transformar de forma consciente a natureza, agindo para resolver suas necessidades de homem é o que se constitui enquanto trabalho, este, na sua essência, lhe faz humano. Tal essência não vem da dádiva de origem divina, mas também não precede numa característica da existência humana. Pelo contrário, esta essência humana é resultado da produção da ação dos próprios homens, do trabalho.

A natureza não garante a existência humana, logo, ela é produzida pelo esforço do trabalho do próprio homem, este ser não nasce homem, mas sim se forma

homem. Igualmente não nasce com o conhecimento para se produzir homem, necessita aprendê-lo, uma vez que aprende no próprio processo de produzir sua existência. Isso significa que a produção do homem acontece simultaneamente a sua formação num processo educativo, ou seja, a origem da educação, de certa forma, coincide com a própria origem do homem. Pois, a relação entre trabalho e educação se constitui numa identidade. “Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Essa reflexão demonstra que o homem não nasce sabendo ser homem, mas se forma e se transforma no percurso da vida, através da própria produção de se constituir como tal, pois precisa aprender a ser homem, numa aprendizagem de produzir sua existência. Esta produção é, simultaneamente, a formação do homem, isto se constitui num processo educativo, portanto, aqui, se dá a origem da educação, esta coincide, necessariamente, com a origem da existência do próprio homem (SAVIANI, 2008). Homens que aprendem a produzir, vão se constituindo pelo modo de produção, este resultante das circunstâncias materiais, e, ao produzir tais circunstâncias conscientes, também vão se modificando enquanto meio natural e a si mesmo, “[...] o homem, enquanto homem, é social, isto é, está moldado por um ambiente histórico de que não pode ser separado” (PONCE, 1982, p. 20).

Diante disso, estes conhecimentos produzidos, uma vez não validados pela experiência do trabalho, vão sendo banidos, no entanto, aqueles reconhecidos pela mesma experiência, uma vez eficaz, seriam preservados, no intuito de garantir a existência da espécie seriam, então, transmitidos para as gerações seguintes. “Nessas condições, a educação identificava-se com a vida. A expressão ‘educação é vida’, e não preparação para a vida [...]” (SAVIANI, 2007, p. 155).

No decorrer da história da humanidade, vão transformando os meios de produção e a educação também vai assumindo novas funções. Nas sociedades primitivas, a educação se constituía de forma difusa. Nela, as crianças aprendiam pela imitação das atitudes dos adultos ao praticarem para produzirem suas existências, “[...] a educação não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente” (PONCE, 1982, p. 18). Porém, esta forma difusa de educar as gerações se demonstrou insuficiente quando os grupos tribais avançaram nas disputas e conquistas de novos territórios.

Na evolução das relações tribais, a apropriação privada da terra se torna o principal meio de produção dos tempos primórdios, pois se conduziu para divisão do trabalho, conseqüentemente, à divisão dos homens em classes. Assim, constituindo-se em duas classes sociais fundamentais: a dos proprietários e a dos não-proprietários. Isso, sem perder de vista o entendimento de que não é possível o homem viver sem trabalhar, pois este não tem sua existência dada pela própria natureza. No entanto, a divisão em classes passa ser possível aos proprietários de terras, como classe dominante, podem, então, viver do trabalho alheio.

Ao longo dos tempos, devido ao crescimento populacional das comunidades tribais, apresentava-se uma insuficiência na produção de alimentos para seus integrantes. Essa realidade chega ao ponto de, quando um grupo tribal vence o outro e se apropria das riquezas, os conquistadores perceberem que, ao aprisionar os inimigos, mantê-los vivos seria mais proveitoso do que matá-los. Isso fez a transformação desses prisioneiros em mão de obra escrava e aumentou o bem-estar da tribo dominadora, devido à inserção de novas técnicas de produção trazidas pelos prisioneiros de guerras. “Agora, incorporar indivíduos estranhos à tribo, para explorar o seu trabalho, era, ao mesmo tempo, necessário e possível” (PONCE, 1982, p. 25).

Ao transformar a sociedade comunista primitiva em classes sociais, a educação assumiu outros fins específicos. Num primeiro momento, contra as tradições do comunismo tribal, numa função ideológica, inculca-se ideias legitimando a perpetuação da classe dominante, no intuito que a mesma cumprisse a finalidade de proteger e manter a segurança da vida dos dominados, sempre na condição de vigilância atenta em prevenir e coibir qualquer atitude de protesto e iniciativas de rebeldias dos oprimidos.

A classe social dominante perpassa a antiguidade grega-romana, predominantemente, explorando o trabalho escravo. É uma realidade de divisão em classes que faz com que estes homens, conseqüentemente, promovam uma divisão no processo educativo. Com isso, dá-se uma cisão na unidade “educação” e “trabalho” e, a partir deste escravismo antigo, passa existir duas formas distintas de educação. Uma é a formação para os proprietários de terra, classificada como a educação dos homens livres, e a outra é para os não detentores de propriedades, a chamada de educação dos escravos e serviçais. A primeira priorizava as atividades mentais, a arte, a filosofia, bem como os exercícios físicos de caráter militar. Esta modalidade dá origem à escola como um lugar do ócio, ou seja, para aqueles que obtinham o tempo

livre. A segunda forma educativa era desenvolvida no próprio processo de trabalho, com a finalidade das atividades manuais.

Pela sua especificidade, a constituição desta nova organização educativa assume o caráter da separação entre a educação e o trabalho resultante do processo do surgimento da divisão da sociedade em classes, conseqüentemente, surge a necessidade da institucionalização da educação. Com a divisão em classes sociais, a educação também se dá de forma dividida, diferenciando, assim, a educação para aqueles da classe dominante da que se destinava para a classe dominada, ou seja, foi nesta especificidade do desenvolvimento da humanidade que se deu a origem da escola.

A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho. Vê-se, pois, que já na origem da instituição educativa ela recebeu o nome de escola (SAVIANI, 2007, p. 156).

Pois é devido ao modo que se organiza o processo de produção de seus meios de vida que se tem a organização de uma instituição escolar separada da produção. A separação entre formação e trabalho vai se refletindo ao longo dos tempos na constituição da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal divisão em classes perpassa por vários processos e chega na modernidade para legitimar-se avança nos moldes contratual, embasado no fundamento do direito positivo. Dentro dessa cultura intelectual, por mais elementar que fosse, era o alfabeto uma exigência de assimilação para todos os indivíduos da sociedade, fazendo com que a escola assumisse a função de viabilizar o acesso, pelo menos deste tipo de cultura intelectual, de forma generalizada.

No entanto, isso não acontece ao acaso, o surgimento da indústria moderna se encaminha para o desenvolvimento de diversos ofícios, introduzindo, assim, a maquinaria que executaria muitas funções que antes eram manuais. Maquinaria essa que não deixa de ser o trabalho intelectual materializado, acontece num processo de conversão do produto da ciência, ou seja, conversão da potência imaterial em potência material, “[...] uma relação entre o caráter abstrato do trabalho assim organizado, com o caráter abstrato próprio das atividades intelectuais: o trabalho tornou-se abstrato [...]” (SAVIANI, 2007, p. 158).

Ao desenvolver esta nova forma de produção da sua existência, o homem determina novas relações sociais. A maquinaria condiciona o materializar das atribuições intelectuais no setor produtivo, ao colocar a máquina no centro deste processo produtivo, passa-se a fazer uma nova exigência da escola, a de universalizar os conhecimentos elementares que promovam os indivíduos para a convivência na sociedade moderna. Uma vez dominado os códigos elementares formais, condiciona-os a se integrar ao processo produtivo, para isso, equaciona, assim, o currículo para esta escola elementar para atender a modernização do processo econômico. Explicita-se aqui o impacto da Revolução Industrial na histórica, a separação entre a educação e o trabalho produtivo, questiona-se o fato de a atribuição escolar, de alguma forma, aproximar a instrução a este mundo do trabalho moderno.

No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 159).

Simultaneamente, o trabalho e a educação vão constituindo a essência do ser enquanto humano. Contraditoriamente, na defesa dos economistas: “[...] tudo é comprado com trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado, [...] simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade” (MARX, 2010, p. 28). Martinez manifesta, em seus escritos, a preocupação de preparar, por meio do ensino, o trabalhador voltado para o aproveitamento prático no viés capitalista. *“Ainda impera, desgraçadamente, tanto na instrução primária, como na secundária, o mau gosto de um ensino de pura forma. Em lugar de se procurar o essencial, que é o aproveitamento real. Isto é, a preparação para a vida [...]”* (O ENSINO, 1923, p. 151).

Para vender sua força de trabalho enquanto homem, a ideologia econômica liberal redimensiona a função da educação, deixando de lado sua tarefa de formar na sua integridade o ser para o desenvolvimento enquanto humanidade, passando a assumir finalidade meramente de preparar o trabalhador para resolver demandas imediatas e práticas da produção econômica. A partir desta polaridade, a educação

assumiu, nas reformas paranaenses, a função de preparar a mão de obra a fim de desenvolver o estado economicamente.

O trabalho vai assumindo, neste princípio mercadológico, um fundamento primordial no desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, as condições que se apresentavam na época eram precárias. *“Suas casas são ranchos primitivos, quase sempre em ruínas, e em derredor nenhum vestígio de plantação. A qualquer hora que por ali se passe, o homem, as mulheres e as crianças estão em casa. Domina-os a preguiça”* (MARTINEZ, 1923, p. 18). A indisciplina acerca do trabalho fica explícita no relato da situação primitiva das moradias, situação de atraso que se atrelava à ignorância dos mesmos.

Ora, a produção depende da capacidade do productora e o ignorante pouco ou quase nada produz. Sendo o Brasil um país com cerca de 20.000.000 de analfabetos é claro que pouco pode produzir em relação á uberdade e riqueza de seu solo. Nessa situação nunca poderemos ser um país rico (MARTINEZ, 1920, p. 4).

Assim como o trabalho, a educação também é resultante de uma determinada circunstância, neste caso, o trabalho e, conseqüentemente, a concepção de educação são a expressão de um momento histórico, já que são oriundas da demanda das ocupações de seus indivíduos na produção, da qual se deriva de certo ideal pedagógico como referência. *“Educação de todas as crianças, a partir do momento em que possam desligar-se dos primeiros cuidados maternos, nas instituições nacionais e a cargo da nação. Educação e trabalho produtivo andarão lado a lado”* (MARX; ENGELS, 1992, p. 94). Esta junção é indissociável, ambos vão caminhar juntos, portanto, a educação é a expressão da demanda econômica de produção de cada época.

A realidade da falta da instrução do povo brasileiro no entendimento dos ideais modernizantes seria o impedimento do progresso da nação, no entanto, simultaneamente, existia uma dupla preocupação, de certa forma contraditória, ou seja, a expansão do ensino tinha a ressalva da implantação de meios eficazes para que não ocorressem gastos excessivos.

Si nos países novos, em virtude de innumerables factores e sobretudo das lições que a experiencia dos povos antigos proporciona, o progresso segue o seu percuro velozmente e as ideas germinam e propagam-se com extraordinária facilidade, a instrução popular pode e deve acompanhar essa ascenção,

deixando a antiga rotina e lançado mão de outros meios eficazes que chegam a necessidade de gastos excessivos (MARTINEZ, 1920, p. 3).

O não gasto esbarrava em diagnóstico que se cobra do reformador algumas tomadas de iniciativas diante do seguinte dado. “*Os analfabetos representam cerca de 75% da população total*” (O ENSINO, 1922, p. 65). Assim, no entendimento da necessidade de disciplinar para o trabalho, assume-se a instrução com a condição de formar para o aumento da produção econômica, seria, então, o almejado para o progresso material.

Esse é o ideal assumido pelos dirigentes políticos da época, pois, através da instrução, o povo conseguiria, conseqüentemente, o desenvolvimento da riqueza, uma forma de consolidação de novas bases de relações sociais de produção e de consumo no sistema do capitalista. “*O combate franco ao analfabetismo começou a produzir os melhores resultados*” (O ENSINO, 1923, p. 156). Uma escola no respaldo do modelo republicano para formar os filhos da classe trabalhadora da nação, na busca do progresso material e espiritual, discurso defendido e que estava em circulação na época, demonstrando o ideal desejado para a educação paranaense.

No entanto, esta defesa de Martinez se manifesta de forma contraditória diante da divisão em classes, pois é uma falácia o desenvolvimento integral do ser humano nas dimensões materiais e espirituais. “*A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual*” (MARX; ENGELS, 1992, p. 16). Princípio não concretizado, pois, na gestão do trabalho, uns pensam, outros executam na prática sem refletir sobre suas ações.

Uma vez identificando o ócio da população, faz-se necessário redimensionar as crianças para a utilização do tempo livre enquanto qualificação e depois, na vida adulta, já disciplinadas assumiria funções de trabalho com facilidade, pois o ócio faz com que se dê origem à escola formal. A educação dos integrantes da classe dominante que dispõe do tempo livre, do ócio, de lazer, passa a se organizar enquanto escola, contrapondo-se à forma educativa da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho (SAVIANI, 2007).

Há uma divisão em classes e, conseqüentemente, também ocorre a divisão da educação dos homens, levando a um rompimento da unidade entre a educação e o trabalho, os quais eram plenamente integrados no mesmo processo. Na proposta de Martinez, aparece a defesa que a educação deverá servir de correção de possíveis ineficiências do corpo de indivíduo [...] *corrigir os defeitos das crianças que podem*

affectar o aproveitamento escolar, ou que tornarão o indivíduo mais tarde, um adulto imperfecto ou pouco eficiente” (O ENSINO, 1924, p. 142). A busca pela eficiência é resultado de circunstâncias históricas deste pensador ao propor um modelo educacional que corrigisse possíveis imperfeições do trabalhador no exercício de uma determinada função.

No decorrer dos tempos, a função da educação vai sofrendo mudanças de acordo com as demandas econômicas de produção da existência do homem. Em alguns momentos, a educação cuidava de processos como rituais e cerimônias de iniciação militar deixando de ser um ato educativo espontâneo, mas, sim, um ato coercitivo.

A educação violenta foi uma das primeiras a ser organizada e sistematizada num currículo intencional, ela aparece quando perde seu caráter primitivo, hegemônico e integral. Passa, então, para uma educação se apresentando na função de inculcar valores em seus estudantes no discurso ideológico, o qual seria necessário para uma finalidade do bem comum à todos, “[...] para estas, a riqueza e o saber; para as outras, o trabalho e a ignorância” (PONCE, 1982, p. 28). Assim, consolida-se com o passar dos tempos uma classe, no caso, dominante, de soberanos, sacerdotes e guerreiros que usavam seus interesses particulares como se fossem interesses comuns, e, na maioria das vezes, opostos aos interesses dos dominados. Para efetivar essa consolidação de classe surge uma instituição garantida de sua perpetuação, no caso, o Estado.

2.2 A INTERVENÇÃO DO ESTADO PARA DISCIPLINAR O CORPO DO TRABALHADOR: IDEAL NA REFORMA DE MARTINEZ

A estrutura econômica pautada na divisão em classes sociais está intimamente interligada à educação, ou seja, para cada período histórico, a educação é o reflexo necessário dos interesses e aspirações da classe dominante. Numa interpretação do conceito da evolução da função da educação, cada vez mais, a mesma é primordial na formação da mentalidade e da conduta das crianças.

O conceito da evolução histórica como um resultado das lutas de classes nos mostrou, com efeito, que a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência. Pedir ao Estado que deixe de interferir na educação é o mesmo que pedir-lhe que proceda dessa forma em relação ao Exército, à Polícia e à Justiça. [...] A classe que domina

materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas ideias. Nenhuma reforma pedagógica fundamental pode impor-se antes do triunfo da classe revolucionária que a reclama [...] (PONCE, 1982, p. 165).

Assim, tem-se moldes educacionais, com os quais o indivíduo deve ser disciplinado: manso, respeitoso, ordeiro e dominado. Esse é um processo histórico que foi dando uma finalidade para a educação como meio de perpetuação da divisão de classe. Neste viés, apresentam-se as referências possíveis para o modelo de educação moderna.

Para consolidar esta divisão em classes, cria-se um discurso moralizante na busca da redenção da identidade nacional, o qual era disseminado, na defesa a favor da democracia dentro da ideologia do liberalismo, ou seja, liberdades individuais, sociais, econômicas, culturais e políticas, pois, dentro desta perspectiva, busca-se massificar a instrução pública. Uma vez alcançado este objetivo, o Brasil entrava no grupo das nações desenvolvidas (FARIAS; CLARK, 2020).

Considerando a busca do progresso, surge a necessidade da disciplina do corpo para o trabalho, a preparação corporal era uma preocupação que estava presente na disciplina de educação física, objetivando o cuidado com a higiene e, conseqüentemente, com a saúde. Martinez, ao propor um programa de ensino, aponta que o cuidado do corpo, tratando da higiene, faz o indivíduo adaptável às exigências de convívio, principalmente se referindo ao caboclo, pois o mesmo estava na produção diretamente ligada a terra. *“O seu programma na parte referente à Hygiene deve se estender pelo menos ao asseio do corpo e do vestuario, com os pés, mãos, bocca, olhos, etc. [...] Muito poderia ainda a escola conseguir em relação à defesa sanitária e conseqüente bem estar do nosso caboclo”* (MARTINEZ, 1923, p. 21).

A escola, nesta finalidade de moldar o corpo do trabalhador na busca do progresso, passa a ser um lugar privilegiado de prescrições de higiene e saúde. Para isso, formulam-se propostas de um modelo educacional, entre estas, a formação de professores, conteúdos curriculares, inspeção de alunos, organização de espaços e de tempo, no foco de formar novos indivíduos higienizados. A educação passa ser um mecanismo de formação para ajuste harmonicamente do “corpo e do espírito”, na função de modelar os cidadãos como civilizados numa condição necessária para o desenvolvimento da nação brasileira. Essa é uma campanha que induz a educação higienista, força-se inculcar hábitos que são ensinados e que, uma vez adquiridos na

escola, levariam para o cotidiano da vida doméstica. Estas iniciativas de reformas, dentro de um projeto liberal, fazem com que os profissionais da educação e da saúde paranaense aderissem tais discursos higienistas civilizatórios.

A higienização por meio da escolarização culmina na prática dos ideais da civilidade, com codificação pensada para lapidar normas e condutas, adestrando e atuando no autocontrole de atitudes, objetivando intervenções modeladoras. É um discurso de civilidade indo além dos componentes de um conjunto de conquistas tecnológicas no avanço econômico, primícias que perpassam entre o relacionamento dos homens. A civilidade dentro da perspectiva liberal de autorregulação busca por meio de várias estratégias desenvolver ações no espaço escolar.

Nesse entendimento, a criança pertencia a uma massa modelável, pois, além de assimilar, era capaz de reproduzir os hábitos no ambiente familiar obedecendo as orientações higienizadoras, a realidade sanitária das crianças, das famílias e da sociedade da época vai adquirindo novos contornos no século XX. Martinez manifesta como diretriz do ensino atividades práticas, “[...] é preciso que em nossas iniciativas, resoluções e leis façamos directriz pelo caminho mais curto e evidenciemos amor pratico, ao possível, ao realizável” (O ENSINO, 1922, p.77).

Na prática social dos indivíduos adultos, reconhecia-se a existência de muitos vícios e, conseqüentemente, as crianças eram influenciadas com estes costumes. Com isso, a escola apresentava um espaço fértil para fazer intervenções a partir das crianças a fim de chegar, posteriormente, aos adultos, e a escola passa assumir como espaço ideal para tal atuação.

A interferência de um paradigma “moderno”, na finalidade de fazer mudanças profundas na saúde brasileira, age num conjunto de ações capazes de produzir e introduzir hábitos higiênicos para reestruturar a população dentro de um padrão nacional. Paradigma que orientou os discursos produzidos, para além das sociedades médico-científicas, assim como, os profissionais da educação no início do século XX (LAROCCA; MARQUES, 2010).

O movimento gerado por profissionais paranaenses da educação e da saúde efetiva uma ordem sanitária produzindo estratégias, discursos, ocupações de espaços e orientações prescritivas na atuação de interferências do movimento social urbano. Os médicos, profissionais da saúde eram os palestrantes ministrando os cursos e ensinando sobre os cuidados e limpeza das mãos, unhas, dentes e olhos, como doenças relacionadas à pele e ao couro cabeludo, também da higiene e dos cuidados

das roupas, bem como, do próprio espaço escolar. Nestas formações os professores aprendiam a identificar nos alunos doenças que poderia causar o baixo rendimento e, até mesmo, evasão escolar. Além da promoção e participação de eventos científicos de técnicos profissionais da educação paranaense, existiu outro mecanismo determinante na difusão do ideal higienista no Paraná, a iniciativa da publicação de periódicos locais, ou seja, “[...] *para a cura do corpo a educação higienica*” (O ENSINO, 1922, p. 65). Martinez coloca esta necessidade da parceria dos profissionais da educação com os da saúde em prol do avanço de suas intervenções reformistas.

Uma vez dominado estes conhecimentos, estariam aptos à propagação e à rigorosa vigilância do ideal higienista, funções atribuídas na exemplar missão de educadores. No contexto de longínquas distâncias do interior paranaense, na dificuldade da comunicação sanitária de intercâmbio entre médicos e povo, fizeram do quadro de professores iguais a “soldados recrutados”, para enfrentar e batalhar na luta além da instrução pública acerca da higiene e saúde junto às crianças e seus familiares, disseminando tais ideais.

Ideal de progresso que vai direcionando para novas demandas destes profissionais da saúde, dando novos significados distintos. No entanto, estas transformações deveriam ter a compreensão de que não é ao acaso, tem um interesse que orienta estes princípios, ações que estão a serviço do modelo da produção econômica, fazendo do espaço escolar um instrumento para alcançar sua finalidade. A higiene a qual se ensinava e que se aprendia na escola, era centralizada em um modelo de escola com base no princípio da racionalidade científica, no discurso de cuidar, de proteger a infância, a escola seria então, espaço adequado para dar esta tarefa com vistas no processo de saneamento sanitário e social, na contenção das doenças que arrasavam a população paranaense.

O ensino de hábitos saudáveis manifesta a preocupação das iniciativas de reformas para a formação do indivíduo como potencial de mão de obra objetivando torná-lo apto ao trabalho. A racionalidade científica se fundamenta nas ações para a formação e, conseqüentemente, a conformação da população numa perspectiva mais abrangente dentro do liberalismo econômico (RENK, 2018). Medidas de intervenção nas aulas de educação moral e cívica, trabalhos manuais e educação física escolar, lapidam-se moldando socialmente para tirar o indivíduo do caminho dos vícios e para torná-lo produtivos, princípios que alicerçam no tripé da instrução, da moral e da saúde.

Outra preocupação desta disciplina, seria a formação de hábitos necessários para revitalizar a nação doente e improdutiva. Com isso, ajustava-se adequando o perfil do trabalhador para inseri-lo no meio produtivo. Martinez manifesta a demanda educacional atrelada com a saúde.

Dois problemas capitães exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primária. [...] Ambos os problemas não podem ser separados [...]. A hygiene é condição de saúde e não pode haver escola productiva sem o vigor physico dos que a freqüentam. [...] A hygiene sendo um ideal que só pode ser comprehendido pelos não ignorantes perecerá ante a barreira da ignorância (MARTINEZ, 1923, p. 17).

Tratando-se da profilaxia e do sanitarismo, o reformador do ensino empregava mudanças metodológicas nas escolas, como palestras de orientações que visavam ensinar as atitudes higiênicas que deveriam ser praticadas na atuação dos profissionais educacionais. *“Assim, é nas escolas que deve ser feito o maior esforço educativo, procurando-se que viva a criança num meio perfeitamente higienico e cercado de pessoas cujos habitos são os que se quer inculcir como bons”* (O ENSINO, 1924, p. 145). Esses bons hábitos higiênicos devem ser vivenciados como bons exemplos no espaço escolar, *“[...] o ensino deve ser eminentemente prático, feito por meio de exemplos e pela própria maneira de viver na escola”* (O ENSINO, 1924, p. 146). É um método do ensino prático, com a perspectiva de resolver os problemas imediatos.

Dada a atividade prática do corpo para a formação de hábitos de higiene e saúde, nota-se que, na época, existia resistência em aceitar ajuda e orientação relacionadas a diagnósticos e tratamento de saúde. *“O doente vive, assim dizer, enganado, pensando que nada tem ou julgando que o seu mal é passageiro”* (MARTINEZ, 1923, p. 18), observa-se nas afirmações dos pais ao indagarem as crianças das escolas visitadas, *“quasi sempre nos respondem que os Paes prohibem os filhos de acceitar medicação, porque os remedios fazem mal em vez de curare...”* (MARTINEZ, 1923, p. 20). Neste entendimento, cuidando do desenvolvimento do corpo, este uma vez saudável e livre de doenças, aprenderia com sucesso, assim, assumiriam suas funções do trabalho desempenhando com disposição e agilidade promovendo a prosperidade da nação.

Diante disso, é importante ressaltar que, naquele período histórico, a Inspeção Geral do Ensino teve, entre seus profissionais, um médico ocupando o

cargo de Inspetor. O médico percorria fazendo visitas nas instituições para acompanhar e orientar acerca da higiene e saúde, assim como, ministrando palestras para formações de professores. Este cargo, que seria da saúde, marca a presente intervenção na reforma, pois a instrução pública do Paraná assume, juntamente à alfabetização, a finalidade de trabalhar a profilaxia. Neste propósito da reforma, a escola assume a responsabilidade de levar informações respaldadas nos conhecimentos básicos da higiene, para amenizar os surtos de contaminações de doenças que arrasavam o país na época.

A sociedade capitalista vai provocando transformações profundas na educação para formar mão de obra, ou seja, dentro deste princípio, o trabalho se realiza de forma alienada, distanciando o indivíduo detentor da força física da sua produção, devido ao fato de não deter os meios de produção. “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (MARX, 2010, p. 25). Na efetivação da república, nesta perspectiva, atribui-se à educação uma função primordial a serviço do desenvolvimento do capital, este ideal é a base que fundamenta a intervenção da reforma de ensino de Martinez, ou seja, nacionalizar a partir da educação na busca da erradicação do analfabetismo, instruindo, assim, o espírito e o corpo por meio da moral. Defende, então, a importância do ensino da música para lapidar a moral.

[...] factor de aperfeiçoamento moral, intellectual e physico. Sob varios aspectos podem ser estudados os beneficios de um racional ensino dessa matéria, sendo de mencionar, entre outros, os seguintes: 1º) da influencia sobre o desenvolvimento do aparelho respiratorio e aperfeiçoamento do aparelho auditivo; 2º) da influencia pedagogica, facilitando a disciplina e inspirando amor pela causa de instrucção; 3º) da influencia sobre o intellecto, pela aprendizagem da leitura musical; 4º) da influencia na formação do civismo, pelo entusiasmo que despertam as canções patrioticas; 5º) da influencia sobre a moral, provocando o apparecimento e reforço das boas inclinações, dulcificando o character, predispondo para o affecto, attenuando os instinctos maus (MARTINEZ, 1920, p. 17).

Esta defesa de instruir o espírito e o corpo por meio da moral fez com que a formação educativa assumisse a função de moldar o homem, numa finalidade útil objetivando estabelecer novas relações demandadas na sociedade capitalista. No entanto, Martinez denuncia, como falha dos profissionais, a atitude de deixar de lado a educação moral, ficando meramente como um item decorativo do programa de ensino.

A educação tem por fim formar o homem physico, intellectual e moral; visa, porém, com maior interesse e acabamento de sua obra, eminentemente constructora e moral. E é por isso que hoje em dia todos se queixam do pouco valor da escola publica, onde a educação moral foi posta de lado, figurando apenas nos programmas mais como um titulo decorativo do que propriamente como matéria essencial do seu programa (MARTINEZ, 1923, p. 82).

Esta eminência da formação moralizante e civilizatória se apresenta através das características dos ideais de Martinez. Mas esta necessidade de trabalhar a moral das crianças vai além, pois se busca desenvolver o amor à pátria para nacionalizar por meio da instrução. O reformador defende o benefício deste amor à pátria para o progresso nacional ao afirmar que, “[...] a escola não é senão a *Patria pequenina*” (O ENSINO, 1922, p. 59). A escola seria a extensão da vida cotidiana, pois no espaço educativo vivenciariam os desafios da realidade social da nação, patriotismo que parte da defesa do predomínio da língua oficial, a portuguesa, “[...] *integridade da lingua mora a integridade da Patria*” (O ENSINO, 1922, p. 60), para formar o brasileiro ideal, “*que o professor de hoje, inspirado no fogo do civismo, saiba despertar nos corações pequeninos os sentimentos todos bem prezados pela Patria*” (O ENSINO, 1922, p. 61) – sentimento patriótico que deveria ser despertado desde a infância.

2.3 A RELIGIÃO NA FUNÇÃO MORALIZANTE DO TRABALHADOR: PRINCÍPIO VEICULADO PELA REVISTA O ENSINO

Para tanto, o desafio do trabalho na educação da época acabava exigindo além da função como profissional, vinculando a este um viés religioso, com isso, intitulado-o como missionário. “*Não desanima ante os obstáculos que se antepõem aos seus santos desejos. “Quanto mais difficil for a sua tarefa, tanto melhor porque mais agradecerá ao Senhor seu Deus. Em relação ao assumpto de que tratamos, tambem deve ser assim. O caboclo é um infeliz porque é um doente do corpo e, consequentemente, um enfermo da alma*” (MARTINEZ, 1923, p. 20). Pois além de cuidar do desenvolvimento físico e mental também teria que se preocupar com a alma do homem.

Antes da programação da Republica, o ensino da moral religiosa era uma realidade. Os alumnos tinham aula de cathecismo e, geralmente aos sabbados, freqüentavam as egrejas para ouvir explicações mais detalhadas das doutrinas religiosas, entoar himnos sacros e pedir a Deus, em preces collectivas, pela Patria, pelos seus homens, por todos em summa, e para

cada um em particular. [...] A proibição de se ensinar religião nas escolas, ou de tomarem parte estas no culto religioso, foi-se tornando formal. Nem mesmo nas manifestações collectivas de fé, em dias de pompa, era permittido á escola comparecer e muito menos fechar as suas portas nos dias sanctificados (MARTINEZ, 1923, p. 82).

Nesta defesa do vínculo religioso com a educação, entende-se que, instruir por meio da moral, disciplinando o homem, estaria livrando-o da criminalidade. “*As sociedades que se afastaram de Deus e que, conseqüentemente, tomaram o livre arbítrio de não condemnar a moral, seja Ella qual for, baquearam ante o abysmo que essa indiferença criminosa cavou*” (MARTINEZ, 1923, p. 83). Essa é a expressão de Martinez que legitima a função religiosa na sociedade, evidenciado, na defesa do regime totalitário, o exemplo da união entre igreja e Estado.

E Mussoline, esse homem extraordinario, considerado a maior figura politica da actualidade, quem ordena, logo ao assumir o poder, num gesto sublime de amor patrio e com uma visão grandiosa, que Christo volte a reinar nas escolas de toda a Italia, para formar os corações juvenis e reerguer a Nação ao tradicional posto que lhe compete perante os povos mais cultos do mundo. Nunca, por certo, no Brasil se registraram factos dessa natureza, porque o povo brasileiro foi sempre eminentemente religioso. A Egreja separou-se do Estado, por força de Lei, mas o povo não se divorciou da Egreja. A guerra que os sectários a principio lhe moveram não teve grande repercursão. Os chefes de governo, em geral, viveram sempre na melhor harmonia com os dirigentes do catholicismo (MARTINEZ, 1923, p. 82).

Por mais que já existissem legislações que separavam a educação da religião, o reformador fazia uma defesa conservadora. “*A Religião Catholica é de facto a religião do Brasil. Nasceu com os primeiros descobridores, arraigou-se através de toda a nossa evolução social e política*” (MARTINEZ, 1923, p. 85). Com isso, posicionava-se contra o movimento religioso protestante como se ele fosse o desejo de toda a população brasileira.

O protestantismo foi importado e contra elle sempre luctou o povo brasileiro. [...] Si é este, de facto, o nosso sentimento primordial; ai em nossa casa tudo isso é um evangelho, porque não havemos de consentir que a escola publica, que é o prolongamento do lar onde se forma o cidadão, ensine a moral catholica? (MARTINEZ, 1923, p. 86).

Partindo do princípio de que a casa escolar era a extensão do lar, problematizava-se o porquê de não inserir modelos morais religiosos. “*Para o presidente da grande Republica, os males sociaes provinham da organização deficiente do lar e siqueriamos melhorar forçoso era reorganisar a família pelos*

moldes da moral religiosa” (MARTINEZ, 1923, p. 87). A indagação demonstrava a busca de repensar as orientações legais acerca da função da religiosidade na educação de nível nacional.

Para isso, persiste a conservação da definição da função do professor como missão, apresenta-se de forma contraditório dentro do liberalismo. No entanto, estes preceitos fazem parte da ideologia para manter a hegemonia. Neste caso, por exemplo, este professor, na sua missão, formaria o cidadão para a pátria, cujo comportamento assemelhasse ao de um sacerdote, implicitamente, colocando-se num papel de abnegado e omissor, visto que suportaria os desígnios civis sem ameaçar a ordem.

O liberalismo, utilizando-se das ideias, como as do positivismo, demonstrando assim, o repúdio da manifestação religiosa. Porém, contraditoriamente assume o princípio da defesa de crenças, como a ideia de que o professor é um missionário na sua prática social.

No contexto histórico do desenvolvimento político-econômico da sociedade brasileira, a Igreja Católica sempre existiu como uma instituição de influente intervenção, atuando com presença marcante na estruturação do capitalismo agrário. Certos segmentos da elite vêm atuando historicamente na defesa de seus interesses, no uso ideológico desta instituição para perpetuar seus valores. Nesse uso, vinculam poderes de base religiosa ao Estado, ligação que se manifesta nas práticas institucionalizadas no sistema escolar como órgão estatal.

A emancipação política relativamente à religião não é a emancipação consumada, a [emancipação] desprovida de contradição, relativamente à religião, porque a emancipação política não é o modo consumado, o [modo] desprovido de contradição, da emancipação humana (MARX, 2009, p. 48).

Por mais que a prática do ensino religioso no período republicano perpassasse por questionamentos, é pelo motivo da separação do novo regime da República, em 1891, que instiga a separação do Estado e da Igreja. No entanto, esta tentativa de separação é contraditória, pois a superação religiosa somente aconteceria com a emancipação humana.

Manifestações de mudanças do regime político brasileiro começam com o movimento da defesa do ensino leigo ministrado nos estabelecimentos oficiais, princípio que se apresentou documentado na redação da Constituição da República

do Brasil. Tal legalidade deixa a possibilidade do ensino religioso ser ministrado somente em estabelecimentos específicos, como em instituições escolares de manutenção privada religiosa. Ideais da liberdade religiosa se apresentam movida pela força do princípio da laicidade do Estado, ideia que vem do respaldo da concepção francesa da educação.

O texto legal declara que o ensino não deveria ter vínculo religioso, no caso, o denominado laico, no entanto, não acontece sem conflito de ideias, neste avanço legal, pois havia uma grande discussão em torno do assunto, na tentativa de excluir o ensino religioso da legalidade constitucional, na busca da almejada laicidade. Porém, na prática, a igreja católica continuou na atuação voltada para a busca proselitista, nesta atividade de catequização, usa-se do espaço escolar da educação pública brasileira.

O termo 'leigo' vem do princípio de ser quem não recebeu a consagração religiosa. "Laico", vem do latim, laicus, de origem do grego laos, proveniente do que significava 'povo' que vive no/ou é do mesmo mundo, em oposição ao eclesiástico. De 'laico' decorre um novo termo, no francês, laïcité (laicidade), cunhado na década de 1870 para distinguir e designar o cariz próprio e específico das instituições estatais retirando da tutela religiosa (CECCHETTI; SANTOS, 2016).

Na tentativa da efetivação do ensino laico, diante da iniciativa da exclusão do ensino religioso das instituições de manutenção estatal, apresenta-se um dos temas mais polêmicos relacionados à educação. Embate que ocorre de busca da definição conceitual de laicidade, alguns pensadores, juristas e legisladores dentro dos ideais republicanos defendiam o princípio do 'laicista', movidos pela atitude anticlerical, de certa forma, até mesmo irreligiosa, fundamento que vem de influência francesa. No Brasil, como parte da sociedade latina, na constituição enquanto nação sob a tutela da tradição católica, o processo de separação laica e de superação deste legado católico se deu por meio de profundos enfrentamentos, entre os tradicionais que defendiam a ordem religiosa do catolicismo, contra aqueles que buscavam implantar práticas sociais de bases liberais (FIGUEIREDO, 1995).

Com essa definição, faz-se compreender que qualquer movimento, neste caso, até mesmo a questão religiosa era usada em prol ao nacionalismo, manifestasse como força ideológica liberal, contraria aos interesses da classe trabalhadora.

No entanto, Martinez se apresenta como pensador de forma contraditória, pois simultaneamente na defesa da modernização do ensino por meio da ciência, também

afirmava que o ensino de uma moral seria impossível ser científica, pois a filosofia da moral se respalda na metafísica.

*Estamos, pois, em uma época inteiramente favorável ao ensino da moral religiosa nas escolas públicas e desse modo facilmente podemos enveredar por esse caminho, certos de alcançarmos o fim desejado. Que o ensino de uma moral científica é impossível, por não pode encontrar uma base segura, é questão que não escapa mais aos olhos de quantos se dão ao trabalho de examinar a questão pelo seu valor real. A moral científica não existe. É a própria *Philosophia* quem assim nos responde, embora alimente a esperança de com o decorrer dos séculos, poder descobrir leis apropriadas e exclusivamente suas, que possam fazer dessa supposta ciência um estudo seguro de todos os factos que escapam às demais ciências* (MARTINEZ, 1923, p. 85).

A moral molda ao inculcar hábitos na formação de condutas, conforma e legitima o modelo social capitalista. Para Martinez, a função do professor e, conseqüentemente, da instituição escolar é a de conduzir as crianças para a vida prática, levando a disciplina do trabalho no exercício de direitos e deveres como civilizados. “[...] *as necessidades de épocas sucessivas, acompanhando a marcha dos factos, requerem de continuo novas leis, regulamentos diversos, a instituição de novos direitos e deveres que não existiam*” (MARTINEZ, 1920, p. 21). Os direitos e deveres sociais são objetivados na época, na busca de chegar ao ideal republicano, o professor teria a responsabilidade de estimular a mentalidade que levasse a prática de comportamentos cívicos, dentro da racionalidade liberal conforme tal regime político.

No entanto, Martinez, por meio deste princípio liberal, vai expressando uma contradição, dentro da sociedade capitalista, a divisão do trabalho acontece de forma monstruosa, o trabalhador se apresenta como um acessório fora da máquina na indústria (MARX; ENGELS, 1992). Este comportamento cívico de direitos e deveres, ao se materializar, evidencia a exclusão social inerente ao liberalismo defendido pelo modelo político republicano.

Período que se apresentava de forma contraditória, nesta racionalidade liberal, uma vez que existia a defesa da instrução para os filhos dos trabalhadores, porém, paralelamente a isso, ocorria a instrução das elites de forma diferente, pois os filhos homens de famílias abastadas, eram enviados para estudar em outros países, isso devido ao entendimento de que a educação brasileira era precária. Devido às exigências da modernidade, da nova ordem econômica, cultural e política, vinha

demandando frente a novos desafios de recursos humanos, que fossem eficientes e capazes de ingressar de forma imediata no mundo emergente.

É uma realidade contraditória que se resulta de natureza empírica, diante de uma sociedade retardatária, é a expressão de processos de modernização conduzidos por grupos dominantes, que representaram o poder político, numa ação coercitiva do Estado, constituindo-se na ausência da materialidade, da liberdade e da igualdade individual – princípios que faziam parte da ideologia liberal. No entanto, chega na instituição estatal como falácia da democracia política, modernização desencontrada de uma cultura cívica sem solidez. Neste caso, as instituições que representavam o Estado liberal democrático de direito, no plano ideal, não apresentavam forças políticas com vitalidade dialética de atitudes e intervenções. Convertendo este ideal em interesse real do direito privado proporcionando uma exclusão de trabalhadores, aqueles que são os afetados diretamente da intervenção do efeito da ciência e do avanço tecnológico no mundo da produção capitalista.

A percepção da vida republicana, devido a não consistência do funcionamento, está na tentativa de um sistema de democracia representativa. Este modelo político deveria abstrair a vontade da maioria dos indivíduos para efetivar o direito. Porém, o direito da propriedade privada é que tem validação, por mais que o princípio da república fosse direito igual de todos, coloca-se alguns direitos prioritariamente acima da vontade da maioria. Igualdade de direitos na legalidade, uma vez colocado em prática, materializa-se numa desigualdade nas relações entre sexos e etnias. Entender esta contradição se faz necessário para a compreensão da vida republicana no processo de consolidação, ou seja, de sua natureza se expressar na tentativa de ser democrática, assim, diversos conflitos sociais, devido ao interesse de classe, ficarão de forma irremovível nas ditas conquistas (CARVALHO; VIANNA 2000).

O direito dentro da ideologia liberal fez com que a elite atuasse no desenvolvimento de atividade mercantil, no ideário de conquistas dos setores urbanos emergentes. No entanto, ele estava entrelaçado numa relação de compromisso patrimonial, que era a base de sustentação do sistema econômico dominante do agrário exportador. Por mais que existisse uma “esfera livre”, defendida pela ideologia do liberalismo no princípio mercantil, estava estreitamente condicionada a outra esfera atrelada ao passado arcaico que impedia as transformações. Este antagonismo de interesses, resultou-se numa tentativa modernizante de ambiguidade entre a busca

de ordem legal, com a realidade patrimonial que foi caracterizando o processo republicano brasileiro.

O liberalismo, nessa ordem legal, na afirmação da liberdade tendo a democratização do acesso à terra como pré-condição, causa tal ambiguidade herdada como característica do Estado imperial sobre a implantação da República, “[...] levando à preservação do estatuto da dependência pessoal, das clientelas e da incorporação política “de fachada” das grandes massas do campo que, nos currais eleitorais, conheciam a integração à vida republicana pela mediação do sistema do coronelismo” (CARVALHO; VIANNA 2000, p. 23). Patrimonialismo tal qual um legado histórico derivado da constituição exclusivamente agrário materializava concretamente uma república para poucos, oligarquia que se apresentava tão anacrônica, quanto mais avançava na tentativa da almejada modernização nesta complexa estrutura social da nação brasileira.

A pretensão de avanço mudava no caminho, se redimensionando meramente para o desenvolvimento do trabalho. Neste percurso, os indivíduos, como mão de obra, passam a ser tutelados na orientação estatal. Para isso, a constituição do direito no direcionamento corporativo seria a ideia base da escola brasileira para a modernização, interesse este que se eleva à dimensão da esfera pública, na subsunção do trabalho mediante à razão do Estado. Um Modelo contraditório de liberalismo, não assume tal indivíduo na referência autônoma de vontade, mas, sim, como destinatário de uma ação coordenada e educativa acerca do ideal como bem comum, como se fosse de interesse coletivo, no entanto, estas ações estavam centradas em princípios de conciliação e harmonia entre classes sociais.

Esse homem, o membro da sociedade civil, é agora a base, o pressuposto, do Estado político. É por ele reconhecido como tal nos direitos do homem. É por ele reconhecido como tal nos direitos do homem. A liberdade do homem egoísta e o reconhecimento dessa liberdade é porém, antes, o reconhecimento do movimento desenfreado dos elementos espirituais e materiais que formam o seu conteúdo de vida (MARX, 2009, p. 70).

Neste conceito de homem civil alicerçado pela modernidade, a liberdade se respalda no egoísmo que vai se materializando de forma desenfreada na vida prática. Isto se torna a base essencial do civismo defendido pelo Estado, explícito nos ideais pedagógicos do Inspetor do Ensino, do qual promovia a reforma na época.

2.4 A RACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS IDEAIS DE MARTINEZ NA REVISTA O ENSINO

A escola paranaense, na busca da modernização, foi tratada pelo Inspetor do Ensino igual a uma empresa.

Nenhuma empresa a meu ver, é mais complicada, e por isso mesmo mais delicada, do que o ensino publico primario. Quem a dirige não póde ignorar os seus mais insignificantes detalhes. Em primeiro logar tem de saber a localização de todas as sédes escolares, a população que ahi reside, suas condições economico-sociaes, uzos e costumes, recursos, meios de comunicação, distancia dos centros mais proximos, clima, etc. Todas as vezes que se tratar desse logar para e pedir ou reclamar uma medida, é indispensavel que o chefe do ensino conheça todos os dados para agir com certeza. Em segundo logar deve conhecer as condições da escola: si funciona em prédio confortavel, si o professor ahi reside, ou si reside fora, si tem mobiliario, si é frequentada, etc. Em terceiro logar não pode ignorar quem é o professor que ahi lecciona nem qual a sua capacidade de trabalho, suas relações com a população, dirigentes, etc. e emfim, tudo que diz respeito a sua pessoa, que como funcionario quer como cidadão. Ao par de todos esses dados, preciosos e indispensaveis, saberá por certo agir com criterio todas as vezes que tiver necessidade de intervir em relação á vida escolar (MARTINEZ, 1920, p. 10-11).

Compreender o contexto destes ideais se faz necessário para uma organização escolar dentro da racionalidade empresarial de respaldo científico, isso é identificável na respectiva revista O ENSINO,

[...] a escola para a cura a moral e educação do espirito. Diz ainda e pergunta: Que noção pode ter, de pátria, de civilização, de direitos e deveres cívicos, de progresso, de conquistas scientificas, do valor econômico das novas descobertas, etc. um ignorante ou analphabeto (O ENSINO, 1922, p. 60).

Na busca da superação deste elevado número de analfabetos, os debates acerca da experimentação e aplicação de métodos pedagógicos considerados modernos passam a ser importante no momento da racionalização do ensino. “*Os methods transformaram-se para dar logar a um ensino de bases scientificas*” (O ENSINO, 1922, p. 123).

Na racionalização do ensino, problematiza-se e se orienta a substituição do método antigo da prática metodológica do ditado, “[...] *exercícios de dictado são feitos sempre de improviso [...]*” (O ENSINO, 1922, p. 25). Esta é uma colocação que traz uma afirmação que não havia planejamento da aula, o professor leciona diante do que lhe fosse conveniente. “*Não tendo ainda a criança a imagem graphicada palavra, é levada a escrevela de accordo com a impressão phonica recebida si se trata de*

palavra estranha ao seu vocabulário habitual” (O ENSINO, 1922, p. 25). Não havia diagnóstico do nível de aprendizagem da criança, pois conseqüentemente, “[...] *terminado o exercício, terá sua memória registrando cada erro, ignorante de que o é, sob quatro aspectos diferentes: ouviu errado, pronunciou errado, leu errado e escreveu errado*” (O ENSINO, 1922, p. 25). Neste caso, o problema se apresenta na seqüência dos erros, repetindo-se como prática escolar “[...] *esses quatro factores mnemônicos da graphia errônea determinara uma tendência accentuada de reproduzua sempre*” (O ENSINO, 1922, p. 25).

Uma vez apresentada a ineficiência do método antigo, logo vai se sugerindo inovações para tal realidade, *“si o exercício foi feito em lousa e imediatamente apagado pela necessidade de occupal-a para outros trabalhos, não há fugir a este péssimo resultado. Mas sendo feito em papel, dirão, fará o professor correções cuidadosos e o alumno reconhecerá seus erros*” (O ENSINO, 1922, p. 25) – orientação da função do professor diante da sua classe que deve fazer as correções com cuidado.

[...] *Os professores mais felizes na escolha do systema de correções escrevem o trecho dictado no quadro negro, determinam que os alumnos permutem entre si os cadernos e passem um trecho de lapis sob cada erro encontrado, escrevendo as respectivas palavras correctamente, na margem deixada em branco para esse fim* (O ENSINO, 1922, p. 2).

Essa é uma perspectiva mercadológica que fez com que a ação docente entrasse na lógica da eficiência utilizada em empresa, as crianças são ensinadas de forma eficiente com programas que possibilitassem o sucesso de seus métodos. “Os capitalistas, individualistas que são, enquanto dominam a produção e a troca, só se ocupam da utilidade prioritária de suas atividades” (ENGELS, 1986, 36). Iniciativa de mudança enquanto reforma manifesta aproximação com a teoria taylorista¹⁴

¹⁴O método taylorista é resultado de um estudo que proporcionou a otimização da velocidade do trabalho no intuito de reduzir os custos. Os supervisores deveriam estabelecer as regras e procedimentos com normas rígidas para os operários, para que os mesmos desenvolvessem tarefas sem treinamento e investimento formativo para o trabalho. Taylor busca a padronização da produção incluindo o desenvolvimento das tarefas, o modo e a seqüência de como fazer o trabalho no uso das ferramentas numa determinada visão do conjunto do processo como um todo. Tal método partia da abstração da fenomenologia dos acontecimentos com características comuns, concepção de trabalho que resulta na execução de tarefa, ou seja, realiza-se meramente no emprego de seqüência de fases na produção. “No aprofundamento desta teoria, assume-se o pressuposto de que tais tarefas da produção manufatureira devem ser particularizadas e programadas, característica que evidencia-se no respaldo da ciência positivista de Comte, que era embasada em situações observáveis de acontecimentos e conseqüentemente de suas leis” (REZENDE, 2017 p. 173). Um princípio defendido por Taylor é a divisão do trabalho como condição de aumento de eficiência nos processos para redução dos custos de produção, acreditava-se que administração da fábrica deveria se respaldar na divisão do

Na legitimação desta nova organização econômica, atribui-se, enquanto função educativa moldar, este trabalhador, ajustando-se a nova lógica do mercado, tanto no ato de pensar, como de fazer. Essa é a formação de mão de obra dentro da racionalização do trabalho no princípio da divisão do trabalho da disciplina, especialização, controle, supervisão e prêmios por produtividade.

[...] A fiscalização geral, a organização de horários e programmas, a orientação dos methodos, a localização das escolas, o seu provimento de material, a adopção de livros e todas as medidas que visem melhorar cada vez mais a organização existente, o trabalho educativo [...] é rigorosamente fiscalizado de maneira a apurar-se o melhor resultado possível. [...] Os inspectores technicos têm a respeito instrucções especiais e ordens expressas, [...] desse modo exige que cada professor, no fim do anno preste conta do que fez (O ENSINO, 1922, p. 7 - 8).

O tempo e o movimento são fatores importantes na possibilidade de padronização das fases produtivas,

[...] na substituição dos métodos empíricos pelo método científico é notável a economia de tempo e o conseqüente acréscimo de rendimento, possíveis, pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição de movimentos lentos e ineficientes, por movimentos rápidos em todos os ofícios (TAYLOR, 1966, p.40).

Na fase de padronização do processo, os responsáveis deveriam, na aplicação de determinadas tarefas de supervisão, observar o processo produtivo como um todo, fatiando as fases para cronometrar o tempo, avaliar as paradas se fossem necessárias, na função de otimizar o tempo gasto na produção individual com vistas de maximizar o processo.

No trabalho de cada indivíduo é necessariamente planejado minuciosamente pela direção, e “[...] cada homem recebe instruções escritas completas que minuciam a tarefa de que é encarregado e também os meios para executá-las” (TAYLOR, 1966, p. 55). A padronização das tarefas era repassada inicialmente aos instrutores, que tinham a tarefa de transmiti-la a todos os operários da fábrica para a execução. Para Martinez, a padronização do processo pedagógico deveria acontecer, “[...] eminentemente prático, feito por meio de exemplos e pela própria maneira de viver na escola [...]” (O ENSINO, 1924, p. 146) – a prática deveria ser padronizada para

trabalho e na especialização desta tarefa no seu fragmento, conseqüentemente os operários iriam render mais a partir da execução racional de tarefas simples e básicas.

acompanhamento das atitudes exemplares e mensuráveis, caso houvesse necessidade transpostas para outras realidades.

Padronização na reforma que traz a defesa da redução de custos com ensino, Martinez coloca tal questão como meta a ser atingida numa elevada escala de aproveitamento com custos reduzidos.

Porque prosperam logo as industrias incipientes e crescem de tal forma que os capitales se amontoam, as chaminés das machinas se multiplicam num crescendo maravilhoso, como si desejassem tocar o céu e os operarios se acotovelam aos milhares para formarem verdadeiras cidades? E' que, para alcançar essas distancias, a mão de obra economicamente empregada, sem o menor desperdicio e com o maximo aproveitamento, conseguiu armazenar melhorando e activando cada vez mais a produccão. Por outro lado não houve despesas superfluas com a creação de cargos de pesado onus e de resultado pratico negativo, nem se consumiram economias na construcção ou compra de apparatus que apenas podiam pezar na columna do Deve, nunca na do Haver. Porque, então, não devemos fazer o mesmo em relação ao aparelho escolar, encarregado de levar a toda parte o bem e a instrucção, na maior escala e com o maximo proveito? Que vantagem advem para o ensino, da creação de cargos que apenas servem para encher os quadros, de instituições que apenas aproveitam os ricos ou os que desejam seguir cursos superiores? Devemos considerar que o melhor aproveitamento do dinheiro está na maior colheita que pudermos fazer e esta é sem duvida a alfabetização (MARTINEZ, 1921, p. 10).

Neste método de trabalho, para além da otimização dos custos, o trabalhador é avaliado pela força física, no comportamento moral, na condição necessária a ser desempenhada no processo de produção, de docilidade e da adaptabilidade disciplinar na fábrica, para isso, destina-se como função da educação. Princípio que apresenta de forma mecanicista, tanto no plano teórico, quanto prático, absorvido no processo do capitalismo industrial, que, por um lado, ajudou a acender o capitalismo, por outro lado, expropriou a força dos trabalhadores (REZENDE, 2017).

O trabalho nestas condições desumanizantes se caracteriza como alienado, pois, no seu processo, passa a negar a existência da própria constituição humana. Este trabalho se apresenta na contradição desenvolvida pelo modelo social do capitalismo, ao expropriar do homem a força de trabalho em troca de um pagamento salarial. Isso posto, nesta relação de exploração do trabalhador como uma mera mercadoria, somente como um potencial de gerar lucro ao capital, em detrimento do trabalho como produção da existência humana (MARX, 2010).

O trabalhador alienado deixa de produzir suas necessidades dentro do trabalho no seu sentido positivo, a fim de vender sua força de trabalho na busca de garantir sua subsistência. O produto desse trabalho se manifesta alheio ao

trabalhador, diante das condições das quais este processo de uma determinada produção se realiza, alienando o mesmo de forma perversa, pois tira do homem a satisfação de realizar este trabalho com prazer, causando exploração e a desvalorização, tornando o referido trabalho semelhante a um objeto, algo externo dissociado do trabalhador.

Trabalho Alienado é, pois, uma denúncia dessa condição do operário, que tanto mais pobre se torna quanto mais produz riqueza; tanto mais desprovido de valor e dignidade quanto mais cria valores; tanto mais disforme quanto mais toma forma o seu produto; tanto mais embrutecido quanto mais refinado o seu objeto; tanto mais sem espírito e escravo da natureza quanto mais é espiritualmente rico o trabalho. O trabalho produz deformidade, imbecilidade, cretinismo no operário, que se torna um objeto estranho e desumano, no qual nenhum dos sentidos existe mais, e que não apenas não mais tem necessidades humanas [...] (MANACORDA, 2010, p. 85).

No entendimento da concepção do trabalho que constitui a existência humana na realização deste, o homem terá motivo de satisfação, realização e reconhecimento de sua espécie, proporcionando-lhe prazer e não um sofrimento. Como acontece com frequência no processo das linhas produtivas no sistema capitalista, no qual tal a força de trabalho é assumida meramente como um objeto, ou seja, uma mercadoria mensurável para a comercialização, pois a mesma não pertence ao trabalhador.

Essa é a razão que faz o trabalhador não reconhecer o produto de esforço como seu, fazendo se sentir estranho diante do produto de seu próprio trabalho. Alienação como tal ocorre para além do ato de produção, uma vez que o trabalho se constitui separadamente, enquanto atividade independente como algo que não lhe pertence. Situação que leva o trabalhador, ao produzir, distanciar-se cada vez mais da sua identidade natural, condicionado pelo e para o trabalho, diante da relação estritamente de exploração e empobrecimento do físico e também mental.

A realização do trabalho humano dentro da organização do sistema capitalista passa a ser assumido numa forma contraditória, no seu caráter real de ter que se alicerça num processo desigual e injusto, podendo, assim, aplicar perfeitamente os fins pretendidos justificam os meios, ou seja, o lucro almejado no processo produtivo justifica os procedimentos realizados no percurso de sua obtenção. Martinez expressa esta forma de conceber o processo do trabalho, de que os fins justificam os meios.

Para ter uma prova cabal do quanto pode a acção eficaz de um estabelecimento de ensino primario e, bem assim, dos desastrosos resultados a que pode chegar, quando, mal orientando, funciona como peça de um

mechanismo desconjunctado, basta recorreremos à observação (O ENSINO, 1922, p. 9).

Tal reflexão faz compreender que o pensamento taylorista, numa elaboração de um método científico de organização do trabalho, vai ao encontro de uma demanda do processo capitalista, na lógica da pretenciosa eficiência racionalizadora do trabalho, da experiência do processo produtivo no âmbito da fábrica.

Esta preocupação de como agir sobre a mente do trabalhador, expressa-se como mecanismo a favor do capital. Esta mudança de atitude era entendida que os trabalhadores causariam mais lucratividade, assim, criou-se a necessidade, dentro do capitalismo, de severo e absoluto controle de gerência do trabalho executado. Controle do trabalho no princípio taylorista fica evidente nas orientações de Martinez que chegam aos professores por meio da imprensa pedagógica.

Nesta perspectiva da gestão do trabalho, é que se expressa a necessidade de reformas na instrução pública paranaense para atender o interesse econômico e para o aumento da produção, “[...] o que o Governo deseja é que se faça a devida justiça e que se proporcione à instrução, os meios requeridos para a sua produtividade” (O ENSINO, 1922, p. 10). Com base neste fundamento, assume-se o processo educativo da racionalidade, que faz legitimar a divisão social e técnica do trabalho, por meio de definições claras acerca das fronteiras entre as ações mentais e as instrumentais, isto é, a divisão se materializa contraditoriamente entre o pensar e o agir, uns planejam outros executam. O princípio racionalizador do ensino materializado nas reformas educacionais, deixa evidente a pressão econômica documentada nos impressos pedagógicos da época.

Na perversa forma de conceber o trabalho na produção do sistema capitalista de produção, torna-se perceptível a exploração cada vez mais sobre o trabalhador. Neste princípio, a responsabilidade do aproveitamento da produção recai sobre o trabalhador, assim como sua inserção numa vaga no mercado de trabalho, dentro de um mundo competitivo nas reais demandas sociais. Embora este modelo de sistematização do trabalho, com fins econômico, tivesse propagado seus ideais como métodos de racionalização das fases do trabalho, numa lógica que rompesse com a organização rígida da forma antiga da exploração do trabalho, há uma materialização, com outra roupagem, dando continuidade à exploração em novas bases do trabalho, no entanto, na mesma perspectiva do capitalismo revestido o velho fenômeno de reprodução (ALMEIDA, 2012).

O processo educativo passa ser um mero instrumento útil para qualificação mercadológica na organização do trabalho no processo de produção capitalista – educação esta que vem se manifestando historicamente no interesse econômico, sempre com o mesmo objetivo, a valorização e a consolidação do capital, no trajeto de suas publicações. A revista O ENSINO, de certa forma, evidenciou as propostas de mudança da reforma. Informou, orientou e instruiu os leitores nessa finalidade de atender os interesses do capital, tais princípios estão enfatizados como mecanismos de legitimar as práticas reformistas no ensino paranaense (SILVA, 2019).

Tais publicações permearam, enquanto princípios educativos, para formar hábitos e valores por meio da escola. Assim, o processo educativo foi se desenvolvendo num caráter produtivista, o espaço escolar passa a assumir semelhança como se fosse uma empresa. Com isso, ao analisar sua estruturação, são estabelecidas relações com os modelos pensados da organização do trabalho vigentes da época, ideais estes que foram materializados nas reformas no uso do avanço científico na finalidade da produtividade empresarial.

Ao explicitar tais fundamentos no ensino, nas dimensões do exercício do civismo (do trabalho, do amor à pátria e da moral) e no desdobramento desses fundamentos, também é possível evidenciar outros elementos significantes: como a higiene, a religião, o direito, os deveres (como ideais para o progresso), bem como a racionalização do ensino nos moldes empresarial nos ideais de Martinez. Estes fundamentos, em síntese, embasam a reforma do ensino como projeto para a instrução pública paranaense. Projeto do qual a revista O ENSINO cumpre a função como instrumento para legitimar estes ideais. É um impresso pedagógico que evidencia os objetivos da reforma do ensino implementados em sintonia com as demais iniciativas no Brasil do início do século passado. É um meio pedagógico de divulgação e de disseminação do ideal para alavancar o desenvolvimento de uma nova nação.

Nesse sentido, foi uma estratégia educacional de Martinez, tendo como objetivo o reconhecimento da sua atuação na sociedade tanto paranaense, como paulista, dentre outras questões. Ele deixa sua marca como registro de sua autoria no periódico como artigos de diversos assuntos acerca do ensino. No Paraná, além de divulgar os princípios do projeto reformador de uma perspectiva mais ampla, o pensador buscou construir uma imagem de legitimação de suas ações.

Neste capítulo, discutiu-se acerca dos ideais do Inspetor Geral do Ensino do Paraná na reforma da instrução pública publicados na revista O ENSINO entre os anos de 1920 a 1924. Com este estudo, foi possível afirmar que a instrução pública paranaense tinha como fundamento a busca da modernidade, entre estes, o da disciplina do trabalho, do patriotismo e da moral como condição para o progresso. Tais ideais se fizeram presentes na atuação de César Prieto Martinez. Diante dessa modernização do ensino por meio da ciência, será aprofundado, no próximo capítulo, o assunto dos princípios ideológicos que fundamentaram a proposta da instrução pública no Paraná, publicado na revista O ENSINO na década de 1920. Princípios que demonstram os fundamentos da defesa da ciência na filosofia liberal. Filosofia esta que, na investigação, será analisada considerando a divisão de classe social.

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PROPOSTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ PUBLICADO NA REVISTA O ENSINO ENTRE OS ANOS DE 1920 A 1924

Os ideólogos são aqueles membros da classe dominante ou da classe média (aliada natural da classe dominante) que, em decorrência da divisão social do trabalho, em trabalho material e espiritual, constituem a camada dos pensadores ou dos intelectuais. Estão encarregados, por meio da sistematização das idéias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesmo e da sociedade) em representações coletivas ou universais (CHAUÍ, 2008, p. 87).

Para iniciar este capítulo, que objetiva identificar os princípios ideológicos que fundamentam a proposta da instrução pública no Paraná publicada na revista O ENSINO, tem-se esse trecho acima, de Chauí, com a reflexão da sistematização de ideias em ideologia, que, num consenso de validação, passa a ser assumidas de formas abstratas e universais. Logo, a classe dominante e seus aliados vão se dividindo em pensadores e não pensadores, ou seja, em produtores ativos de ideias e consumidores passivos de ideias. A expressão de uma ideologia surge a serviço do interesse de uma classe que transforma essas mesmas ideias de interesse particular em ideias tidas como universais.

Partindo desta premissa, da validação ideológica de ideias pela classe dominante, faz-se necessário buscar os fundamentos filosóficos educacionais que renunciaram e legitimaram a modernidade. Dentre estes fundamentos, o liberalismo indicou a universalização do livre trabalho, neste novo modelo de produção que vinha se consolidando, todos eram considerados aptos para o trabalho, para isso, simultaneamente, todos eram aptos para aprendizagem escolar.

Isso considerando que, nas primeiras décadas do século XX, o episódio da Primeira Guerra Mundial impulsiona a industrialização brasileira junto à necessidade de substituição de importados. Logo, este movimento de tentativa de nacionalizar a economia, torna-se alvo de interesse do capital internacional diante do regime brasileiro de livre acesso ao capital estrangeiro, em decorrência de vantagens, tanto econômica como política – resultado das relações que vão se estabelecendo historicamente nas potências mundiais de dominação, no caso, os dominados são os países africanos e os latino-americanos, dentre estes o Brasil. Em contrapartida, remetia-se a tudo o que vinha do exterior, de exportações. O pagamento era com produtos primários, função econômica que a nação exercia diante da economia

internacional, em um processo de desenvolvimento brasileiro que ocorre diferente da forma do capitalismo clássico. Em outros países, a história econômica da nação era a de transferir a cúpula dos proprietários rurais para a burguesia-industrial (PRADO JUNIOR, 1972; OLIVEIRA, 2003).

Estas transformações mundiais vão ocorrendo, a partir dos anos de 1920, com a crise cafeeira que contribui para a transferência econômica do setor agrário para o setor industrial e, conseqüentemente, com a migração do predomínio do campo para a cidade. No entanto, esta industrialização avança sem o domínio do espaço político central, a sociedade era mantida pelos interesses agrários e, de certa forma, permanecia em distanciamento do desenvolvimento e do progresso científico.

A demanda de mudança econômica que a ideologia positivista apresenta como necessária, na condição da efetivação da nova ordem, surge na defesa da sociedade burguesa, para legitimar a nova ordem industrial. Nesse sentido, tal ideologia é compreendida na totalidade das transformações que permeiam entre os setores econômico, social e político, que são partes interligadas para o fortalecimento do projeto do capitalismo. Nesta finalidade ideológica que objetiva conciliar o progresso da indústria e, conseqüentemente, o reordenamento da sociedade, evidência que emerge na reflexão, nos faz compreender, que a função da educação e, conseqüentemente, o papel do professor no ensino, a partir das tensões ideológicas, é de elevada importância (PEREIRA, 2020).

Tratando deste processo de industrialização, faz-se necessário considerar as transformações da modernização que permearam todas as dimensões do desenvolvimento humano, perpassando desde a perspectiva do trabalho manual até a intelectual. Para isso, a educação passa a ser repensada por teóricos que a levam à mudanças profundas, que, de certa forma, chegam ao século XX influenciando os dirigentes educacionais, como o Inspetor de Ensino César Prieto Martinez. Desses clássicos do pensamento educacional que, de certa maneira, são os precursores do pensamento moderno, vamos começar com Comenius¹⁵, na sequência Rousseau e Dewey, demonstrando a ideologia no interesse econômico, com discursos de respaldos teóricos que evidenciam as contradições dos pensadores que serão aprofundados nos próximos três tópicos.

¹⁵A opção será do nome de Comenius sem tradução do latim na escrita da tese, no entanto, nas citações de suas obras, serão respeitadas as traduções.

3.1 A INSTRUÇÃO A MORAL E A RELIGIÃO: TRIADE IDEOLÓGICA PRECURSORA DA MODERNIDADE NA CONCEPÇÃO DE ENSINO DE MARTINEZ

Considerando as orientações de ensino de Martinez, na revista O ENSINO, resultantes da reforma educacional paranaense, a qual tem respaldo ideológico no movimento de buscas por mudanças, que culminaram na modernidade. Aprofundando o entendimento destas transformações modernizantes, faz-se necessário explicitar a filosofia de mundo, do contexto histórico que surge a necessidade de um outro modo de vida, ou seja, de outro modo de produção da existência humana. Para isso, torna-se importante, para evidenciar os fundamentos da concepção de ensino de Martinez, chegar à fonte teórica da qual ele se respaldava, como, por exemplo, retomar o pensador Comenius¹⁶ precursor da pedagogia moderna, que produz em meio a um turbilhão de acontecimentos.

Comenius na sua produção pedagógica e filosófica tem como base didática, a aproximação da palavra com a coisa. Entre seus estudos e produções, destacam-se: *Normas para um bom ordenamento das escolas; O mundo ilustrado sensíveis; Deliberação universal; Luz nas trevas; Uma só coisa é necessária; Caminho da luz; e a mais conhecida: a Didática magna.*

Seu método pedagógico foi um instrumento de cunho religioso, respaldado no princípio de que todos, enquanto seres humanos, filhos de Deus, possuíam dentro de si a capacidade de chegar à verdade e, conseqüentemente, a sua salvação junto à glória de Deus, assim, ninguém ficaria excluído. Tal pensamento de Comenius resultou de uma tentativa de unir o racional científico, com a ideia de salvar a alma do pecado, salvação esta que se daria por meio do conhecimento, na incansável busca da verdade, por isso, ensinar o máximo possível a todos, ou seja, a tão conhecida expressão, ensinar tudo a todos. “Quem frequenta as escolas, que nelas permaneça até se tornar um homem instruído, honesto e religioso” (COMÊNIO, 1957, p. 225).

Tal fundamento pedagógico da modernização do ensino se faz presente na defesa em argumentos de Martinez, desta junção da fé e a ciência.

¹⁶ João Amós Comenius nasceu em 28 de março de 1592 em Nivnice, na Morávia, região pertencente ao Reino da antiga Boêmia (atual República Tcheca). Sua família fazia parte do grupo religioso Unidade dos Irmãos Boêmios. Essa congregação seguia uma moral austera e tinha a Bíblia como base e regra de fé. Comenius vive a guerra entre católicos e protestante, sua produção intelectual foi no decorrer dos conturbados exílios em diversos países da Europa. Seu falecimento foi em 15 novembro de 1670, com 78 anos, sepultado na Igreja de Naarden, próximo de Amsterdã (GASPARIN, 2011).

Cabe a nós, brasileiros, o esforço bemdito em pról dessa crusada. Sejam os defensores da nossa nacionalidade. Saíamos do entorpecimento em que jazemos e de armas em punho e fé no coração, como os antigos triumphadores medievaes, firmemos resolutos nesta terra o ideal que nos bafeja a alma e que nos dá força e alento e risos e esperanças (O ENSINO, 1922, p. 60).

A fé, a exemplo dos antigos medievais, devia ser usada como arma em prol da luta nacional para o desenvolvimento. “Que esses livros sejam tão cuidadosamente ilustrados, que, justa e merecidamente, possam ser considerados verdadeiros inspiradores de sabedoria, de moralidade e de piedade” (COMÊNIO, 1957, p. 226). Assim, partia da sabedoria desenvolvida pela aprendizagem, no ato de conhecer todas as coisas, mas não se restringiria a este momento, pois avançava na prática da moral, conhecendo e apropriando-se da coisa em si, do aprender fazendo, freando os desejos e as vontades.

É o princípio da moral que leva aprender a obedecer, uma vez obedecendo, a ser justo, pratica-se a justiça, agindo com prudência diante do impulso humano, pois somente a sabedoria poderia fazer com que o estudante julgasse a coisa pelo seu justo valor, na auto vigilância acerca do seu comportamento social. Dessa forma, é a piedade religiosa que dirige em si todas as coisas rumo a Deus. Na ação mundana, canaliza-se todo o esforço humano para chegar ao seu criador.

Nesta tríade (sabedoria, moral e piedade), chega-se à salvação da alma, fundamento comeniano que prepara o terreno para o novo homem. “A salvação do homem burguês, portanto, tem como ponto, primeiro o conhecimento, a instrução, o trabalho, a ação material, ao contrário do homem feudal, que tinha na contemplação, o maior instrumento de conquista do céu” (GASPARIN, 2011, p. 55). Aqui, o trabalho como ação humana vai lhe conduzir para a salvação, ou seja, nesta trilogia da sabedoria, da moral e da piedade, em essência, perpassa a concepção de homem, como fio condutor de sua filosofia. Ideia que se manifesta contrária à educação contemplativa do período medieval.

Didactica Magna expressa bem o momento de transição do feudalismo ao capitalismo, traduzindo o embate que se dava no mundo das idéias na passagem de um modo de produção para outro. À perspectiva religiosa, umas das bases de sua didática, juntou as exigências das necessidades das novas forças sociais que estava surgindo” (GASPARIN, 2011, p. 26).

Fundamento condutor de respaldo da sabedoria, comportamento moral e de piedade, ou seja, a instrução, a moral e a religião permeiam a reforma de ensino paranaense, expressa na defendida missão de educar a todos. “*Uma das aspirações*

que mais frequentemente exprimem muitos dos que estão presos á missão de educar e instruir é a obrigatoriedade da frequencia escolar” (O ENSINO, 1922, p. 66). Este legado da educação moderna de instruir a todos vem deste princípio comeniano com o qual Martinez se respalda, a partir disso, a expressão “missão” tem o fundamento religioso. No entanto, esta ideia de instruir todos com o objetivo de salvar suas almas, convenientemente, foi apropriada de forma ideológica pelos interesses capitalista, no argumento de que todos os indivíduos, uma vez instruídos, elevariam a nação ao seu desenvolvimento produtivo.

Esta questão ideológica da apropriação do discurso religioso pelo capitalismo, da piedade, ou até mesmo da própria caridade, apresenta uma falácia, uma vez que encobre a exploração de classe, pois, ao doar como um ato de caridade ao próximo, está doando aos pobres e, conseqüentemente, a Deus, que lhe compensará após morte com o paraíso. “Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade” (ENGELS, 2012, p 222). Neste caso, a ação bondosa do explorador de doar migalhas, vai camuflando o antagonismo social, ainda com a justificativa religiosa de perdão de seus pecados por meio desta caridade.

Essa é a prática que favorecia a nascente burguesia, nesta filosofia de justificar a crueldade do homem numa simbiose religiosa de ocultar as maldades. O que vai além, utilizando-se da educação para preparar o homem com condições físicas e psicológicas para suportar qualquer tipo de trabalho desde que este fosse honesto. Uma vez mantendo as pessoas em atividades contínuas, com suas mentes e corpos ocupados, estariam distantes dos vícios. Forças misteriosas que vão se manifestando em um poder ideológico de acirramento da divisão de classes sociais.

A situação em que a produção de mercadorias se torna predominante se assenta essencialmente na história da urbanização e no aparecimento da contradição entre a vida rural e a urbana. Foi nos centros urbanos que a produção de mercadoria primeiro transformou as relações diretas, pessoais, e essencialmente cooperativas dentro do grupo, em relações impessoais e altamente competitivas, dentro do grupo, em relações impessoais e altamente competitivas, governadas por ‘forças misteriosas’ que escapavam ao seu entendimento e ao controle (ENGELS, 2012, p 280).

Nesta nova reorganização social, com o advento da modernidade. o autor de Didática Magna propõe o experimento como método de aprendizagem. Diante deste princípio de conhecer todas as coisas por meio da instrução, uma vez que o

conhecimento sensível era mais conveniente e eficiente para a realidade nascente do que a memorização sem sentido do que estavam nos livros, “[...] destaca-se, normas para um bom ordenamento das escolas, que se constitui a nova *Ratio Studiorum* da concepção comeniana, contraposta àquela dos jesuítas, dominante nas escolas católicas daquele tempo” (GASPARIN, 2011, p. 32).

É um advento de mudança social que demanda uma reorganização profunda na relação pedagógica, “[...] graças aos quais, o educador da juventude pode atingir com segurança o seu objetivo; [...] para que o seu emprego se faça com facilidade e com prazer. [...] Começar cedo, antes da corrupção das inteligências” (COMÊNIO, 1957, p. 229). Os argumentos de Comenius, que expressam uma concepção de homem e conhecimento, são fundamentados na filosofia aristotélica, a qual compara a alma humana a uma tábua rasa, esta vazia onde pode ser tudo escrito. “Se todas as coisas forem ensinadas, colocando-as imediatamente sob os sentidos. E fazendo ver a sua utilidade imediata” (COMÊNIO, 1957, p. 230). Logo, para serem ensinadas as coisas, elas deveriam ser testadas pelos sentidos. Por isso, afirma: “A natureza não começa senão partindo do estado de virgindade (a privatione)” (COMÊNIO, 1957, p. 230). O ensinar deveria partir da pureza humana, antes que esta sofresse alguma influência negativa.

Nesta concepção de natureza humana, podemos afirmar que o fundamento está no empirismo. “A natureza não produz senão aquilo que se revela imediatamente útil. [...] Aumentar-se-á ao estudante a facilidade da aprendizagem, se lhe mostrar a utilidade que, na vida quotidiana, terá tudo o que se lhe ensina” (COMÊNIO, 1957, p. 246). A utilidade imediata deve, então, orientar o trabalho pedagógico instigando o estudante, que ao aprender algo, logo aplicará o conhecimento na sua vida cotidiana. “Não se ensine senão aquilo que se apresenta como imediatamente útil” (COMÊNIO, 1957, p. 247). Uma vez respeitando a capacidade intelectual e a necessidade imediata da criança ou do jovem, não pode obrigar: “A nada se obrigue a juventude, a não ser àquilo que a idade e a inteligência, não só admitem, mas até desejam” (COMÊNIO, 1957, p. 243). Assim, este método de ensino facilitará o trabalho pedagógico, pois o estudante não será forçado a aprender aquilo que não lhe interessar. “O método de ensinar deve diminuir o trabalho de aprender, de modo que nada magoe os alunos e os afaste de prosseguir os estudos” (COMÊNIO, 1957, p. 233).

Este processo comeniano não deixa de ser naturalista, pois se compara à domesticação de animais. “É bem sabido que os domadores, primeiro domam o

cavalo com o freio e tornam-se obediente, e só depois lhe ensinam a tomar esta ou aquela posição” (COMÊNIO, 1957, p. 231). Primeiro moldar a moral para, depois, trabalhar a ciência. “Que, antes de tudo, se eduquem os costumes das crianças, de modo que obedeçam com prontidão ao menor sinal do professor” (COMÊNIO, 1957, p. 232). Ao moldar o estudante, estará preparando o mesmo para a obediência nas relações de trabalho na nascente sociedade burguesa. “*A educação tem por fim formar o homem physico, intellectual e moral*” (MARTINEZ, 1923, p. 82). Primeiro fazer com que o corpo fosse disciplinado e obediente, usando o princípio da moral, do certo e do errado, isto é preparar o ser para a inserção no trabalho produtivo nas novas relações modernas.

Martinez, em sua atuação no objetivo de modernizar a instrução paranaense, colocando-a nas condições para tal desenvolvimento do mundo capitalista, busca, na filosofia de Comenius, respaldo teórico. Este respaldo também lhe constitui, de forma contraditória, duas teorias do conhecimento: a do inatismo e a do empirismo. O inato é a aptidão de saber, mas não propriamente o saber, neste caso, da moral, da bondade do ser, uma capacidade inata que traz já consigo.

O empírico é o ato de conhecer todas as coisas por meio da instrução, defendido que seja para todos: “*Só é real no cérebro infantil aquilo que chega a ele por via dos sentidos.*” (O ENSINO, 1923, p. 125). Estas duas vertentes teóricas se evidenciam nos ideais de Martinez, na universalidade do conhecimento, ou seja, produz homens sábios intelectualmente, prudente em suas ações concretas e piedosos de coração, estes princípios se apresentaram na teoria de Comenius como fio condutor de sua filosofia. No entanto, em Martinez, apresentam-se como uma ideologia de desenvolvimento, num discurso de que uma vez reformando a educação paranaense estariam fazendo com que este homem estivesse apto para o desenvolvimento econômico modernizado.

Martinez diante desta finalidade, traz outros teóricos da educação moderna a fim de embasar sua intervenção reformadora, entres estes, o pensador naturalista Rousseau, cuja influência vamos aprofundar no próximo tópico.

3.2 NATURALISMO: FUNDAMENTO IDEOLÓGICO NA CONSOLIDAÇÃO DA MODERNIDADE NOS IDEAIS DE MARTINEZ NA REVISTA O ENSINO

Considerando que este gestor educacional foi contratado por políticos do Paraná para modernizar o ensino, projeto do qual lhe foi confiado, Martinez busca teóricos da educação para lhe dar respaldo. Entre estes, Rousseau¹⁷, apesar de algumas críticas do reformador, foi um pensador de importância na tentativa de avanço modernizante na educação paranaense. *“Rousseau foi um pedagogo. [...] A nenhum educador é dado ignorar o livro ‘Emílio’ [...]”* (O ENSINO, 1923, p. 150 e 151) no entanto, apesar da crítica classificando o pensador como pedagogo¹⁸, Martinez ressalta sua admirável atenção na forma de ensino.

Rousseau – o pedagogo pregador de absurdos admiráveis desejava que o ensino de geografia fosse feito em presença das mesmas realidades geográficas, colhendo a criação pelas mãos dos seus próprios sentidos, os conhecimentos do que seria, e imaginava o seu Emílio viajando, percorrendo, ao lado do mestre inteligente [...] (O ENSINO, 1923, p. 128).

Reconhece, assim, que o trabalho do mestre deveria ser o de conduzir a criança pelas mãos, esta na liberdade deveria fazer sua própria descoberta.

A partir desta adesão do filósofo para fundamentar as reformas de ensino, fica evidente que, para modernizar a educação, deveriam superar a concepção de transmissão autoritária do conhecimento estagnado. “Pela primeira vez, ele enfrenta com clareza o problema, focalizando-o ‘do lado da criança’, considerada não somente como homem *in fieri*, mas propriamente como criança, ser perfeito em si. Vejamos na sua obra-prima pedagógica, o *Emílio*” (MANACORDA, 1997, p. 242). A obra *Emílio*, uma elaboração pedagógica que discute a política, a educação e a ética, no objetivo de fazer da criança um adulto bom, evitando que a criança, no convívio social, adquira vícios e, conseqüentemente, torne-se má, este pressuposto é a base no entendimento de que a criança nasce numa bondade natural. Esta expressão filosófica é resultado do pensamento deste iluminista. Que traz a ideologia ao afirmar que o estado de

¹⁷Jean-Jacques Rousseau nasceu em 1712, na cidade de Genebra, na Suíça. Apesar de ter nascido no meio rural de uma sociedade conservadora em Genebra, suas ideias levam a reflexões modernas, tratando-se de política e de educação. Filho de um protestante relojoeiro que logo ao nascer fica órfão de mãe. Um dos principais expoentes do Iluminismo, também inspirou ideais de liberdade, influência para a Revolução Francesa (1789), derrubada da monarquia do poder favorecendo a efetivação da democracia moderna. Sua produção intelectual perpassa por situações conturbadas, tendo que se exilar em parte de sua vida. Seu falecimento foi em 1778, em Ermenonville, na França. (SIMPSON, 2009).

¹⁸ “O pedagogo é o doutrinador no terreno fácil da teoria” (O ENSINO, 1923, p. 150).

natureza do homem inicialmente é bom, no entanto, indicando que esse mesmo homem poderá ser corrompido nas relações sociais, na dita civilização (PONTES, 2014).

Martinez, na busca de superar o ensino tradicional de memorização de conhecimentos, os quais eram impostos pelos adultos na relação pedagógica, encontra na obra o *Emilio* respaldo de mudanças metodológica transferindo o centro do ensino para a criança, reconhecendo o princípio do naturalismo. Esse é o fundamento moderno que proporciona espaço de inserção do novo, pois a criança ainda está em formação. No entanto, Rousseau apresenta contradições em suas defesas filosóficas, que, de certa forma, vão refletir nas ações do Inspetor de Ensino.

Neste princípio de conceber que naturalmente o indivíduo é bom, Rousseau demonstra um fundamento platônica do inatismo. “Quereis ter uma idéia da educação pública, lede a *República* de Platão. Não se trata de uma obra de política, como pensam os que julgam os livros pelos títulos: é o mais belo tratado de educação que jamais se escreveu” (ROUSSEAU, 1992, p.14). Antes de tudo, o fundamento é que, naturalmente, ao nascer, todos são iguais, com isso, faz-se uma crítica da educação da época a chamando de ridícula e de não pública. “Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a que chamam colégios” (ROUSSEAU, 1992, p. 14). Ainda vai além na ênfase, afirmando que, nesta forma de cuidados educativos, tornavam-se perdidos.

Realidade na qual se vivencia em dois extremos político e ideológico. De um lado, a monarquia francesa, sustentada pelos valores e dogmas da Igreja Católica, que exercia uma profunda influência acerca da moral, validada socialmente até então. Por outro lado, o novo homem iluminista, o moderno francês que buscava dar explicação de suas demandas por meio da razão, assim, contrariando a forma dogmática religiosa (ALVES; TOLEDO, 2019). Para o Iluminista as bases da razão são os sentidos perceptivos, estes vão dando informações que chegam à razão intelectual. “Como tudo que entra no conhecimento humano entra pelos sentidos, a primeira razão do homem é uma razão perceptiva; ela é que serve de base à razão intelectual: nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos” (ROUSSEAU, 1992, p.121).

No entanto, há uma contraposição em Rousseau, ao mesmo tempo em que defendia o inatismo, ao afirmar que a bondade era natural, também defendia o empirismo, ao afirmar que a razão se nutria pelos sentidos. “É preciso uma experiência

que não adquiriu, sentimentos que não sentiu, para experimentar a impressão compósita que resulta ao mesmo tempo de todas as sensações” (ROUSSEAU, 1992, p.177). O princípio aristotélico de chegar à verdade conhecendo todas as coisas compreende, necessariamente, que este conhecer seria pela experiência.

Sei somente que a verdade está nas coisas e não em meu espírito que as julga, e quanto menos ponho de mim nos julgamentos mais certo estou de aproximar-me da verdade: assim, a regra de entregar-me ao sentimento mais do que à razão é confirmada pela própria razão (ROUSSEAU, 1992, p. 312).

O princípio comeniano se evidencia nos escritos de Martinez na afirmação de que a criança aprenderia naturalmente pelos sentidos. *“Este é o ensino verdadeiramente proveitoso, aquele que parte dos conhecimentos que a criança adquiriu pelo exercício natural dos seus sentidos”* (O ENSINO, 1923, p. 126). Para ambos, a lição verbal memorística não é proveitosa na aprendizagem. “Não deis a vosso aluno nenhuma espécie de lição verbal; só da experiência ele as deve receber [...]” (ROUSSEAU, 1992, p.78). Assim, a educação se procede em três dimensões: na primeira, os sentidos se educam pela natureza; na segunda, o comportamento se molda pela experiência; na terceira, a mente se forma pelo ensino. Ou seja, os verdadeiros mestres são a experiência e o sentimento que educa a mente.

Ao nascer, o indivíduo está naturalmente desprovido de tudo e, necessariamente, precisa do adulto tanto para alimentar, quanto para manutenção das condições vitais (como proteção e cuidados para se constituir humano).

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo, tudo que não temos ao nascer, de que precisamos adultos, nos é dado pela educação. Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. Cada um de nós é, portanto formado por três espécies de mestres (ROUSSEAU, 1992, p. 10-11).

Para tanto, educar este homem se embasa no fundamento da liberdade e da igualdade. Nestes princípios liberais, a criança diante da oportunidade de aprender deve se deparar com algumas situações de dificuldade, no entanto, o adulto não deve intervir para resolver tal sofrimento. “É preciso que o corpo tenha vigor para obedecer à alma: um bom servidor deve ser robusto. [...] Quanto mais fraco o corpo, mais ele

comanda; quanto mais forte mais obedece. [...] O corpo débil enfraquece a alma” (ROUSSEAU, 1992, p. 31). Ao sofrer para superar a dificuldade, o indivíduo tornaria o corpo mais forte, uma vez mais forte e livre, este corpo não teria medo para enfrentar os desafios da nascente sociedade burguesa. Na filosofia rousseana, o fio condutor perpassa por três sentimentos: primeiro, o amor de si; segundo, o amor próprio; e, como terceiro, a piedade natural. No entanto, estes sentimentos fazem com que o ser volte a si mesmo, já que a educação por meio da natureza levaria a maturidade para o convívio social.

É fundamental observar no percurso educacional a presença desses três sentimentos: amor de si mesmo, amor-próprio e a piedade natural. Rousseau salienta que eles acompanham o homem desde o seu nascimento até a fase adulta. Eles serão determinantes para que o homem atinja o estágio onde se perceba como um ser social, um cidadão (SILVA; ONOFRE, 2017, p. 229).

Neste princípio, o homem não seria a dádiva de Deus, como no pensamento comeniano, aqui, a educação perpassaria por três estágios: o da instrução, o da piedade e o da religião para chegar a Deus (com o qual teria a dívida de sua vida, atribuindo assim, a função da educação, percorrer este caminho para ir até o mesmo). Para Rousseau, a educação seria devolver o homem a si mesmo, o filósofo vai chamar esta educação de negativa, pois, nela, o aluno aprende por si mesmo. O adulto, no caso, não deve transmitir nenhum saber, no entanto, este deve evitar que o indivíduo entre em contato com influências corruptas e perniciosas atitudes morais da sociedade. O que se deve estimular é a busca por satisfazer naturalmente sua curiosidade em todos os sentidos. Para isso, criam-se situações da vida que proporcionem seu crescimento espontâneo, portanto a educação negativa, no princípio de ser contra qualquer tipo de imposição de normas e conteúdos pré-estabelecidos, sempre foca em coibir o contato de qualquer tipo de ideias perniciosas, ou seja, dos vícios.

Neste princípio de liberdade, o homem seria educado para o trabalho: “Trabalhar é portanto um dever indispensável ao homem social. Rico ou pobre, poderoso ou fraco, todo cidadão ocioso é um patife” (ROUSSEAU, 1992, p. 214). Na modernização das relações sociais, o trabalho se efetiva pelo fundamento do princípio da liberdade natural. O homem, nascendo com direito da perfeita liberdade e gozo de todos os direitos proporcionados pela lei da natureza, este igual a qualquer outro homem (LOCKE, 1991). Diante da desvalorização do trabalho causada pela tradição

clássica e medieval, este fundamento liberal passa a ser de importância, pois promove o reconhecimento e se transforma num potencial fundador do mundo moderno, que instiga o surgimento da sociedade capitalista. Martinez, em seus escritos na revista O ENSINO, deixa evidente a sintonia de seu pensamento com as ideias de Locke, exaltando-o, para além de filósofo, também como um teórico da educação.

Loock, além de philosopho, foi Pedagogista. E além de Pedagogista foi um educador, porque pondo em pratica as suas doutrinas, comentou as ideias e colheu fructos que o recommendam. Nenhum Pedagogista ou Educador contemporâneo pode-se furtar ao dever de sondar-lhe a essência de suas doutrinas e de pôr em pratica as suas verdades, quer se trate do physico, do intellectual ou do moral (O ENSINO, 1923, p. 151).

Na defesa do Inspetor do Ensino do Paraná, a doutrina do filósofo seria essencial, uma vez assumida como verdades a ser colocadas em prática no processo de reforma, pois renderia frutos na formação física, intelectual e moral. Diante deste fundamento da liberdade natural, a finalidade educacional vai se transformando para atender a nova demanda da organização social.

A atenção à natureza, ao macrocosmo, à sua ordem e à sua riqueza, torna-se agora mais técnica, mais minuciosa, mais científica: metodologicamente mais autônoma e mais consciente do primado da observação e da dedução, assim como metafisicamente mais ousada, apoiada doravante por uma filosofia da natureza que expande seus limites e exalta sua liberdade. [...] Todo esse complexo processo vem também tocar profundamente a educação e a pedagogia, que são por sua vez, radicalmente transformadas tanto no terreno político e religioso como no ético e social, e também no técnico (CAMBI, 1999, p. 244).

Nesta evolução para modernidade, com o avanço da técnica científica, o trabalho passa a ser uma preocupação pedagógica de como preparar para inserção no meio produtivo. Antes, o trabalho era encarado como um castigo, agora, tem outra conotação, este deve voltar para si, como realização humana, passa a ser uma mercadoria nas relações econômicas.

A economia nacional considera o trabalho abstratamente como uma coisa; o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores (MARX, 2010, p. 35-36).

A partir da coisificação como mercadoria, o trabalho cai na concorrência livre pela vaga de emprego. Essa liberdade se apresenta como uma falácia, uma vez que, se a qualificação for especializada, as oportunidades por esta vaga aumentam ou, se não qualificada, perde a possibilidade de realizar a atividade produtiva.

A economia, nesta concepção, assume o trabalho de forma abstrata na regulação imediata da produção e do consumo, ou seja, da abundância e da escassez de bens necessários para o conforto dos que tinham poder aquisitivo.

Essa proporção deve em cada nação ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes; primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho (SMITH, 1998, p. 11).

Entre a demanda da abundância e da escassez, cada indivíduo, na liberdade natural de resolver suas necessidades existenciais também vai se capacitando, ocupar-se-á no trabalho que lhe for útil. Nesta liberdade natural, o indivíduo se encontra desafiado a resolver problemas que vão surgindo no seu cotidiano. “Para torna-la mestre, sede aprendiz, e considerai que uma hora de trabalho lhe ensinará mais coisas do que um dia de explicações” (ROUSSEAU, 1992, p. 202). O aprender na prática teria mais eficiência diante daquela memorização mecânica, concordando com Rousseau, Martinez diferencia a pedagogia antiga da nova. “*A primeira nos fornece os problemas para estudar e a nova pedagogia nos dá os processos de estudos*” (O ENSINO, 1924, p. 164).

Na proposta da reforma, a nova pedagogia seria para atender a demanda do trabalho moderno, pois a leitura somente será interessante caso seja útil. “Mas é preciso, ao menos, dirão, que saiba ler. Concordo: é preciso que saiba ler quando a leitura lhe for útil; até então ela só servirá para aborrecê-lo. [...] O interesse imediato, eis o grande móvel, o único que leva longe e com segurança” (ROUSSEAU, 1992, p.110). Esta utilidade, seria o aspecto motivador do estudante no desejo de conhecer algo novo, caso contrário, a aprendizagem não teria finalidade proveitosa, seria tempo perdido.

Ao atender esta nova demanda das relações de trabalho, também se explicita o acirramento da divisão de classes, quando se defende que os filhos devem seguir as carreiras de seus pais. “A educação só é útil na medida em que sua carreira acorde com a vocação dos pais: em qualquer outro caso ela é nociva ao aluno, nem que seja

apenas em virtude dos preconceitos que lhe dá” (ROUSSEAU, 1992, p.15). Neste entendimento, ao seguir a vocação de seus pais, era preciso, a rigor, também seguir um ofício com honestidade, “[...] mas lembrai-vos sempre de que não há honestidade sem utilidade” (ROUSSEAU, 1992, p. 217). Para isso, não é possível conhecimento moral que se alcance fora da experiência própria, partindo deste princípio, a defesa de educar o indivíduo enquanto criança. “Uma criança suportará mudanças que um homem não suporta; as fibras dela, moles, flexíveis, tomam sem esforço as dobras que se lhes impõem; as do homem, mais endurecidas, só com violência mudam as que receberam” (ROUSSEAU, 1992, p.23). Nesta afirmação, a criança se torna moldável facilmente, já o adulto, somente com violência, por isso, a escolarização deveria acontecer na infância, como economia de tempo e esforço.

No entanto, este processo deve ser feito metodologicamente com cuidado rigoroso, conforme a orientação da pedagogia nova. “Em geral, não deveis nunca substituir a coisa pelo sinal, a menos que vos seja impossível mostra-la, porque o sinal absorve a atenção da criança e a leva a esquecer a coisa representada” (ROUSSEAU, 1992, p.179). A coisa a ser ensinada deve ser mostrada na prática, pois o sinal facilmente será esquecido pela criança.

Nesta nova pedagogia, Martinez deixa, nas suas orientações no impresso pedagógico, como o professor devia proceder as lições de ensino. “*Para isso sera indubitavelmente necessario que o professor não faça de suas lições uma exposição de definições que os meninos pouco assimilam*” (O ENSINO, 1922, p. 63). Na sala de aula, teria que ter o cuidado de expor definições conceituais acessíveis ao nível de conhecimento das crianças, assuntos de fácil compreensão a seu contexto de vida. “*Na escola antiga os alumnos quebravam a cabeça sobre os compêndios, procurando compreender assumptos*” (O ENSINO, 1922, p. 64). O método recomendado pelo reformador do ensino paranaense seria o de mostrar os assuntos observáveis. “*Pois bem, esse pequenino mundo das suas observações é a base, é o ponto de partida para todas as incursões pelas regiões desconhecidas*” (O ENSINO, 1923, p. 125). Os pequenos iriam experimentando o desconhecido, na curiosidade do novo, assim, gradualmente, avançariam, construindo seus conhecimentos.

Martinez se compromete com uma ideologia de desenvolvimento, num discurso respaldado em teóricos da educação, como Rousseau, expressando suas contradições na dicotomia entre o inatismo platônico e o empirismo aristotélico – como também ocorreram estes mesmos dilemas teóricos em Comenius. No entanto, fica

explícito o esforço do reformador em modernizar a educação no Paraná, apesar destes conflitos epistemológicos, a ideologia liberal se evidencia em consonância com o almejado, na busca da implantação do modelo social burguês, por mais que o Paraná fizesse parte da nação brasileira, na qual se efetivou o capitalismo tardio.

Na divisão internacional do trabalho, coube às nações industriais o avanço estratégico e de colocação central de manufatura e comércio. Aos países não-industriais, os chamados periféricos, continua cabendo a função de produtores de matérias-primas oriundos das produções agrícolas.

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. (OLIVEIRA, 2003, p. 63).

Diante deste contexto, a nação brasileira vai se constituindo em uma economia truncada, permanecendo as relações de trabalho pré-capitalistas. A produção científica não avança, no entanto, os conhecimentos científicos modernizantes eram importados de países de capitalismo maduro, enquanto o país, não tendo opção, vai passando um período histórico da humanidade acessando todo o conhecimento produzido, por outros, resultante de realidades distantes do Brasil, nestas circunstâncias, só resta a condição de explorado.

Os reflexos da economia mundial fizeram com que teóricos da educação moderna chegassem para embasar a intervenção reformista, com isso, John Dewey precursor escolanovista deixa traços de influências na proposta de mudanças no ensino, pensador este que vamos aprofundar no próximo tópico.

3.3 A IDEOLOGIA PRAGMATISTA: PRECURSORA DO ESCOLANOVISMO E PRESENTE NA REFORMA DE MARTINEZ

No propósito de Martinez em modernizar a instrução pública do Paraná, fica explícito, em seus registros na imprensa pedagógica, sua afirmação de que as reformas faziam parte de atitudes inteligentes. *“De tempos a tempos, sob a pressão da necessidade, ou por inspiração de um educador inteligente – produzem-se reformas [...]”* (O ENSINO, 1924, p. 162). Neste intuito ao se colocar como mediador

nas intervenções técnicas no ensino, busca respaldo em princípios teóricos do empirismo e pragmatismo¹⁹, ou seja, do útil e do imediato, para isso, John Dewey²⁰ pensador que se aproxima a esta tendência, ao problematizar e mostrar possibilidades de mudanças pedagógicas rumo ao progresso econômico.

Para iniciar este tópico, faz-se necessário buscar os princípios filosóficos deste precursor do escolanovismo, no intuito de evidenciar sua relação teórica com Martinez. Quando se refere às aptidões naturais, Dewey (1959) vai ao pensamento platônico, para afirmar que uma das funções da educação é estimular e desenvolver as aptidões naturais. Assim, é de importância destacar três aspectos: os trabalhos manuais, as atuações em negócios e os defensores internos da paz que vão para a guerra. Ou seja, nessas três frentes é que a educação deveria se preocupar. Entretanto, para Dewey, a “[...] função da educação: isto é, de servir de direção, controle ou guia” (DEWEY, 1959, p. 25). Princípio este, chamado de direção, controle ou guia, está atrelado na concepção de educação como se fosse um laboratório, no qual existe uma distinção filosófica, que, colocada à prova, se concretiza. A reconstrução dos princípios filosóficos e, conseqüentemente, da educação resultam em novos ideais e métodos sociais.

Considerando a ideologia liberal ao tratar do pragmatismo, o princípio do empirismo se torna de importância na busca de precursores filosóficos. Primeiramente, o empirismo aristotélico tem a premissa de que, por meio da experiência, levaria a conhecer todas as coisas na busca da verdade, ou seja, a verdade estava nas coisas em si.

Defesa que leva a conceber que o conhecimento se constitui oriundo da experiência sensível e da reflexão. Assim, pode-se acrescentar a esses dois modos anteriores do conhecimento mais um grau, que seria devido à existência de objetos externos particulares, que resultam da percepção e da consciência que existe na

¹⁹ Pragmatismo na educação sistematização presente na produção teórica de John Dewey.

²⁰ John Dewey nasceu em 1859 na cidade de Burlington, nos Estados Unidos. Filho de comerciante, sua escolarização enfrentou alguns limites, porém sua educação familiar foi precedida de influência congregacionalista, uma corrente religiosa que tinha como princípios a autonomia de seus fiéis sem ordem hierárquica, numa relação democrática com espírito de igualdade, que se buscavam a presença de Cristo nos indivíduos como manifestação solidária na vivência comunitária. Iniciou sua vida acadêmica estudando Artes, na Universidade de Vernont. Estudou Fisiologia, entrando em contato com as teorias darwinistas, mas logo se inclinou para a Filosofia, defendendo sua tese de doutorado sobre a Psicologia de Kant. No decorrer de sua vida, produziu inúmeras obras. Faleceu em 1952, com 92 anos. Do ponto de vista epistemológico, ficou como referência o pragmatismo como base de seu pensamento filosófico, opção definida pelo liberalismo e pela reforma do capitalismo. (SOUZA; MARTINELLI, 2009).

entrada de ideias. Por isso, o que possibilita a existência desses três graus de conhecimento, “[...] a saber, *intuitivo, demonstrativo e sensitivo*, havendo em cada um deles diferentes graus e meios de evidencia e certeza” (LOCKE, 1991, p.143). Então, o empirismo tem como princípio que o homem pode provar a veracidade de suas ideias por meio da experiência, fato que desvincula das forças da metafísica, atribuindo a razão à expressão no processo de formação do conhecimento, condições que levam o indivíduo a se livrar das conotações absolutas.

A partir desta definição do que é empirismo, é possível evidenciar, nos escritos de Martinez na revista O ENSINO, a presença desse mesmo princípio no seu trabalho.

Portanto as pesquisas da pedagogia experimental que atualmente se procedem, devem ser consideradas não somente em si mesmas, mas relativamente às instituições que visam modificar. A antiga pedagogia, ou para melhor dizer, a pedagogia que actualmente ainda domina o ensino, leve uma origem sobretudo empírica (O ENSINO, 1924, p. 162).

O modelo de educação defendida teria respaldo teórico no empirismo, como possibilidade de avanços em prol ao desenvolvimento econômico no Paraná. É um respaldo liberal, o qual permeia a filosofia como teoria geral da educação em Dewey, tal teoria está presente nas orientações do ensino do Paraná. Nesta filosofia, assume-se o ato de pensar como resultado da incerteza daquilo que é incerto da experiência. “O pensamento filosófico caracteriza-se pela circunstância de as incertezas com que ele se avém se basearem em condições e objetivos de natureza social e geral [...]” (DEWEY, 1959, p. 365).

Porém, essas mudanças são decorrentes de demandas sociais. “Tal transformação na economia e nas relações entre as classes tinha necessariamente repercutir na educação” (PONCE, 1982, p, 98). São necessidades educacionais causadas pelas mudanças econômicas que vão alterando a constituição do próprio ser e conseqüentemente a consciência, “[...] o modo de produção da vida condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida, ou ainda mais em geral, que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência” (MANACORDA, 2010, p.109). Essas colocações explicitam que o ser humano é o resultado de suas relações materiais. Nesta demanda de uma nova formação, evidencia a filosofia de um novo indivíduo, tal como resultado desta sociedade capitalista.

A educação, a partir da modernidade, apresenta uma função característica do período da qual pertence, fazendo a defesa da aprendizagem por meio da experiência do indivíduo, para isso, o espaço escolar deve ser, “[...] a primeira função do órgão social que denominamos escola é proporcionar um ambiente simplificado” (DEWEY, 1959, p. 21). A escola, nesse intuito, tem que disponibilizar um espaço como se fosse o meio social em miniatura para o ser interagir como se estivesse numa realidade cotidiana, “[...] o ensino deve ser eminentemente prático, feito por meio de exemplos e pela própria maneira de viver na escola” (O ENSINO, 1924, p. 146). É um método do ensino prático, com a perspectiva de resolver os problemas imediatos.

Para aprofundar a discussão acerca do pensamento deste autor, faz-se necessário apontar a temática da educação tradicional na função escolástica livresca, “[...] dentro da esfera da instrução escolar o empirismo exerceu função diretamente benéfica protestando contra a mera instrução livresca” (DEWEY, 1959, p. 294 e 295). Este define a educação formal que se caracteriza como abstrata, pois se torna distante e morta.

A educação formal, “[...] perigo permanente, portanto, é que o cabedal da instrução formal se torne exclusivamente a matéria do ensino nas escolas, isolado das coisas de nossa experiência, na vida prática” (DEWEY, 1959, p. 8 - 9). A instrução formal, neste caso, distancia-se da utilidade da vida prática. *“Ainda impera, desgraçadamente, tanto na instrução primária, como na secundária, o mau gosto de um ensino de pura forma. Em lugar de se procurar o essencial, que é o aproveitamento real. Isto é, a preparação para a vida prefere-se o superficial e teórico”* (O ENSINO, 1923, p. 151). Assim como Dewey, Martinez defende que o ensino não deve ser realizado no plano teórico, no entanto, mais interligadas com as coisas reais.

Na evolução da humanidade, a função da educação foi se transformando até chegar na contemporaneidade. Nos tempos antigos, os grupos sociais eram formados principalmente devido à questão geográfica, que, de certa forma, cada qual em seu território, resolviam suas demandas de trocas enquanto comércio, meios de transporte e comunicação. Devido ao avanço destes povos, surge a necessidade de uma movimentação, dando origem à emigração, que instiga uma nova composição das nações – como ocorreu com os Estados Unidos, formado por diversos grupos sociais de muitos costumes tradicionais.

Foi um contexto como este que levou, entre outras demandas, a exigência de espaços educativos que promovessem ambiente com um formato de equilíbrio

homogêneo. “Á escola tem igualmente a função de coordenar, na vida mental de cada indivíduo, as diversas influências dos vários meios sociais em que ele vive” (DEWEY, 1959, p.23). Diante disso, o pensador enfatiza, “[...] pois quando as escolas se afastam das condições educacionais eficazes do meio extraescolar, elas necessariamente substituem um espírito livresco e pseudo-intelectual a um espírito social” (DEWEY, 1959, p. 42). Neste trecho, fica explícita a postura conceitual do autor, que se refere à necessidade de uma escola que atenda uma determinada demanda social.

Aponta-se como defeito desta concepção teórica o não reconhecimento da existência de funções ativas e especiais no ser vivo que atuariam, ao entrar em contato com o seu ambiente, o potencial do ser, seria, então, neutralizado, “[...] nos planos de educação tradicionais a matéria do estudo consistia em certas coisas a serem estudadas” (DEWEY, 1959, p.147). Nesse sentido, remetia-se à estagnação no tempo, tal perspectiva não respondia a necessidade social do ser, Martinez, neste viés teórico, compara as práticas de ensino. “*O pedagogo deixa livros. O Educador deixa compêndios vivos, exemplos que fructificam*” (O ENSINO, 1923, p. 150). Uma vez meramente memorizando conteúdos livrescos, não teria função na vida do estudante, no entanto, se este saber tivesse vínculo social renderia bons frutos.

Tendo em vista o propósito deste modelo inovador educacional, tem-se que Martinez buscava atendê-lo, no respaldo da mudança econômica, na tentativa da superação da educação tradicional. Esse foi um acontecimento que, em outras nações, motivou-se pela Revolução Industrial, “[...] essa revolução eliminou o velho modo de treinamento das classes trabalhadoras, o estágio no local de trabalho junto aos adultos, e colocou em crise o caráter privilegiado e retórico da formação das classes dominantes na escola tradicional” (MANACORDA, 2010, p.134).

A reorganização da nova classe dominante faz com que também fosse repensada a formação para sua finalidade, esta deixa de ser exclusiva para a elite, “[...] uma educação primária para as massas, uma educação superior para os técnicos, eis o que, em essência, a burguesia exigia no campo da educação” (PONCE, 1982, p, 146). Neste entendimento burguês da função educacional, o trabalhador deveria sair do estado de ignorância para sua inserção no meio produtivo, no entanto, o acesso seria do conhecimento elementar para desenvolver sua atividade de trabalho somente manual.

Esta defesa da importância da experiência em essência vem do empirismo, fundamento indica provar a veracidade dos fatos e das ideias. Dewey faz a relação

desse fundamento da experiência com o processo da aprendizagem, “[...] é a aptidão de aprender com a experiência, o poder de reter dos fatos alguma coisa aproveitável para resolver as dificuldades de uma situação ulterior” (DEWEY, 1959, p.47). O aprender na prática, é um ato que caracteriza que não se nasce sabendo tudo, pois obriga a aprender por vários fatores, de acordo com a variação de muitas circunstâncias.

Isso se torna a possibilidade de um progresso contínuo. “Mais importante ainda é que o ser humano adquire o hábito de aprender. Aprende a aprender” (DEWEY, 1959, p.48). Este é um hábito que vai estimulando, por meio da experiência, a busca incessante da reconstrução do conhecimento. “Chegamos assim a uma definição técnica da educação: é uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes” (DEWEY, 1959, p. 83). Assim, tem-se uma atividade educativa de instrução que leva o indivíduo a reconhecer as relações e as conexões não percebidas antes. As comunidades progressivas se esforçam por moldar as experiências dos jovens, para que venham a adquirir melhores hábitos, de modo que a sociedade da qual estará quando adulto possa ser mais perfeita que a atual.

Martinez ao verificar junto às crianças a sobrecarga memorística, alega que estas são pobres de imaginação e, conseqüentemente, sem criatividade para resolver problemas que vão surgindo como desafio cotidiano. *“E verifiquei, com surpresa, que aquelas crianças de memória sobrecarregadas estavam pobres de imaginação, definhadas na sua visão intelectual e não sabiam descobrir, por si mesmas, a nascente e a foz de cada rio, as partes altas e baixas do terreno”* (O ENSINO, 1923, p. 128). Este fragmento da revista O ENSINO demonstra a sintonia pedagógica que Dewey dá importância à atividade empírica no processo.

Esse progresso contínuo demandou uma mudança na forma de resolver os problemas, fato que deu espaço para a evolução da ciência moderna. Derivada desta perspectiva, a construção e a aquisição de conhecimento instituem uma ciência cada vez mais experimental, com menos dependência da tradição literária.

No entanto, ressalva-se que a evolução da ciência moderna é consequência de uma nova organização social. “Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica [...]” (MÉSZÁROS, 2005, p.17). Assim, é necessária, para cada modelo social, uma educação que atenda essa demanda de

trabalho, ou seja, neste caso, a sociedade capitalista. Esse é o entendimento no qual a defesa da instrução do povo tem um interesse econômico de fundo. “Mas, a burguesia não podia recusar instrução ao povo [...]. As máquinas complicadas que a indústria criava não podiam ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um servo ou de um escravo” (PONCE, 1982, p, 145).

Considerando este novo paradigma científico para a construção do conhecimento, faz-se necessário uma nova forma de ensinar, ou seja, um ensino no respaldo da experiência humana.

Para aprender nesta nova concepção, requer também um novo método de ensino, com o qual Dewey (1959) define a organização de ensino em virtude da ciência como ciência. Pois aprender com a experiência é fazer uma relação retrospectiva e prospectiva entre o que fazemos e com aquilo que se tem em consequência, o resultado destas escolhas, ou seja, essa experiência é inicialmente atos passivos e ativos, só posteriormente uma ação cognitiva. Esta elevação do conhecimento é que chega ao nível no qual, “[...] considera-se o espírito ou a consciência como faculdade puramente intelectual e cognitiva [...]” (DEWEY, 1959, p. 153). Patamar de aprendizagem de elevação do indivíduo como possibilidade de emancipação, convertendo-se num estágio de elevação social, num desenvolvimento progressista.

Evolução que Dewey fundamenta nos princípios de Rousseau, na defesa que a educação deve estar em concordância com a natureza do indivíduo. Dar plena expansão à ‘natureza’ era substituir unia ordem social artificial, corrupta e iníqua por um novo e melhor reinado da humanidade. “[...] Julgava-se que o primeiro passo para assegurar essa sociedade mais social era uma educação de acordo com a natureza” (DEWEY, 1959, p. 99). Retorna-se, assim, à concepção de dar continuidade biológica aos impulsos e aos instintos humanos, os quais são movidos com as energias naturais – essa dependência do espírito para se desenvolver encontra um objetivo comum, que move uma participação do ambiente físico que influência o meio social em que vive.

Esta necessidade de implementar os desejos e os pensamentos individuais na sociedade promove o desenvolvimento progressivamente, ou seja, esta unidade metodológica com a matéria conduz, de certa forma, uma continuidade entre meios e os fins. A constituição desse ser assume a mente ou o espírito como o ato de pensar, que resulta essencialmente no seu comportamento, a partir daquilo que submete à

prova dando algumas significações. “Estas concepções se coadunam com a filosofia que vê a inteligência como a reorganização, com um fim, mediante a ação, do material da experiência [...]” (DEWEY, 1959, p. 356). Como resultado desse processo de experiência prática, acontece a construção do conhecimento.

É de vantagem identificar a filosofia com o ato de pensar enquanto distinta do conhecimento. O conhecimento, isto é, o conhecimento fundamentado, é ciência; ele representa as coisas que foram estabelecidas, ordenadas, dispostas racionalmente. [...] Pode-se quase definir a filosofia como o pensamento que se tornou consciente de si mesmo — que generalizou seu lugar, função e valor na experiência” ((DEWEY, 1959, p.359).

Essa filosofia respaldada na experiência, tem como fundamento a liberdade do indivíduo. “Em suma, a função do conhecimento é tornar uma experiência livremente aproveitável em outras experiências. A palavra ‘livremente’ assinala a diferença entre o princípio do conhecimento e o do hábito. O hábito significa que um indivíduo sofre uma modificação por meio de experiência [...]” (DEWEY, 1959, p. 372 e 373). Esta liberdade, citada por Dewey, de buscar situações de novas experiências, Martinez, nesta perspectiva, cita Locke condenando o verbalismo pedagógico como uma atividade estéril sem resultado útil. “*Locke condenando esse verbalismo estéril, não pôde ser julgado, como um utilitarista cego, sem ideias [...]*” (O ENSINO, 1923, p. 152).

Retomando a filosofia liberal de Locke (1991), que defende a propriedade como uma conquista individual, porém, ao juntar ao seu interesse individual ao do outro em busca de proteção, assume a defesa da propriedade como interesse coletivo, formando-se uma comunidade. Tal princípio apresenta o elemento basilar da filosofia liberal, logo, acima do próprio direito à vida, está o direito à propriedade privada. Fundamento com o qual embasa a formação da nova sociedade, no caso, a burguesia, tal fundamento que vai orientar e dar sustentação ao Estado moderno como proteção do capitalismo.

No cuidado de estar a partir do mirante da luta de classes, deve-se considerar que nas propostas de mudanças de uma nova forma de instruir, Martinez, uma vez, condizente aos princípios capitalistas. Dentro do conceito de liberdade, de certa forma, se apresenta contraditório aos interesses da classe trabalhadora. “Mas o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com o homem, mas, antes, no isolamento do homem relativamente ao homem” (MARX, 2009, p. 64). Este

direito do indivíduo isolado em si deixa-o limitado dentro do seu egoísmo. “Aquela liberdade individual, assim como esta aplicação dela, formam a base da sociedade civil. Ela faz com que cada homem encontre no outro homem, não a realização, mas antes a barreira da sua liberdade” (MARX, 2009, p. 64). No estímulo desta liberdade, o homem vê no outro seu inimigo que sempre vai lhe prejudicar na dita livre concorrência de bens privados.

Este princípio do individualismo burguês faz com que o espaço educacional se efetive com “[...] uma disciplina menos rude, uma maior consideração pela personalidade do educando, um ambiente mais claro e mais alegre” (PONCE, 1982, p, 116). O trabalho de quem está no ensino deve estar subordinado a essa nova perspectiva social. “O corpo de professores é um regimento que defende, como o militar, os interesses do Estado, e que caminha com ele ao mesmo passo” (PONCE, 1982, p, 80). Nesse caso, os professores, não têm liberdade para ensinar, mas, sim, de obedecer a essa nova orientação moderna para aprendizagem, ou seja, essa evolução e suas consequências. “Depois de tantos séculos de sujeição [...], a burguesia afirmava os direitos do indivíduo como premissa necessária para a satisfação dos seus interesses” (PONCE, 1982, p, 130).

Martinez deixa em seu registro sua orientação pedagógica de como deveria se comportar o quadro docente para atender aos moldes modernizantes, “[...] *pelo aperfeiçoamento da capacidade profissional dos mestres, pela adoção de métodos, horários e programas convenientes, o gradativo aumento da eficiência escolar. Será esta a obrigatoriedade melhor, porque é praticável e benéfica*” (O ENSINO, 1922, p. 66 e 67). Estas recomendações do Inspector do Ensino do Paraná explicita a ação pedagógica da busca pela eficiência, como o filósofo americano almejava. “O objetivo da eficiência (bem como qualquer outro objetivo educacional) deve ser incluído no processo da experiência” (DEWEY, 1959, p. 133). A eficiência no processo educativo terá sucesso pelo respaldo experimental. O conhecimento é apresentado como provisório, numa constante indagação permanente, contrapondo-se as verdades imutáveis.

No entanto, ao negar a verdade como imutável, Dewey se deixa seduzir por uma única verdade, por mais que fosse, momentânea e unilateral, ou seja, a opção capitalista como única verdade possível. Assim, seduzido pelo ideal da prática imediatista, Dewey teria adotado uma postura de fixidez, deixando escapar a possibilidade do movimento, de mudança, de criar circunstâncias alternativas

construídas pela coletividade. “Dewey seria a negação das próprias teses deweyanas” (CUNHA, 2001, p. 94). O desenvolvimento científico tecnológico induz que todos estejam adeptos às mudanças, para tanto, estas mudanças levam à produção e ao consumo dentro de interesses capitalistas, consumando a divisão de classes. A mudança causada não traria uma evolução social de superação do modo de produção, portanto, são ideais de Dewey que se materializam em contradições.

Este princípio pragmático seria estanque e acabado, pois estaria dissociado da realidade que se evoluiria rapidamente diante das exigências da modernidade. Neste viés, o conhecimento e o resultado de uma situação perplexa de desafio, a resolução desta situação seria condicionada à produção de novos conhecimentos, como condição de controle desta determinada circunstância.

Nesse desequilíbrio de desestabilidade na atividade humana, cria-se necessidades de novas produções intelectuais que expliquem concretamente, dando resolução a esta atividade, levando a um novo equilíbrio. Este é o fundamento base da produção do conhecimento, pois a construção do mesmo é a resposta de uma indagação da realidade. Desse modo, esta influência levaria a uma mudança cultural que se preencheria com valores liberais, tirando, assim, do “eterno sono colonial” do qual o país se encontrava (CHAVES, 1999)²¹.

Perante às evidências teóricas do liberalismo e do pragmatismo, é possível assumir um fio condutor oriundo da mesma raiz. Diante da análise de interpretação da educação paranaense e, conseqüentemente, brasileira como atrasada, tais premissas liberais que poderiam modernizar a educação rumo ao desenvolvimento econômico.

Martinez, na ênfase dada em seus ideais de procurar realizar reformas respaldadas na experiência empírica, demonstra sua sintonia filosófica, com a teoria que posteriormente fundamentou o escolanovismo brasileiro.

Este empirismo geral não impede que a pedagogia de que tratamos não tenha sua theoria, sua doutrina mas é uma doutrina vaga e puramente litteraria uma reunião de phrases ôcas, cuja critica é impossível – tão vacilante é a ideia: não é bastante preciosa, é pouca concludente. Contra esta pedagogia, para destuil-a e substituil-a, tem surgido há uns trinta anos muitos inovadores que são ou se dizem ser inspirados do espirito scientifico. Aparecem em toda parte; alguns na França, na Italia, na Inglaterra, mais na Allemanha e, sobretudo na America. Emprehenderam refazer a pedagogia sobre bases novas, bases sientificas. Agem de accôdo com a observação e a experiencia. (O ENSINO, 1924, p. 163).

²¹ Waidenfeld Miriam Chaves: estudiosa do pragmatismo e do liberalismo no Brasil.

O gestor educacional paranaense se faz inovador ao assumir o espírito científico, em um consenso mundializado, substituindo a pedagogia literária, em outras palavras, a tradicional. *“A psychologia experimental que começava a chamar a atenção na Europa e na America, despertou-lhe o desejo de a tornar conhecida aqui”* (O ENSINO, 1923, p. 154 e 155). O impresso pedagógico demonstra o esforço de importar esta perspectiva modernizante de ensino, diante disso, Martinez faz a crítica: *“O professor que não abre um livro é comparavel ao artista que deitasse as ferramentas ao sabor das ferrugens. Foi com intuito de encorajar entre os professores do Estado a leitura de obras pedagógicas”* (O ENSINO, 1923, p. 137). Em sua crítica, faz uma comparação do trabalho pedagógico com o de um artista de criação:

Entre o Pedagogista e o Educador ha uma distancia consideravel. O Pedagogista é um doutrinador no terreno facil da theoria. O Educador é um artista e um heróe. Artista porque integralisa as idéas, porque dá vida ao pensamento. Porque crea entidades e propaga o bem de suas doutrinas [...] (O ENSINO, 1923, p. 150).

O apelo nesse trecho da revista é para os profissionais do ensino, na coerência pedagógica da doutrina com o fazer do educador, no caso, chamando de “heróis” aqueles que, no processo de sua prática, conseguiram se reinventar com os alunos.

Martinez assume como autoridade do ensino no Paraná a função tutelar da sociedade, por meio de um sistema ideológico, que se forma e conduz o pensamento político para legitimar o capitalismo. Vale observar que existia um discurso de modernidade de propostas, de mudanças de métodos e recursos didáticos modelar, que se afirmava no processo de acumulação sob a égide da indústria, diante da organização social em desenvolvimento mercadológico do lucro.

Nesta perspectiva ideológica, o professor passa a ser o responsável pela condução do progresso, visto que a este era confiado a função, como herói, de alterar a sociedade, introduzindo novas formas modelares de comportamento. Nesta condução, o processo deveria ser de forma passiva, de aceitação de tais mudanças sociais. Ao responsabilizar o magistério com tal interesse ideológico, é amputado o compromisso humanitário da educação, dado que se introduzir uma nova visão de trabalho e de sociedade na garantia da conformação nacional e, conseqüentemente, num alinhamento mundial.

Ao longo do percurso histórico, evidenciam-se características relativas à produção técnica, na sua relação entre escola e realidade, tanto interna como externa. Essa é uma realidade que inviabiliza qualquer tipo de transformações educativas, servindo apenas ao interesse econômico de treinamento e de aceitação passiva da nova ordem, ficando, assim, a educação voltada meramente para o trabalho. Para isso, devem ser vivenciados como bons exemplos no espaço escolar, “[...] o ensino deve ser eminentemente prático, feito por meio de exemplos e pela própria maneira de viver na escola” (O ENSINO, 1924, p. 146). É, então, um método do ensino prático, com a perspectiva de resolver os problemas imediatos.

Neste processo, a premissa era de “aprender fazendo”, tal prática uma ordem. Assim vai se constituindo a profissionalização por excelência do trabalhador, o que justificava a importância e a necessidade das “escolas-modelo”, das “escolas de aplicação” e dos “centros de treinamento” para o “aprender a fazer” (PEREIRA, 2020).

Processo formativo vai apresentando consequências perversas, o Estado, a serviço da classe dominante, cria legislações que estabelece a fixação de salário mínimo atrelado à "subsistência" dos trabalhadores urbanizados. No entanto, para definir “[...] os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar certo tipo de produção” (OLIVEIRA, 2003, p. 37). Esta reorganização política e econômica industrial do capitalismo desencadeou na formação de uma massa de mão de obra sobrando do processo produtivo, denominada de "exército de reserva" – processo resultante da atração pelo salário urbano, por ele ser maior que a renda familiar rural.

Configura-se, então, uma armadilha econômica que faz multidões de trabalhadores se deslocarem para as cidades em busca de melhores condições de vida. Movimento que leva a um inchaço do espaço urbano, em decorrência da disputa pela vaga de trabalho como condição de sobrevivência. Este exército de reserva de mão de obra ao se formar, foi enfraquecendo a organização e a luta social por condições de trabalho e melhores salários. Para isso, na função tutelar, o Estado foi muito incisivo na consolidação da burguesia industrial.

Entende-se, que esse foi o preço alto que o trabalhador rural pagou pela industrialização, "tratamento discriminatório". Uma vez que isso contribuiu para manter o padrão "primitivo" baseado em alta exploração da força de trabalho rural, levando ao rebaixamento do salário urbano pelo baixo custo da alimentação, o que eleva a

formação de massa sobranete, o denominado "exército de reserva" – combinação esta que é raiz da concentração da renda na economia brasileira.

Assim se constitui os termos de produtividade dos dois setores, o da agricultura e o da indústria. Eles não se apresentam de forma tão simples, eles não estão distanciados numa construção dual, pois, na aparente dualidade, existe uma integração dialética. Nesta dualidade, a agricultura cumpre uma função vital para a expansão do sistema, seja fornecendo os contingentes de força de trabalho ou de alimentos, num contexto de dependência mundial. O surgimento da industrialização brasileira se funda na necessidade de produção e não de consumo, condição forçada de fora para dentro, processo às avessas da forma convencional do capitalismo desenvolvido. Dado que o modelo defendido, que sempre foi o fundamento do pensamento no período, "[...] este é privilegiado sempre no nível da ideologia [...]" (OLIVEIRA, 2003, p. 51) – orientações do capitalismo mundial que foram, uma vez, absolvidas pela burguesia nacional.

A expansão do capitalismo no Brasil encontra nesta oposição, sua forma política de se concretizar, no entanto, seu processo histórico explicita elementos decorrentes dos fatores ideológicos, da estagnação e da reversão à economia primário-exportadora, formas que vão dar, mais tarde, condições reais para acontecer a revolução burguesa no Brasil. O que ocorre em detrimento do fato de que existia uma necessidade política de prática de governo nacional, como condição de expansão econômica. Compreender os problemas econômicos e sociais de países não desenvolvidos era a decorrência das relações "arcaicas" dos meios de produção, fatores que levam à busca da "modernização" e, conseqüentemente, ao "desenvolvimento" destes países.

Tal formação histórico-econômico se apresenta como uma característica singular, constituída com certa polaridade em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno". Assim, tem-se uma característica capitalista que vai se constituindo em um aspecto da dependência, a conhecida condição de centro-periferia. Nessa condição, os interesses nacionais se articulam com os internacionais, formando-se parcerias que leva ao "capital dependente".

Nas condições de ambigüidade, o sistema de produção atrasado produz um excedente, dele parte é absolvida internamente e outra parte pela incapacidade devido à falta de poder aquisitivo, logo, é consumida externamente. Ou seja, essa imparcialidade que move a capacidade de produção e de não consumo que sustentam

as condições periféricas do país. Essas são circunstâncias de um capitalismo dependente da relação de "centro/periferia", logo se identifica- uma dependência do "progresso técnico", que impede a "autonomia" como chave do desenvolvimento nacional (FERNANDES, 2005). A partir da Guerra Mundial, estimula-se uma crise da economia mundializada, no entanto, este colapso das relações externas não é suficiente para criar condições para o Brasil se industrializar, por mais que vá existindo esforços políticos de adequações para juntar o "arcaico" e o "novo", fundando novas relações entre capital e trabalho.

Uma sintonia estrutural garante a condição de acumulação de forma complementar das condições pré-capitalistas na forma de exploração do trabalho, ela vem garantir a acumulação capitalista da classe nascente, a burguesia brasileira. "Assim, dá-se uma primeira especificidade particular do modelo brasileiro, pois, ao contrário do clássico, sua progressão não requer a destruição do antigo modo de acumulação" (OLIVEIRA, 2003, p. 65). Essa é a especificidade brasileira de acumulação financeira sustentada pelas relações arcaicas de trabalho.

É a dependência econômica a serviço dos interesses alheios, neste caso, é a prioridade não seria da economia nacional. "A saber, posição dependente e subsidiária de uma economia satélite que se dispõe e organiza precipuamente para servir objetivos e necessidades econômicas alheias" (PRADO JUNIOR, 1972, p. 90). O capitalismo, para seu equilíbrio e avanço, necessita do pleno emprego para potencializar. Assim, vai dando condições para o consumo. No entanto, nas ex-colônias, ao se acirrar a exploração nas relações da força de trabalho de forma "primitiva", vai se formando uma massa sobrando (o "exército de reserva"), como potencial de concorrência e barateamento da mão de obra, acentua-se, deste modo, a desigualdade em relação aos países de capitalismo maduro.

Porém, nesta concepção teórica de polaridade econômica do desenvolvimento e subdesenvolvimento não se apresenta de forma neutra, concordando com a tese de Francisco Oliveira ao comparar o desenvolvimento brasileiro a um ornitorrinco²², pois se constitui num movimento migratório que foi se

²²Ornitorrinco é o termo que Oliveira encontrou para comparar ao desenvolvimento brasileiro, com uma economia truncada formada por elementos arcaicos que constitui o moderno. O ornitorrinco é um bicho esquisito, tem quatro patas, um bico e dentes quando é pequeno, é peludo, mas as patas dianteiras são como asas. As traseiras têm esporões venenosos. Bota ovos, choca-os e depois amamenta os filhotes. Durante um século após sua descoberta, os cientistas quebraram a cabeça pensando em um modo de classificá-lo como um mamífero numa ordem especial, pois o mesmo produz leite, a dos Monotremados. O ornitorrinco vive na Austrália e na Tasmânia, às margens dos rios e banhados. Tem

urbanizando. Vai, assim, diminuindo a força de trabalho no campo, este se conserva em uma posição de agricultura atrasada, mas que serve para alimentar a agricultura moderna e a industrialização.

Em razão disso, na descrição e comparação com "ornitorrinco", a economia brasileira se apresenta de forma "truncada". Nas condições de não desenvolvida alimentam a expansão capitalista, em partes a econômica nacional e, conseqüentemente, como "capital depende" da expansão capitalista que se constitui de forma atrelada ao capitalismo mundial. Numa estrutura produtiva sem forças para as tomadas de decisões, assim, condicionado para aumentar sua acumulação, precisa cada vez mais acirrar a exploração da força de trabalho. Diante dos problemas da acumulação brasileira, o que acontece de forma conservadora, dá-se uma revolução produtiva sem uma revolução burguesa da forma clássica. "De resto, esta última característica também está presente nos capitalismos tardios" (OLIVEIRA, 2003, p. 131). Uma economia truncada que traz na sua essência as relações arcaicas de trabalho que alimenta a expansão modernizante deste capitalismo tardio.

Esta reorganização econômica brasileira foi se dando através da formação, pela qual se constitui a burguesia ultraconservadora e reacionária. "O modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa e a parte que nela tomaram as concepções da 'velha' e da 'nova' oligarquia converteram a burguesia em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária" (FERNANDES, 2005, p. 250). Neste viés, a burguesia vai a sua maturidade e plenitude no poder sobre um capitalismo monopolista, no entanto, a custos de um inevitável e profundo agravamento das condições sociais inerente aos países de capitalismo tardio, pois apresenta certas especificidades no confronto mercadológico no plano mundial.

Elementos das relações do trabalho do padrão primitivo se somam dita modernidade, crítica que se faz da comparação do "ornitorrinco" com o desenvolvimento brasileiro, de uma estrutura truncada de classes, ou seja, uma sociedade desigual numa periferia capitalista que, na sua contraposição, os uniu. Um capitalismo periférico dependente que articula elites internas a grupos externos de interesses econômicos mundializado. Para isso, transfere-se decisões e comandos para os centros do capitalismo internacionalizado. Visando atender tais interesses ideológicos, vai se construindo um consenso, também, internacional de como preparar

patas palmadas e por isso é um bom nadador, capaz de ficar debaixo da água por 5 minutos (DOM ESCOBAR, 2011).

mão de obra do trabalhador para dar sustentação a este sistema característico do capitalismo tardio. Neste propósito, são criados mecanismos para planejar, orientar e executar políticas educacionais. Neste caso, são definidas as diretrizes validadas mundialmente de ideais para reformas que darão respaldo ao modelo capitalista imposto por forças hegemônicas também externas.

Ao analisar os princípios das fontes primárias acerca da reforma do ensino da época, é possível evidenciar as condições determinantes da modernização da realidade brasileira, numa relação direta da educação com princípios ideológicos do liberalismo de exigências do mundo do trabalho. “*O estudo firmou-se acompanhando as novas ideias que na França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Itália e Estados Unidos [...] e entre outros, ideias que primeiro germinaram como Looock, [...] Comenius, [...] Rousseau, [...]*” (O ENSINO, 1923, p. 154). Martinez enfatiza a importância das novas ideias, tanto europeia, como norte-americana, não somente no ponto de vista pedagógico, mas também filosófico, na finalidade de atender a modernização mundializada.

Em essência, a necessidade do mundo capitalista era de um número maior de operários, do que de intelectuais. Nesta especificidade do capitalismo tardio, o Estado, como protetor da classe dominante, promovia reformas condicionando a preparação de mão de obra abundante com força de trabalho, intencionalmente sobrando, para alimentar a exploração da *mais valia*.

Formato estrutural da polarização do capitalismo tardio, o arcaico nutre o moderno em detrimento do capitalismo mundializado, “[...] um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição [...]. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado” (ENGELS, 2012, p. 213). Este poder de Estado, não está a serviço de sua nação, está, sim, a serviço de um interesse internacional que se alinha segundo os princípios criados para a finalidade da perpetuação do sistema social preconizado pela burguesia.

Para finalizar este capítulo, retoma-se que o objetivo era identificar os princípios ideológicos que fundamentam a proposta da instrução pública no Paraná publicada na revista O ENSINO, analisando os fundamentos ideológicos de consenso de validação dos quais foram tendo formas abstratas e universais. No entendimento de que se vai dividindo em pensadores e não pensadores, ou seja, em produtores ativos de ideias e consumidores passivos de ideias, no caso, os passivos seriam a

classe trabalhadora. Essa é a expressão de uma ideologia liberal, da qual os ideais de interesse particular se transformam em ideias universais. Ideologia, que fica evidente em Martinez enquanto Inspetor Geral de Ensino e expressa como orientações pedagógicas na revista O ENSINO, fundamento da filosofia e pedagogia modernizante do ensino, obedecendo a mundialização liberal da formação para o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi intitulada “A revista O ENSINO (1920-1924): a instrução pública do Paraná nos ideais de Cesar Prieto Martinez”. Ela está vinculada à área da História e Política da Educação, no eixo da Educação e Imprensa.

Nesta pesquisa, defendemos a tese de que Cesar Prieto Martinez, na função de Inspetor Geral de Ensino, reformou a instrução pública paranaense, usando o impresso pedagógico (a revista O ENSINO) como veículo ideológico que materializava seus ideais, interligando-os numa sintonia de demandas de formação de mão de obra para o capitalismo. Apresentando, assim, reformas educacionais que serviram à organização econômica mundial.

O objeto de análise desta pesquisa, então, constituiu-se nos ideais de Cesar Prieto Martinez para a instrução pública no Paraná nos anos de 1920 à 1924, apresentados na revista O ENSINO. O estudo mostrou a presença do princípio do liberalismo nos ideais de Martinez nas orientações da revista O ENSINO. As orientações do reformador para a instrução pública do Paraná atendem aos fundamentos da modernização da educação como condição para ascensão do capitalismo.

Para chegarmos neste entendimento dos ideais de Martinez, discutimos o processo do avanço moderno, com a expressão da burguesia ao dominar os meios produtivos. Tal classe social, para sua legitimação, propõe reformas no intuito de atender aos ideais econômicos. Para isso, surge a necessidade de adaptar o indivíduo ao mercado de trabalho, ou seja, qualificar a mão de obra assalariada em um contexto republicano realmente a serviço da classe dominante.

Fizemos a opção da investigação destes ideais de Martinez por meio da imprensa pedagógica, pois a revista O ENSINO constituiu-se como fonte histórico-educacional e ela acarretava em intervenções pedagógicas para além do espaço escolar. A educação e a imprensa não se ligam ao acaso, nem se constroem a partir da intuição de pesquisa. Ambas se estruturam historicamente, uma vez que estão postas numa relação indissociável. Essa é a realidade na qual a imprensa se constitui moldada por regras da ordem do interesse capitalista, logo, faz parte de sua especificidade a condução por meio de técnicas de produção e do destino para sua circulação.

A imprensa pedagógica vai assumindo um espaço como instrumento na disseminação e na efetivação do liberalismo, na função de preparar o professor segundo tais ideais para a docência com a finalidade de instruir o trabalhador dentro de um padrão, a fim de torná-lo produtivo, aceitando seus deveres. Este veículo educacional cumpriu com uma função fundamental na formação de opiniões e de valores no país, pois veiculava ideologicamente o projeto político defendido pela classe dominante, com o propósito de sedimentar, na sociedade, tais modelos de padronização, assim, seus interesses individuais de classe eram transformados em interesses gerais.

Diante deste interesse de classe, vai se construindo um consenso ideológico para neutralizar o antagonismo de classe que se acirra ao passar do tempo. Pois, com a finalidade de se atingir esta neutralidade, vai-se efetivando intervenções políticas de Estado, como as reformas num propósito de mudanças. Dessa forma, a imprensa passa a ser criada e usada nesta intencionalidade, a serviço da necessidade de se materializar um novo modelo estrutural, acontecimento que traz uma mudança econômica, social e cultural. Nesta intencionalidade ideológica, Martinez expressa, no seu ideal, a necessidade de reformas na instrução pública paranaense, para atender o aumento da produção, “[...] o que o Governo deseja é que se faça a devida justiça e que se proporcione à instrução, os meios requeridos para a sua produtividade” (ENSINO, 1922, p. 10). Uma vez o trabalhador instruído estaria apto a ser inserido ao modelo econômico vigente.

Tal intencionalidade ideológica, que emerge da reflexão ao compreender a função da imprensa na educação e, conseqüentemente, a do professor no ensino, mostra que o movimento se dava no sentido de conciliar estas tensões ideológicas resultante do conflito de classes sociais. Pois, o indivíduo moldado nos ditames da demanda burguesa, não teria iniciativa de questionamentos e, conseqüentemente, de rebeldias, pois aceitaria docilmente as ordens do sistema capitalista.

Com a preocupação de Martinez em adaptar os paranaenses nos ditames capitalistas, expressa na imprensa pedagógica, fez-se ajustes no currículo devido às circunstâncias permeadas por mudanças na elevação do número populacional e à diversificação étnica da população (negros, indígenas e imigrantes europeus), logo, à composição estrutural de uma sociedade em profunda transição, delineada por uma nova ordem econômica mundial.

A visão racista dos políticos era sustentada por um discurso historiográfico de cunho tradicional, na busca do dito patriotismo. Esse era o contexto no qual o negro se apresenta de forma ambígua: ora na situação de reprodução de valores dos brancos da civilização europeia, ora movido pela rebeldia, transgredindo o limite do “espírito” patriótico. Assim, para transformar o imigrante em um legítimo brasileiro, neste intuito, surge o Movimento Paranista na finalidade de que todos os paranaenses participassem em harmonia da constituição de um tipo ideal para o modelo social. No entanto, neste espaço social, o negro não foi visto como parte destes povos étnicos. Martinez, nos seus escritos, na revista o ENSINO, deixa explícito a neutralização do negro, assim como do indígena, em detrimento da preocupação com as etnias europeias.

Martinez, ao almejar tal reforma de ensino, veiculada via imprensa, esteve a serviço dentro de uma especificidade da divisão de classes, devido ao modelo capitalista, na constituição de uma nova organização educativa que assumiu o caráter da separação entre a educação e o trabalho resultante deste processo, conseqüentemente, ocorre a institucionalização da educação como uma necessidade estrutural. Pois, com a divisão em classes sociais, a educação se constitui de forma dividida, diferenciando, assim, a formação para aqueles que serão os dominantes e daquela destinada aos que serão os dominados, ou seja, foi nesta especificidade que se deu a origem da escola. Dentro desta divisão, cria-se a necessidade de reformas educacionais para dar continuidade ao modelo social.

Para educar na perspectiva da obediência do trabalhador, Martinez afirma que a educação deverá servir como correção de possíveis ineficiências do corpo do indivíduo [...] *corrigir os defeitos das crianças que podem afectar o aproveitamento escolar, ou que tornarão o indivíduo mais tarde, um adulto imperfecto ou pouco eficiente*” (O ENSINO, 1924, p. 142). São orientações pensadas para lapidar normas e condutas, adestrando e atuando no autocontrole de atitudes, objetivando intervenções modeladoras.

Martinez, por meio da imprensa pedagógica, faz sua defesa da educação moral via religião como parte do currículo escolar. Ele colocava tal questão como desafio do trabalho na educação da época, exigindo, além da função como profissional, que os docentes fossem se vinculando ao viés religioso, intitulado o professor como missionário dentro da educação na missão de educar no comportamento moral, na

condição necessária a ser desempenhada no processo de produção, de docilidade e da adaptabilidade disciplinar.

Para legitimação desta nova organização econômica, Martinez atribui, enquanto função educativa, a moldagem deste trabalhador, ajustando-o à nova lógica do mercado, tanto no ato de pensar, como de fazer. Essa é a formação de mão de obra dentro da racionalização do trabalho no princípio da divisão do trabalho da disciplina, especialização, controle, supervisão e prêmios por produtividade, [...] *A fiscalização geral, [...] é rigorosamente fiscalizado de maneira a apurar-se o melhor resultado possível. [...] Os inspectores technicos têm a respeito instruções especiais e ordens expressas, [...]* (ENSINO, 1922, p. 7 - 8). Fica evidente a lógica da organização empresarial na educação, presente naquele momento nas reformas do ensino paranaense. *“Nenhuma empresa a meu ver, é mais complicada, e por isso mesmo mais delicada, do que o ensino publico primário [...]* (MARTINEZ, 1920, p. 10-11), comparação que demonstra o princípio de Martinez em cuidar da instrução pública como se estivesse cuidando de uma empresa privada.

Partindo da premissa da necessidade, via imprensa, da validação ideológica de ideias da classe dominante, encontramos os fundamentos filosóficos educacionais que renunciaram e legitimaram a modernidade. Dentre estes, o fundamento do liberalismo da universalização do livre trabalho. Neste novo modelo de produção que vinha se consolidando, todos eram considerados aptos para o trabalho, para isso, simultaneamente, todos eram aptos para aprendizagem escolar. Movido por esta premissa, Martinez trouxe pensadores da pedagogia que deram sustentação nas suas intervenções, entre estes, os encontrados na revista O ENSINO foram Comenius, Rousseau e Dewey.

Comenius apresenta, como fio condutor de sua teoria, a instrução, a moral e a religião como tríade ideológica precursora da modernidade na concepção de ensino de Martinez. Assim, partia da sabedoria desenvolvida pela aprendizagem, no ato de conhecer todas as coisas, avançando para prática da moral, conhecendo e apropriando-se da coisa em si, do aprender fazendo, freando os desejos e as vontades. É o princípio da moral que leva a aprender a obedecer, uma vez que obedecendo, alcança-se a autovigilância acerca do seu comportamento social. Dessa forma, a piedade religiosa dá-se na prática da caridade, dando migalha aos pobres, estes, uma vez contentes com tal ação caridosa, aceitavam a exploração, pois seria, diante disso, um percurso terreno de sofrimento de purificação da alma. Esta tríade,

como fundamento ideológico, foi veiculada pela revista nas defesas de Martinez, como evidenciado.

Outro fundamento ideológico identificado foi o do naturalismo, de Rousseau, usado para a consolidação da modernidade encontrada nos ideais de Martinez na revista O ENSINO. Neste caso, apresenta-se o princípio de que todo o indivíduo, ao nascer, é livre, no entanto, esta liberdade, nas circunstâncias do modelo de produção capitalista, acaba sendo condicionada meramente para a preparação da livre escolha para a exploração da força do trabalho.

Nesta mesma perspectiva, vem se somar a ideologia pragmatista de Dewey. Esta última foi precursora do escolanovismo e se fez presente na reforma de Martinez. São, assim, princípios do empirismo, do útil e do imediato, que fundamentam e revolucionam o modo do homem em se situar socialmente. Princípios veiculados pela imprensa pedagógica que investigamos nesta pesquisa.

Martinez assume, como autoridade do ensino no Paraná, a ideologia liberal sob a ótica de um projeto teleológico, no desejo de uma educação de inovação fantasiosa. Diante disso, intencionalmente foi atuando no processo social para camuflar as desigualdades sociais no argumento do ideal do dito direito igualitário. Respalda no direito natural, possibilita, por meio da ação política estatal, atribuir a tutela da formação social para legitimar os interesses do capitalismo. Desta forma, leva ao individualismo, num egoísmo humano, acirrando a luta de classes.

Martinez ao fazer uso da imprensa, atribuiu ao magistério esse interesse ideológico, que faz neutralizar o compromisso humanitário da educação, diante da responsabilização formativa. Assim, tem-se uma nova concepção de trabalho liberal na conformação nacional, e, conseqüentemente, num alinhamento do pensamento econômico.

Assim, ao final desta pesquisa, concluímos com a confirmação da tese: Cesar Prieto Martinez, na função de Inspetor Geral de Ensino, reformou a instrução pública paranaense, usando o impresso pedagógico, a revista O ENSINO, como veículo ideológico que materializou seus ideais, interligando-os numa sintonia de demandas de formação de mão de obra para o capitalismo, tais reformas educacionais serviram à organização econômica mundial.

No entanto, esta conclusão só foi mais um ponto de chegada, de onde se partirá novamente em busca de novas respostas, dados aos questionamentos, acerca dos ideais do Inspetor Geral do Ensino César Prieto Martinez.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jhonatan Diógenes de Oliveira; TOLEDO César de Alencar Arnaut de. A pedagogia de Rousseau e sua crítica à educação na França do século XVIII. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 7, n. 3, p.166-177, nov. 2019.
- ALMEIDA, Cristiane Silva. A relação entre trabalho e educação no Brasil. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”, 9, 2012, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. v. 1. p. 4114-4131.
- BRASIL. **Constituição do Brasil**. 1891. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137570/Constituicoes_Brasileiras_v2_1891.pdf. Acesso em: 01 mar. 2013.
- BRAUN, Mirian Beatriz Schneider; LIMA, Jandir Ferrerade; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. A cepal, a industrialização e o modelo paranista de desenvolvimento. In: HERSON, Amarildo; LIMA, Jandir Ferrerade; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo (Ed.). **Industrialização paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2013. p. 37.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.
- CAMARGO, Affonso Alves de. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1920**. Curitiba, 1920.
- CAMPOS, Névio de. José Francisco da Rocha Pombo: trajetória intelectual e a ideia de Universidade (1879-1892). **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v.17, n.29, p. 215- 231. 2008.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de; VIANNA, Luiz Werneck. República e civilização brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.8, p. 7-33, 2000.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. **O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Letras, Curitiba, 2016.
- CECCHETTI, Elcio; SANTOS Ademir Valdir dos. O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. **Acta Scientiarum. Education**, v.38, n. 2, p.131-141, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAVES, Waidenfeld Miriam. A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 86-98, 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n11/n11a08.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COMÊNIO, João Amós. **Didática magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira, revista por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva: Discurso Preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo Positivista**. Tradução José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

CONDORCET, J. A. N. C. M. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: Unesp, 2008.

CUNHA, Marcus Vinicius da. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 86-99, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Qs9zJvMJD6JPfHXzrBNCBgn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.

DOM ESCOBAR. Curiosidades sobre os ornitorrincos que você provavelmente não sabia. 2011. Disponível em: <http://domescobar.blogspot.com/2011/12/curiosidades-sobre-os-ornitorrincos-que.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder: 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**: publicado pela primeira vez em 1896 em *NeueZelt*; publica-se segundo com a edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

FARIAS, Cassio de Souza. **Para colher é preciso semear: um estudo da trajetória de César Prieto Martinez e sua atuação como inspetor geral do ensino no Paraná (1920- 1924)**. Curitiba: Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2021.

FARIAS, Cassio de Souza; CLARK, Jorge Uilson. História, política e educação: um estudo do ensino primário na transição dos períodos republicanos no Paraná (1920-1934). **Rev. HistedBr On-line**, Campinas, SP v.20, 1-27 e020030, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655134/22662>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. Globo: São Paulo, 2005.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890–1930)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

FIGUEIREDO, A. P. **Ensino Religioso: tendências, conquistas, perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GASPARIN, J. L. **Comênio a emergência da modernidade na educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

JORNAL A REPÚBLICA. **O nosso professorado primario fundou hontem uma associação e prestou uma justa homenagem ao prof. César Pietro Martinez**. Ed. de 17 de junho de 1920.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ. **Fechem as fronteiras**: editorial do jornal folha da manhã, 25 de fevereiro de 1926. Disponível em: <https://midiacidade.org/imigracao-na-imprensa-brasileira-em-tres-tempos/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

JORNAL O ESTADO. **Instrução Publica**. Edição do jornal de 13 de março de 1920.

JORNAL PARANÁ. **Campanha ingrata**. Edição do jornal de 22 de maio de 1920.

LOSURDO, D. **Hegel e a catástrofe alemã**. Paris: Albin Michel, 1994.

LAROCCA, L.M.; MARQUES, V.R.B. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937) **Interface - Comunic., Saúde Educ.**, v.14, n.34, p.647-60, jul./set. 2010.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**: segundo tratado sobre o governo. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**. Campinas: Cortez, 1997.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1920.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1921.

MARTINEZ, César Prieto. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1923.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Hidra 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Moraes, 1992.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Hedra, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONARCHA, Carlos Roberto da Silva. Notícia documental e bibliográfica sobre as "missões de professores paulistas". *In*: COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FÁBIO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. v. 1, p. 12-37.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais-PR**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp – Faculdade de Educação, Campinas, 2004.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1922.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1923.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspectoria Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1924.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Wanessa Gorri de; RODRIGUES, Elaine. A instrução pública e a escola primária paranaense nas charges de O Olho da Rua. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 19, n. 61, p. 546-602, abr./jun. 2019.

PARANÁ. **Mensagem do Presidente do Estado Paraná**. Affonso Alves Camargo. Ao instalar a Primeira Sessão da 13 de fevereiro de 1920.

PARANÁ. **Mensagem do Presidente do Estado Paraná**. Caetano Munhoz da Rocha. Ao instalar a Primeira Sessão da 1 de fevereiro de 1921.

PARANÁ. **Mensagem do Presidente do Estado Paraná**. Caetano Munhoz da Rocha. Ao instalar a Primeira Sessão da 1 de fevereiro de 1923.

PARANÁ ESCOLA. **A Escola**: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 1 p.1-2, 1906.

PASQUINO, G. Conflito. In. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale *et al.* 11. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

PEREIRA, Sueli Menezes. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. **Cadernos de História da Educação**, v.19, n.1, p.271-292, jan./abr. 2020.

PINA, M. C. D. Os negros do diamante: escravidão no sertão das Lavras Diamantinas - século XIX. **Politéia** (UESB), Vitória da Conquista, v. 1, n.1, p. 179-200, 2001.

POMBO, J. F. da R. **Nossa Pátria: narração dos factos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas**. São Paulo: Weisflog irmãos, 1917.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

PONTES, Jorge Marques J. J. Rousseau e o Processo Educacional de Formação do Homem na Sociedade. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n.3, p.172-186, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RENK, Valquiria Elita, Saúde escolar no Paraná em dois momentos históricos: no começo do século XX e no século XXI. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 13, n.3, p.662-682, set./dez. 2018.

REZENDE, Paula Andréa de Oliveira e Silva. **Discursos e práticas que embaçam / embasam o taylorismo nos cursos de pedagogia a distância na universidade.** Belo Horizonte: 2017.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1920.** Curitiba, 1920.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1921.** Curitiba, 1921.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1923.** Curitiba, 1923.

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: R. T. Bertrand Brasil, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da história:** estudos de historiografia e história da educação. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.34, p.152-165, jan./abr. 2007.

SILVA, José Ricardo Skolmovski da. **A revista o ensino e manifestações Tayloristas nas propostas da reforma educacional de César Prieto Martinez (Paraná, 1920-1924).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2019.

SILVA, Vital Ataíde da; ONOFRE, Joelson Alves. A educação em Rousseau: liberdade como ponto. **Revista RBBA Revista Binacional Brasil Argentina Revista RBBA.** Vitória da Conquista, v.6, n. 2, p.216-230, dez. 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I-II.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

SIMPSON, M. **Compreender Rousseau.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, N. W. **A República:** uma revisão histórica. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Augusto Rodrigo; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. Considerações histórica sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, v. 9, n. 35, p. 160-172, set. 2009. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.20396/rho.v9i35.8639620>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SOUZA, Rosa Fátima. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, n. 49, p.103-120, jul./sept. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155028215007.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1966.

WEREBE, M. J. G. **30 anos depois**. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Alínea, 1994.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo e ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

ZANLORENZI, C.M.P; NASCIMENTO, M. I. M. Revista “A Escola”: a expressão do Liberalismo. *In*: JORNADA DO HISTEDBR, 11. **Anais [...]** Cascavel: HistedBr, 2013.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906-1910) no Paraná**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, SP, n. 40, p. 60-71, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806/7369>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ZUIN, João Carlos Soares; A crise da modernidade no início do século XX. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 11, p.67-90, 2001.